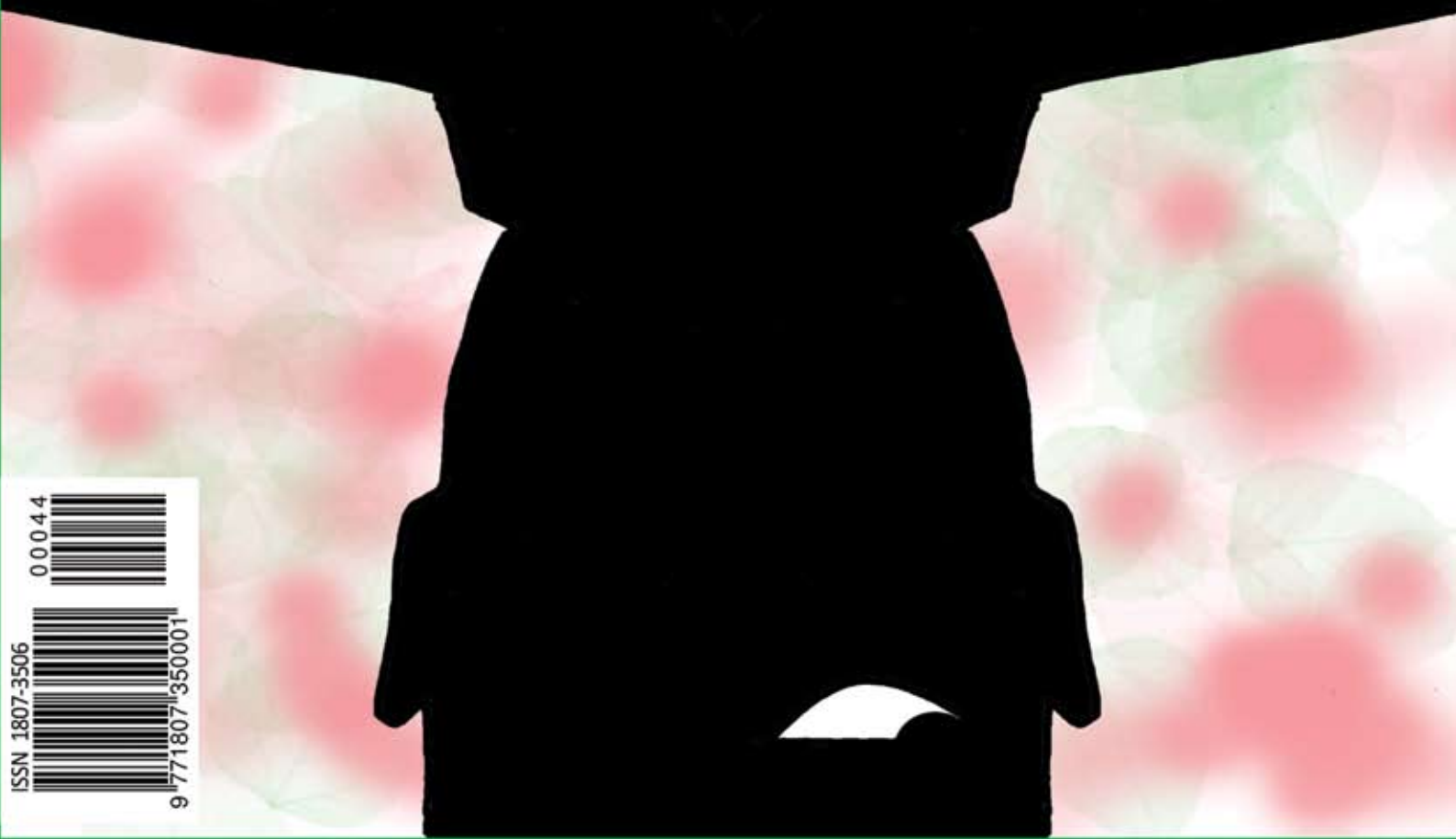
Revista
Adusp
Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Março de 2009 - Nº44

A DITADURA MILITAR MORREU?



ISSN 1807-3506
00044
9 771807 350001

Conjuntura

6
Crise do *subprime*, uma bomba de fragmentação
Dércio Garcia Munhoz

Ditadura

12
O redespertar da luta pelo direito à memória, à justiça e à verdade

16
DOPS agora é Memorial da Resistência
Tatiane Klein

19
Em céu de brigadeiros, FAB prende e expulsa controladores de vôo, à moda da Ditadura
Fausto Salvadori Filho

27
ENTREVISTA: PAULO VANNUCHI
"A resposta de que não há arquivos da repressão não pode ser aceita"

37
O insuportável peso da tortura
Natália Guerrero

43
Por uma "contra-Operação Condor"
Natália Guerrero

46
Argentina e Chile: longe da justiça mas à frente do Brasil
Dario de Negreiros e José Tadeu Arantes

52
Em defesa da Democracia!
Ivan Seixas

56
Encontro de ex-moradores reaviva memória do Crusp e da invasão militar de 1968
Daniela Alarcon

62
Professores perseguidos agora são eméritos da Faculdade de Medicina
Daniela Alarcon

67
O poder da palavra impressa: os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964
Flamarion Maués

73
Anistia e reparações avançam, mas restam 24 mil casos a apreciar
Tatiane Klein

Fundações

79
Na USP Ribeirão, Faepa quer ampliar HC para esconder a "segunda porta"
Antonio Biondi

85
A dança dos milhões da Codevasf e Fundespa no rio São Francisco
Antonio Biondi

DIRETORIA
Otaviano Helene, César Augusto Minto, Marco Brinati, Carla Roberta de Oliveira Carvalho,
Marcos Nascimento Magalhães, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Suzana Salem Vasconcelos,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, José Marcelino de Rezende Pinto, Ozíride Manzoli Neto

Comissão Editorial
Benedito Honório Machado, Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva,
Flávio César Almeida Tavares, João Zanetic, José Carlos Bruni,
Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Maurilane de Souza Biccas, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar
Assistente de redação: Tatiane Maíra Klein
Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara
Assistente de produção: Rogério Yamamoto
Capa e ilustrações desta edição: Maringoni
Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos
Refeitório: Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 6.000 exemplares
Gráfica: Copypress

Adusp - S. Sind.
Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374
CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP
Internet: http://www.adusp.org.br • E-mail: imprensa@adusp.org.br
Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade. Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

O morto faltou ao enterro

Vinte e quatro anos após o fim "oficial" da Ditadura militar, e quarenta e cinco anos após o golpe armado de 31 de março de 1964, que lhe deu origem, a sociedade brasileira ainda convive com um paradoxo digno dos romances de Gabriel Garcia Márquez. É que a Ditadura, embora dada por morta, recusa-se terminantemente a ser enterrada.

A Ditadura sobrevive na mentalidade da cúpula das Forças Armadas, que não hesita em colocar-se acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela partes do Estado brasileiro (como as estruturas encarregadas da aviação civil).

Sobrevive na instituição da tortura, até hoje praticada em quartéis, até mesmo contra militares; e sobrevive na impunidade sarcástica dos agentes da repressão política que, nos anos 1960 e 1970, seviciaram, assassinaram e depois ocultaram os corpos dos opositores vitimados.

Sobrevive, ainda, na "licença para matar" concedida à Polícia Militar, a tropa antimotim criada na década de 1970: o episódio recente da favela de Paraisópolis ilustra bem a concepção de *apartheid* que orienta suas ações. A matança de maio de 2006 em São Paulo, a pretexto de retaliação ao PCC, continua impune (*Revista Adusp* 38).

Convidamos o leitor a submeter à prova tudo que afirmamos, examinando com atenção as matérias do bloco que se inicia na página 12. A reportagem de Fausto Salvadori sobre a implacável perseguição da Aeronáutica aos controladores militares de vôo que realizaram uma *greve de zelo* em 2007 indica a enorme distância que separa os quartéis da democracia. Neste conflito indireto entre trabalho e capital (este representado pelas empresas de aviação, que, em última instância, beneficiam-se da árdua atuação dos controladores), a FAB e o governo não vacilaram em tomar o partido deste último.

A entrevista concedida pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que em dezembro de 2008 conversou por duas horas com a equipe da *Revista Adusp*, sinaliza as enormes resistências que existem, dentro do governo Lula, à abertura dos arquivos da Ditadura e à punição dos oficiais que torturaram e mataram em nome do Estado. Resistências que partem dos comandos das três forças e encontram no Ministério da Defesa e na Advocacia-Geral da União seus canais de expressão civil.

Não é segredo para ninguém que as Forças Armadas, nas democracias de tipo liberal, estão a serviço da elite econômica, ou, para usar expressão que alguns consideram ultrapassada, a serviço da classe dominante. Mas, ao se colocarem à parte do ordenamento institucional, as corporações militares fragilizam as poucas conquistas democráticas da sociedade brasileira e comprometem sua ampliação. Note-se, por exemplo, que o ataque do comandante militar da Amazônia à demarcação contínua da reserva indígena de Raposa-Serra do Sol aponta preocupante sintonia com setores rapaces do agronegócio e do conservadorismo nacional.

Por outro lado, nota-se uma nova onda de revisionismo histórico pró-Ditadura, de que a *Folha de S. Paulo* se fez porta-voz ao recorrer à expressão "ditabranda" para qualificar o regime militar brasileiro. A moda da vez baseia-se na escala supostamente mais civilizada e contida dos crimes cometidos, comparativamente aos casos argentino e chileno, e envereda pela louvação do suposto entusiasmo da Ditadura pela expansão do ensino superior público e da pós-graduação, uma vez que "os governos militares incentivaram a formação de quadros científicos em todas as áreas do conhecimento concedendo bolsas de estudos no Brasil e no exterior". Claro. Fizeram isso e muito mais, ao banir o pensamento crítico, perseguir os pesquisadores que teimavam em resistir, e também prender e reprimir as lideranças estudantis, chegando a executar várias delas.

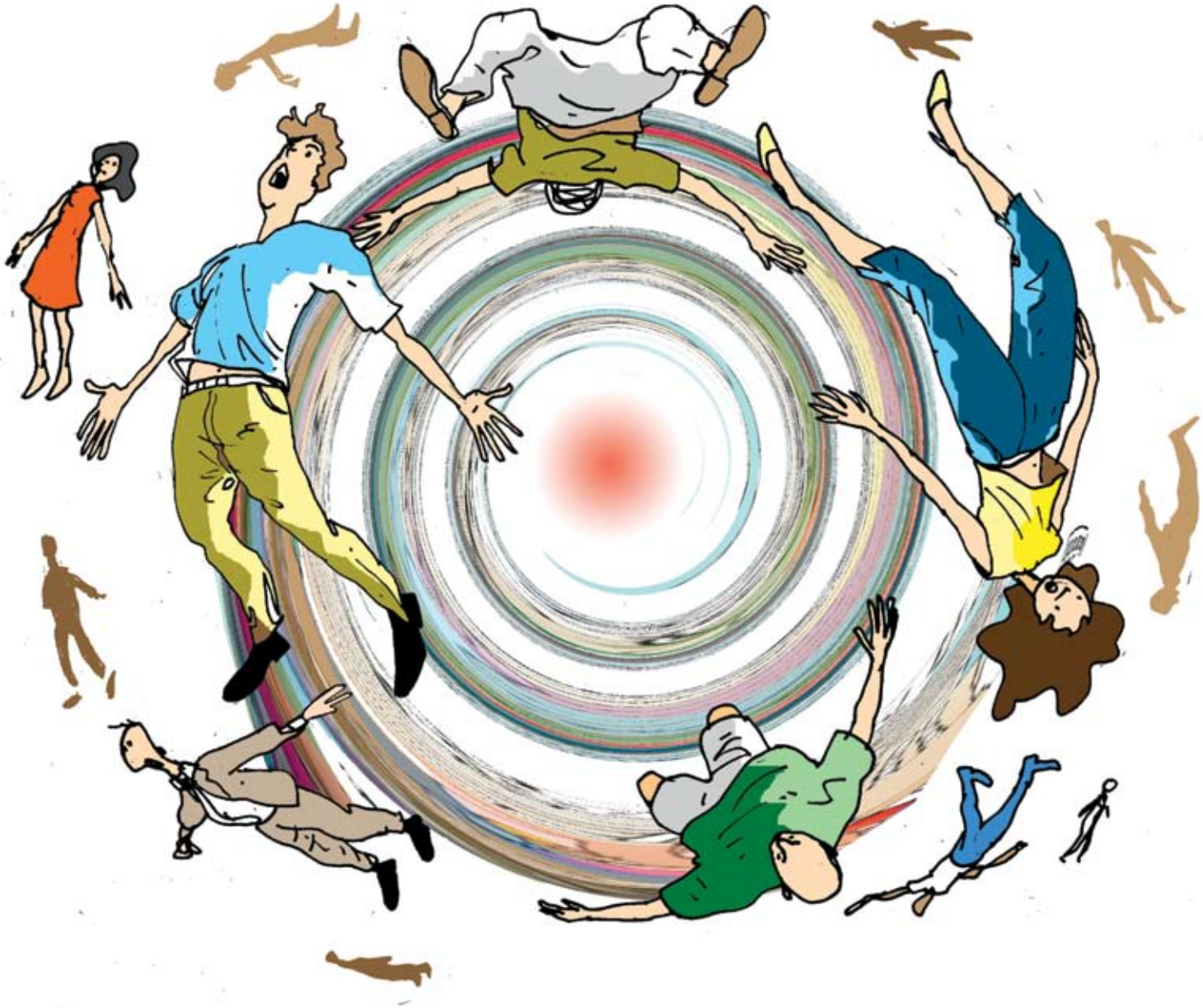
Subprime explosiva

Dércio Garcia Munhoz expõe com o brilho habitual sua visão da crise que abala os alicerces do capitalismo. E propõe que o Brasil, para enfrentá-la, remova a "descabida autonomia" do BC e adote políticas que recomponham "o poder de compra das rendas do trabalho". É o artigo que abre esta edição. Boa leitura!

O Editor

Crise do *subprime*, uma bomba de fragmentação

Dércio Garcia Munhoz
Economista, Professor Titular do Departamento de Economia da UNB até 1996



Mecanismos de interligação explicam os grandes prejuízos de bancos e outras instituições americanas e européias que detinham papéis emitidos pelos bancos hipotecários dos EUA. Generalizou-se a desconfiança nas instituições financeiras, que fecharam-se para novos empréstimos ao setor real da economia, e a crise de liquidez alcançou as empresas do setor produtivo. Estas passaram a enfrentar queda da demanda interna e das exportações para um mundo que já refletia o desarranjo americano. A crise do subprime*, ao multiplicar as perdas em uma sucessão de operações, tem o efeito destrutivo de uma bomba de fragmentação*

Não é preciso possuir poder premonitório para prever que, no futuro, a crise do *subprime* será lembrada por um lado como tempos difíceis de cegueira política e administrativa diante do óbvio, e de outro pela incapacidade analítica revelada pelos responsáveis pela gestão das economias centrais. O que impediu, no primeiro caso, uma ação preventiva do governo dos Estados Unidos, evitando o agravamento da crise que ali se iniciaria; e, no segundo, fez com que a intervenção do governo, além de tardia, apalpasse no escuro sem reconhecer a silhueta do animal indomável em que se transformaram os mercados financeiros mundiais.

A crise surpreendeu a todos, num momento raro em que se presenciava rápido e continuado crescimento da economia e do comércio internacional, que marcavam a primeira década do milênio como algo mágico, impensável quando o último século — o século dos milagres tecnológicos — caminhava para o seu final.

A economia chinesa crescendo vigorosamente já por mais de dez anos, abrindo-se amplamente para o comércio internacional. A economia americana surgindo como o grande mercado para produtos chineses, e se beneficiando (ou talvez apenas se iludindo) pelo aumento de renda (elevação do poder de compra da população) proporcionada pelos baixos preços dos produtos chineses que invadiam as prateleiras das lojas e supermercados. O resto do mundo, surfando sobre gigantescas ondas de crescimento econômico, vivia a euforia do aumento das exportações e importações — todos compravam mais porque vendiam mais; e com isso um grande número de economias emergentes comemorando os preços astronômicos alcançados por *commodities* agrícolas e minerais, insuflados pelo aumento generalizado da demanda, com a presença do gigante chinês como ator principal.

É forçoso lembrar que, como pano de fundo, Estados Unidos e Europa prosseguiam na sustentação de um modelo de absorção de mão-de-obra barata, via migrações, que teve grande impulsão a partir dos anos 1960 e foi colocado em xeque pela primeira vez em meados dos anos 1970, com a crise do pe-

tróleo. Um processo enganoso porque consolida uma sociedade dual — de nativos prósperos e migrantes pobres, refletindo em enfraquecimento do mercado, de programas de previdência social e dos planos de assistência médica.

A crise surge, portanto, quando presente a euforia da expansão. E dá um corte profundo, definitivo, entre duas eras, causando perplexidade em todos os continentes.

POR QUE OS SINAIS DA CRISE FORAM DESCONSIDERADOS

A incapacidade de operacionalizar instrumentos de intervenção não surpreende tanto, quando se considera que os órgãos do governo americano chamados a agir, FED e Tesouro, são especializados em finanças, enquanto desde o início seriam necessários gestores dotados de ampla visão macroeconômica

O governo americano, observador privilegiado com domínio das informações do mercado, revelou extrema inaptidão primeiro para agir preventivamente para evitar a crise que se alastraria a partir do seu sistema bancário, afetando toda a economia mundial. E, em seguida, já no meio do furacão, não conseguiu programar medidas corretivas e compensatórias adequadas para conter o seu aprofundamento.

Essa incapacidade de operacionalizar instrumentos de regulação/intervenção é surpreendente quando se trata da maior economia do mundo. Mas não tão surpreendente quando se considera que na estrutura do governo americano os órgãos chamados a agir — o Federal Reserve e o Departamento do Tesouro — são especializados em questões ligadas ao sistema financeiro e às finanças públicas, *enquanto desde o primeiro momento a situação requeria gestores dotados de uma visão macroeconômica mais ampla, e domínio de instrumentos de política econômica eficientes na intervenção de um mercado que girava sem norte.*

O que ocorreu aparentemente foi fruto da presença dominadora, em governos de diferentes países, em diferentes instituições financeiras internacionais, e ainda nos chamados mercados de capitais, de uma nova classe de tecnocratas embevecidos com a própria sapiência que julgavam superior. Surgindo como produto natural de uma academia onde o pensamento único, que pretensiosamente se procurava impor, resultava muito mais de uma aliança silenciosa com o capitalismo predatório, do que de avanços da ciência econômica.

Era o triunfo do neoliberalismo financeiro, sufocando a discussão sobre a economia real, sobre política industrial, sobre a conveniência da presença estatal para garantir a infra-estrutura econômica a custos suportáveis, sobre política social e previdenciária. Tudo isso passou a ser tratado como se fora apenas um arcaísmo nostálgico de alguns, desprezados como intervencionistas ou estruturalistas saudosos. *Resulta que essa nova classe, cega pelo sectarismo e feliz com os proveitos da aliança natural com o pior do capitalismo financeiro, não conseguiu perceber a tormenta que se aproximava.*

A crise do subprime *de fato não surgiu de forma repentina.* Quando desde o início do milênio multiplicavam-se nos Estados Unidos os financiamentos hipotecários a famílias de duvidosa capacidade de pagamento, sem necessidade de comprovação de renda e ainda com cláusula matreira de juros mais baixos nos primeiros anos de contrato, *impossível não se perceber o que viria pela frente.* Afinal, os empréstimos *subprime* dos bancos americanos, que em meados dos anos 1990 alcançavam em torno de US$ 40 bilhões anuais, no inicio do novo século já chegavam a US$ 180 bilhões anuais, saltando rapidamente para US$ 550 bilhões em 2004 e US$ 700 bilhões estimados em 2006. Multiplicados por vinte em apenas dez anos, os novos empréstimos de retorno incerto, que na metade dos anos 1990 representavam aproximadamente 3% do total de financiamentos hipotecários nos Estados Unidos, em 2006, vésperas da recente arrancada, superavam 25% dos novos contratos.

Passada a primeira fase contratual de enganosas condições de pagamento, e consequentemente reajustadas as prestações das casas com o aumento dos juros regrados pelas agora temidas ARM's (Ajustable Rate Mortgages), a inadimplência e a retomada de habitações passou a registrar ritmo acelerado desde o final de 2006.

INCAPAZES DE PREVER A CRISE E INCAPAZES DE CONTÊ-LA

É enorme a fila de novos devedores incapazes de pagar as prestações. Em 2008 foram iniciados mais de 2 milhões de execuções hipotecárias, e não seria exagero prever 1 milhão de novas retomadas em 2009 — o que deverá engolir outros US$ 200/250 bilhões dos bancos hipotecários

O efeito mortífero da explosão da inadimplência afetaria logicamente os bancos financiadores — pois não se tratava de atrasos eventuais dos mutuários, mas simplesmente da incapacidade de um grande número de devedores de arcar com os novos valores. E o processo de retomada de um número crescente de imóveis tinha duas implicações: os bancos viam em cada caso duzentas ou mais prestações futuras de um financiamento transformar-se num ativo podre, e recebiam de volta um imóvel depreciado dada a quantidade de casas abandonadas por devedores em dificuldades. Como os bancos americanos haviam emitido títulos próprios para buscar recursos junto a terceiros para assim lastrear seus empréstimos, as grandes perdas dos bancos hipotecários nos Estados Unidos desvalorizavam seus títulos que se achavam em mãos dos aplicadores.

São esses mecanismos de interligação que explicam os grandes prejuízos de bancos e outras instituições americanas e européias que detinham papéis emitidos pelos bancos hipotecários dos Estados Unidos; generalizando-se então a desconfiança nas instituições financeiras, que, na defensiva, fecharam-se para novos empréstimos ao setor real da economia, numa crise de liquidez que colocava em dificuldades as empresas do setor produtivo. E estas, no pior dos cenários, ainda passaram a enfrentar queda da demanda interna e dificuldades para manter as exportações para um mundo que já refletia o desarranjo americano. *Donde se percebe que a crise do* subprime*, ao multiplicar as perdas em uma sucessão de operações, tem o efeito destrutivo de uma verdadeira bomba de fragmentação.*

Como agir nessas circunstâncias? O Federal Reserve americano inicialmente decidiu comprar créditos (podres) dos bancos hipotecários – representativos dos calotes dados pelos compradores de casas; em seguida passou a falar na compra de ações dos bancos, e mais recentemente em adquirir títulos emitidos pelos bancos hipotecários que se achavam em mãos de outras instituições financeiras – aplicadores locais. No primeiro caso o banco hipotecário necessariamente ficaria menor — menos ativos (créditos) para ajustar-se à perda de passivo (capital corroído pelos prejuízos registrados); no segundo caso, uma ação para recompor o passivo dos bancos — mais recursos de terceiros (reforço do passivo) compensando a parcela do capital que havia sido engolida pelos prejuízos; e, no terceiro caso, o governo evitando que as instituições que haviam adquirido títulos emitidos pelos bancos hipotecários enfrentassem novas perdas com a desvalorização dos papéis.

Ora, essa é uma típica operação de enxugar gelo, pois tudo surgiu pelo fato de que, em cada calote, antecipadamente se vencem duzentas ou mais prestações ainda devidas pelo morador inadimplente. E é enorme a fila de novos devedores incapazes de pagar as prestações. Como em 2008 foram iniciados mais de dois milhões de execuções hipotecárias, **não seria exagero prever que no mínimo um milhão de novas retomadas venha a ocorrer em 2009** — do que resulta que as novas perdas deverão engolir outros US$ 200 bilhões ou US$ 250 bilhões do capital dos bancos hipotecários. E o governo, mantida a atual estratégia, vai ter de repetir seguidamente as operações de socorro, recompondo o passivo

dos bancos com dinheiro oficial. Empréstimos governamentais que jamais retornarão, pois os tais bancos não têm capacidade de conter a sangria; **e se o socorro do governo seguir via compra de ações dos bancos**, **inevitavelmente se chegará à total estatização do sistema financeiro dos Estados Unidos**. Nem o maior crítico do capitalismo americano poderia um dia admitir tal desfecho.

Ora, os bancos só pararão de perder — preservando o capital ainda existente e restabelecendo a confiança dos aplicadores/depositantes — se a ação governamental impedir novas inadimplências, novos calotes, e novas casas desocupadas. Com o que todo o processo no circuito financeiro se restabeleceria. Mas isso só pode ser conseguido subsidiando as famílias financeiramente incapazes, e com um programa de reocupação das casas abandonadas. O que inclusive é mais racional. Custa muito menos doar mil ou mil e quinhentos dólares por mês a um devedor, durante duzentos e cinqüenta meses futuros, que a alternativa de entregar ao banco de imediato algo como US$ 250 mil por financiamento "apodrecido". Um milhão de residências que devem estar sendo retomadas em 2008 custarão ao Tesouro americano em torno de US$ 250 bilhões apenas para socorrer os bancos de primeira linha (os que financiam as hipotecas), afora as perdas das demais instituições afetadas, e inclusive seguradoras, que o governo vem socorrendo numa autêntica operação *tapa abismos*. E para 2009, outras centenas de bilhões de dólares, na hipótese otimista. Enquanto a alternativa do subsídio às prestações mensais de um milhão de famílias teria um custo anual inferior a US$ 20 bilhões anuais – com a vantagem de que cláusulas apropriadas poderiam prever a redução paulatina dos subsídios ao longo do tempo, sob certas circunstâncias. E possivelmente a partir de 2010 o "estoque" de novos financiamentos implodíveis por aumento dos juros já estaria em fase de forte redução.

A FRAGILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

No Brasil é preciso recuperar o poder de compra das rendas do trabalho, aviltadas desde os anos 1990. E reorganizar as finanças do governo, desorganizadas a partir da descabida autonomia concedida ao Banco Central

No Brasil a crise se introduziu sob duas vertentes: a fuga de capitais de curto prazo, provocando quedas substanciais na bolsa de valores e acentuada desvalorização do Real; dificuldades dos bancos em renovar operações de captação de recursos externos, desaguando numa crise de liquidez. E ambos os fenômenos se refletiram no setor real da economia.

A queda nos preços das ações provocou retração na demanda de bens de alto valor, como veículos e habitações de alto padrão, antes atrelada ao "enriquecimento" de investidores e aos ganhos de intermediação, com a euforia da bolsa e dos empréstimos consignados e financiamentos de veículos. As dificuldades dos bancos em manter o volume de recursos captados, especialmente na rolagem de empréstimos externos, passou a afetar o financiamento das exportações, e internamente as vendas de veículos e outros bens duráveis.

Na área bancária a crise se instalou via operações passivas das instituições financeiras – particularmente daquelas de menor porte. Como renovar empréstimos externos obtidos pelos bancos, e assim manter o nível de recursos captados (passivo) que lastreavam os empréstimos concedidos (operações ativas)? Como manter a confiança do público interno, renovando títulos vencidos ou colocando novos papéis no mercado, e assim mantendo o volume dos depósitos?

Aqui as autoridades foram ágeis no sentido de manter a liqüidez da economia, preservando os bancos, ao liberar empréstimos compulsórios e ainda permitir que bancos maiores adquirissem carteiras de empréstimos de bancos menores; ajustando assim, para estes últimos, um quadro novo onde um volume de empréstimos menor ficaria compatível com um volume de recursos também menor.

O governo tem sido rápido ao intervir na área financeira, mas ao mesmo tempo tem revelado difi-

culdades em entender os mecanismos que regem a economia real, deixando de introduzir — ao menos até o final de 2008 — instrumentos de política econômica que possam evitar, ou ao menos minimizar, os efeitos da crise sobre a demanda, a produção e o emprego. Não sinalizando sua disposição em alterar profundamente a gestão da economia, como meio de recuperar a capacidade de implementar uma política de rendas e de emprego, de contenção dos encargos financeiros do Tesouro e de controle do ingresso de capitais especulativos.

Uma política de rendas e de emprego exigiria a proteção aos salários e a recomposição de aposentadorias e pensões, a redução das taxas de juros e da carga fiscal sobre rendas do trabalho, um programa de investimentos na infra-estrutura urbana, o retorno do sistema de administração da taxa de câmbio. A contenção das despesas de juros do Tesouro requereria desvincular a remuneração dos títulos públicos da taxa Selic, reformulando totalmente as relações Tesouro/Banco Central (que custaram ao Tesouro em torno de R$ 150 bilhões apenas em 2007 e 2008, na cobertura de prejuízos do BC e subsídios ao banco ligados a emissões/meio circulante). O retorno dos mecanismos de controle dos capitais de curto prazo, removidos em 1991 e 1992 sob o rufar dos tambores do neoliberalismo, é condição essencial para que o país deixe de ser o grande centro de especulação financeira (com um ingresso líqüido de apenas US$ 45 bilhões de investimentos de carteira no acumulado entre 1995 e 2007, os estrangeiros detinham no país, em dezembro de 2007, mais de US$ 500 bilhões de ativos financeiros — ações e títulos de renda fixa — deliciando-se com a facilidade de manipular livremente câmbio e bolsas, e ainda recebendo isenções fiscais sobre ganhos com títulos públicos.

Como síntese se pretende apenas enfatizar que todos os caminhos passam pela recuperação do poder de compra das rendas do trabalho, e reorganização das finanças do governo federal. Rendas aviltadas desde o início dos anos 1990, e reduzidas ainda mais a partir do Plano Real, o que se transformou em fator primordial do travamento da economia brasileira. E finanças desorganizadas especialmente a partir da descabida autonomia concedida ao Banco Central — entidade da maior importância, mas mero órgão auxiliar do governo central.

O REDESPERTAR DA LUTA PELO DIREITO À MEMÓRIA, À JUSTIÇA E À VERDADE

Manifestação em Brasília, 17/12/2008

Nos últimos dois anos, vem ganhando corpo a movimentação política de ex-presos e perseguidos políticos, bem como de familiares das vítimas da Ditadura militar, que reivindicam a punição de assassinos e torturadores, a reparação dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial e a abertura dos arquivos da repressão. Essa movimentação, que lembra a luta pela Anistia realizada no final dos anos 1970, é acompanhada por iniciativas de setores do Estado brasileiro que estão convencidos da necessidade de medidas que contemplem o direito à memória, à justiça e à verdade.

Ex-presos e perseguidos e familiares das vítimas têm saído às ruas, repetidas vezes, para lembrar que os autores de crimes bárbaros cometidos contra os opositores do

Paula Sacchetta

Manifestação de 24/8/08 em São Paulo, diante do ex-DOI-CODI

regime militar permanecem impunes, e para exigir que a história seja devidamente (re)escrita. Assim, em 24 de agosto de 2008 fizeram manifestação pública diante do prédio do bairro do Paraíso, em São Paulo, onde funcionou a antiga OBAN, depois DOI-CODI, siglas que designavam duas das mais temíveis organizações repressivas, a Operação Bandeirantes e o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército.

No dia 23 de setembro, quando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou uma ação da família Merlino contra o coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, mais uma vez os manifestantes se fizeram presentes, tanto no salão em que transcorreu o julgamento quanto em praça pública, assinalando seu protesto contra a impunidade. O TJ arquivou a ação, mas não refreou o ímpeto da luta (vide p. 37).

Em 1º de dezembro, uma audiência pública convocada por deputados estaduais lotou um dos auditórios da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Entre os presentes, militantes históricos da luta pela Anistia, como Margarida Genevois, Idibal Pivetta e outros. O parecer da Advocacia-Geral da União favorável aos torturadores sofreu duras críticas: "A farsa da AGU é uma ofensa a todos que lutaram contra o regime militar. Não houve terrorismo no Brasil, mas defesa do regime democrático", disse o deputado Rui Falcão (PT). "Continuamos na luta pela recuperação dos restos mortais de nossos companheiros", declarou Amélia Teles, lembrando que a ação judicial contra a União, relativa aos mortos da Guerrilha do Araguaia, remonta a 1982. Ela pediu a demissão do ministro-chefe da AGU, José Antônio Toffoli.

Em 17 de dezembro o movimento voltou a sair em passeata, desta vez pelas avenidas de Brasília, debaixo de chuva. Além de faixas, familiares e ex-presos portavam *banners* vermelhos que traziam impressos sem retoques os rostos de militantes de esquerda chacinados pela repressão. Resposta a um certo discurso que tenta minimizar as atrocidades perpetradas pelos agentes da Ditadura.

Em consonância com tais manifestações, o Ministério Público Federal em São Paulo vem ingressando com ações judiciais contra os oficiais que comandaram o DOI-CODI do II Exército, entre eles o notório coronel Ustra. A mais recente delas cobra dos responsáveis pelo assassinato do operário Manoel Fiel Filho, ocorrido em janeiro de 1976, que reembolsem a União pela indenização paga por esta à sua viúva.

No governo federal, a pasta mais engajada na luta pelo reconhecimento oficial dos crimes praticados pela Ditadura militar é a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). O ministro Paulo Vannuchi, ele próprio um ex-preso político que sofreu torturas, fez publicar, em 2007, o livro *Direito à Memória e à Verdade*, que consiste em extenso e detalhado relatório dos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do governo federal. Disponível na Internet, na página eletrônica da SEDH, o livro consolida a documentação referente aos mais de 400 casos conhecidos de opositores da Ditadura militar mortos sob tortura ou executados.

Apesar desse importante avanço, a SEDH tem encontrado resistências enormes na AGU e no

Paula Sacchetta

Ângela Mendes com cartaz de Merlino

Ministério da Defesa, que vem atuando como porta-voz das Forças Armadas. Os defensores do legado da Ditadura militar obstróem seu enterro definitivo, o que suscita inevitável comparação com países vizinhos que passaram por ditaduras, como Argentina e Chile, onde o ritmo das punições e reparações, mesmo insatisfatório, é bem mais acentuado (p. 46).

Na Argentina, a Justiça Militar acaba de ser extinta, o controle da aviação civil foi retirado da Aeronáutica e muitos oficiais envolvidos na matança de opositores estão na cadeia. No Brasil, por terem feito greve contra as péssimas condições de trabalho, que expõem os vôos comerciais de linha a riscos, controladores de vôo militares foram condenados à prisão e expulsos da Aeronáutica (p. 19).

Na entrevista que concedeu à *Revista Adusp*, e que principia na página 26, o ministro Vannuchi emi-

Polícia abre inquérito por

Quem espera o ônibus do outro lado da rua provavelmente não sabe muito sobre o nº 921 da Rua Tutóia, no bairro do Paraíso, em São Paulo. Mas em 24 de agosto de 2008 não houve quem deixasse de prestar atenção à manifestação pública que evocou a história do local, que hoje abriga o 36º Distrito Policial.

Naquela tarde de domingo, cidadãs e cidadãos de todas as idades marcharam pela rua e depois fizeram pinturas no chão, para lembrar que durante a Ditadura militar funcionou ali a infame unidade militar que ficou conhecida como DOI-CODI do II Exército.

Pois bem: desde o dia seguinte a passeata tornou-se objeto do inquérito policial 609/08, que corre no próprio 36º DP. Os manifestantes teriam danificado espaço público e infringido o artigo 65 da lei 9.605/1998, segundo o qual constitui crime sujeito a pena de até um ano de detenção "pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano". Paulo Fávero, estudante de Artes Plásticas da USP, foi intimado a depor.

"Os manifestantes pediam para que aquele lugar não continuasse sendo o 36º DP, mas sim um espaço da memória e da resistência", explicou Fávero à *Revista Adusp*. "Comunista ainda é elemento para ser chamado para depor, caso seja identificado", ironiza. "Os advogados tiveram acesso ao inquérito antes do meu depoimento e constava lá que eu era suspeito de mandante do ato e que sou representante da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), o que é uma mentira. Eu não sou membro da LBI, e não sei qual seria a relevância se eu fosse da LBI. Não sei qual é a relação

Daniel Garcia

Castro, Rossi, Mocarzel e Gervitz: debate

MANIFESTAÇÃO DIANTE DO ANTIGO DOI-CODI

Paula Sacchetta

Pinturas no chão motivaram inquérito no 36º DP

entre a minha filiação ideológica, partidária, e a minha participação no ato", questiona.

Esse caso emerge estranhamente vinte anos após a promulgação da Constituição de 1988, que garante o pluralismo político. No inquérito também são citados Ivan Seixas; Darlan dos Reis, residente no Ceará, que não compareceu ao ato, mas divulgou-o em seu blogue; e o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), que durante o ato ofereceu testemunho como ex-preso político. O inquérito é instruído com diversas fotografias da manifestação.

"Parece que essa história [dos crimes da Ditadura] aconteceu em um lugar abstrato. A gente fala do DOI-CODI, a gente lê nos livros sobre o DOI-CODI como principal centro de tortura, mas parece que ele não tem um lugar", aponta Fávero.

O estudante sustenta que foi indiciado em 12 de novembro, a data do seu depoimento: "O escrivão fez questão de dizer que os meus dados cadastrais estavam entrando no sistema da Polícia e que eu estava sendo indiciado. Isso é um fato". A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública nega: "As investigações estão em andamento" e "não há registro de pessoas sendo indiciadas". Procurado pela *Revista Adusp*, o delegado substituto Valdecir Alves dos Reis optou por não falar sobre o caso.

te opinião sobre alguns destes paradoxos. E reitera sua disposição de deixar o governo, caso o presidente Lula não banque os avanços necessários no tratamento desta aguda questão política nacional.

Também no plano cultural e institucional, multiplicam-se as iniciativas de reparação simbólica e reconstituição da memória dos que enfrentaram o regime militar ou foram perseguidos por ele. A direção da Faculdade de Medicina da USP resolveu homenagear vários professores que viveram esta opressão e sofreram verdadeira reviravolta nas suas carreiras acadêmicas. Ex-estudantes da USP que viviam no Conjunto Residencial (Crusp) quando ocorreu a invasão do Exército, em 1968, organizaram um emocionante reencontro (p. e 56 e 62).

Os cineastas Roberto Gervitz e Sérgio Toledo relançaram em dvd o histórico documentário "Braços Cruzados, Máquinas Paradas", sobre a greve de 1978 dos metalúrgicos de São Paulo e a luta contra o sindicalismo pelego de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão. O (re)lançamento deu ocasião a um debate que reuniu Gervitz, o também cineasta Evandro Mocarzel e antigas lideranças da oposição metalúrgica, como Waldemar Rossi e Cloves de Castro.

DOPS agora é Memorial da Resistência

Diante de ex-presos políticos, Governador fica em silêncio

Tatiane Klein
Estudante de Jornalismo (ECA-USP)

Anderson Barbosa

Reformado, prédio que abrigou polícia política tornou-se um espaço educativo

Do lado de dentro do prédio da Estação Pinacoteca, quatro celas são relíquia do passado repressor do Estado brasileiro. "Olavo Hansen morreu aqui", está gravado no interior da cela 2. "Pegaram meu bebê para me ameaçar", assina Rose Nogueira ao lado. Apesar de remeterem ao período da Ditadura militar, tais inscrições são réplicas das originais. Foram feitas há menos de um ano, no processo de reconstituição das dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, mais conhecido pelas siglas Deops e DOPS, e de construção do Memorial da Resistência, trazido a público em 24 de janeiro de 2009.

Nesse dia, o edifício que abriga o Memorial, originalmente construído como espaço para os escritórios e armazéns da Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, recebeu de ex-presos políticos a jovens estudantes, passando pelas autoridades que inauguraram oficialmente o espaço. Pronunciaram-se, na aber-

tura, o Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, nas figuras de Rafael Martinelli, seu presidente, e do jornalista Ivan Seixas; o coordenador da Pinacoteca do Estado, Marcelo Araújo; o secretário estadual da Cultura, João Sayad; e o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, representando o ministro Tarso Genro.

Aguardado por três horas desde a abertura do evento, às 11 horas, o governador José Serra não se manifestou no lançamento do Memorial. Apesar de ter sido cumprimentado por Martinelli, como "companheiro de perseguição política desde 1964", o governador apenas visitou o espaço e sequer falou aos jornalistas que cobriam a inauguração. Questionado pela *Revista Adusp* sobre a possibilidade de transformação de outros locais, para fins de preservação da memória histórica, Serra novamente silenciou.

Sayad, porém, respondeu à reportagem, afirmando que existe interesse do governo na criação de outros memoriais. "Eu gostaria que o museu fosse mais dramático ainda, mas sempre será uma reconstrução, porque o original se perdeu — foi pintado, raspado e perdido", reclamou ele na abertura do evento. A referência do Secretário da Cultura é a reforma que, em 2002, transformou a aparência original do Deops em um ambiente em que as celas "pareciam confortáveis salas de hotel", nas palavras do secretário da Cultura.

A reprodução das celas tal como elas eram no período 1971-1982 só foi possível graças ao trabalho do fotógrafo José Patrício, do jornal *O Estado de S. Paulo*, na reconstituição. "Ninguém sabia mais como era. As portas e as colunas foram as únicas coisas que se mantiveram originais", ele explica. Durante todo o mês de outubro de 1998, quando Patrício trabalhava para o *Diário Popular* e enquanto o prédio do Deops ainda conservava sua forma original, o fotógrafo visitou várias vezes o local, registrando detalhes importantes para a reconstituição. "Muitos presos não lembravam mais [como era]. Diante das fotos a memória deles revivia", aponta Patrício, lembrando que a existência de uma escada no final do corredor em que os presos tomavam sol foi confirmada por uma fotografia sua. A maquete exposta no principal saguão do Memorial também foi baseada nas imagens produzidas por ele.

Anderson Barbosa

Interior de cela aberta à visitação

Há dependências, contudo, que não foram reabertas. As salas de tortura, que ficavam nos andares superiores, permanecem fechadas. Patrício explica que houve intenção de abrir essas salas, mas não havia material suficiente para reconstruir os espaços. Ele recorda especialmente a sala do famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury: "A sala dele tinha móveis rústicos, móveis pretos, uns sofás verde-e-amarelo. Ele era um cara que todo mundo temia muito. E no andar em que ele ficava, só mesmo os policiais podiam entrar. Eu cheguei a retratar e relatar tudo isso aí, em imagens: a sala dele, a caveira do Deops, muitos móveis, muitos objetos".

Na última das celas reconstituídas, depoimentos sonoros de ex-presos políticos detalham o clima de solidariedade que se criou entre eles no interior do Deops. Um deles, o jornalista Alípio Freire, lembra no áudio o quase ritual de salvamento para os companheiros que voltavam da sala de tortura. Era preciso "fazer massagem; não dar água imediatamente"; depois de

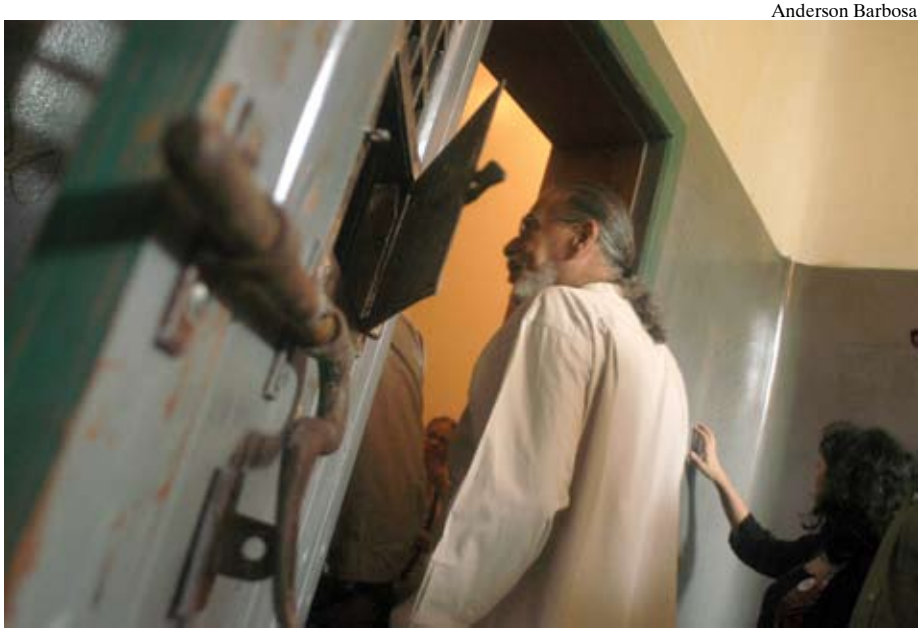
um tempo, conta Freire, vinha o leite e a conversa com o companheiro. Entre os prisioneiros, a conversa era como uma celebração.

Um episódio marcante foi a noite do assassinato de Carlos Marighella. Segundo o relato de Freire, o delegado Raul Ferreira desceu as escadas carregando fotografias, uma bíblia, uma estola nas mãos. À frente da cela 2, o delegado, cujo apelido era "Pudim", começou a cantar: "Olê, olá! Marighella se f. foi no jantar!". Ofendidos, os presos não aceitaram a notícia da morte do veterano militante comunista, líder do grupo armado clandestino Ação Libertadora Nacional (ALN). "A gente não acreditou e ele mostrou as fotos do Marighella morto", deslinda Freire. Rindo, o delegado seguiu pelos corredores do Deops exibindo as fotografias e cantando. Na contrapartida dessa tentativa de desmoralização, os presos cantaram a Internacional Comunista.

Em entrevista, Freire, que chegou ao Deops em 6 de julho de 1969, relembra outros aspectos da cotidiano: "Durante a semana, de segunda a sexta, nós subiamos para ser interrogados e torturados. Vários companheiros. Toda vez que alguém estava lá em cima, aqui em baixo tinha um silêncio sepulcral, porque a gente não sabia o que estava acontecendo com esse companheiro, não sabia se ele voltaria. Nesse período você não existia legalmente, não existia mandado judicial. Nesse período muitos companheiros desapareceram para sempre".

Freire, que assessorou a reconstituição, destaca a importância da existência do Memorial: "O antigo Deops, hoje Memorial da Resistência, nome absolutamente adequado, é apenas um importantíssimo passo, o projeto é maior do que está aí. Temos que ir em frente. Devemos nos apropriar de todos os espaços de memória deste país, não só de São Paulo. Porque foram muitos centros de tortura e eles vão demolindo. Demoliram o quartel onde funcionava a Oban e o Presídio Tiradentes".

Anderson Barbosa



Alípio Freire revê o local

Sérgio Gomes, jornalista que ficou preso no Deops em 1975, reclama da inexistência de um memorial não só para lembrar as agruras do regime, mas também das idéias políticas que pautavam a ação dos grupos e indivíduos perseguidos durante a Ditadura. Segundo ele, faltam iniciativas da parte dos próprios militantes do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça para que os projetos políticos dos prisioneiros da época ganhem fôlego nos dias de hoje tal e qual as histórias de repressão.

O projeto do Memorial começou a ser implantado em maio de 2008 e foca desde as ações educativas e culturais até a disseminação de estudos e pesquisas científicas sobre o Deops. Ele abriga também um Centro de Referência Bibliográfica e de Bens Patrimoniais que expõe objetos retirados de inquéritos, bem como reproduções de fichas de presos políticos que constam dos registros do Deops e hoje estão em posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O trabalho de pesquisa fica por conta do Proin, um projeto que integra a Universidade de São Paulo e o Arquivo Público do Estado, que existe há 12 anos e hoje já permite a consulta parcial de fichas do Deops pela internet. O projeto do Memorial da Resistência é de autoria das professoras Maria Cristina Oliveira Bruno, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e Maria Luiza Tucci Carneiro, do Departamento de História da FFLCH-USP.

Em céu de brigadeiros, FAB prende e expulsa controladores de vôo, à moda da Ditadura

Fausto Salvadori Filho
Jornalista

Antonio Milena/AE

Controladores de vôo militares em atividade na torre de controle do Aeroporto de Congonhas

O Brasil é um dos raros países do mundo a conservar o controle do espaço aéreo em mãos militares, no caso as da Força Aérea Brasileira. Assim, 85% dos controladores de vôo são sargentos e suboficiais, subordinados à hierarquia militar e submetidos a jornadas de trabalho exaustivas e ordens de prisão arbitrárias. Neste cenário, a cúpula da FAB parece ignorar propositalmente um erro no software *de proteção aos vôos, ao mesmo tempo em que acusa os controladores pela tragédia do Boeing da Gol em 2006. Após a greve de 2007, 102 controladores foram afastados da função ou expulsos. Oito deles foram condenados pela Justiça Militar a penas de prisão por crimes como "incitamento à desobediência" e "publicação e crítica indevida"*

Dezoito horas seguidas de atividades militares na selva amazônica, com direito a duas horas e meia de sono. O controlador de tráfego aéreo só teve tempo de passar em casa para um banho e um almoço apressados antes de seguir para o Destacamento de Proteção ao Vôo de Porto Velho (RO) e iniciar seu turno em uma das profissões mais estressantes do mundo. Ali, o controlador, um sargento da Força Aérea Brasileira (FAB), não resistiu e foi questionar seu superior, um major. Observou que não é inteligente privar um homem do sono, submetê-lo a um treinamento extenuante, e logo depois colocar em suas mãos as vidas de centenas de pessoas, conduzidas por monstros voadores de 200 toneladas.

O major não gostou do questionamento. Acusado de desacato, o controlador pegou dez dias de prisão administrativa. O episódio, contado por um controlador que prefere se manter no anonimato, aconteceu anos atrás. Em 2007, um comandante da Aeronáutica em Salvador (BA) ordenou a prisão de outro controlador por um motivo semelhante. Seu crime? Desobedecer às ordens e anotar no Livro de Registro de Ocorrências um incidente que poderia apontar uma falha na segurança aérea[1].

"A hierarquia vale mais do que a segurança", resume o procurador Fábio Fernandes, do Ministério Público do Trabalho (MPT), que em 2006 instaurou uma investigação das condições de trabalho dos controladores. "Se o controlador desobedece a uma ordem tecnicamente errada de um superior, será punido com advertência, suspensão, prisão ou expulsão. Se obedece e ocorre algum acidente, ele também responde", afirma.

A partir de 2007, sargentos e suboficiais do controle de vôo passaram a ser proibidos de anotar as falhas de sistemas e equipamentos de vôo no Livro de Registro de Ocorrências sem antes passar pelo crivo de um oficial, que decide o que deve ou não ser registrado. "No mundo inteiro, é dever do controlador registrar as falhas que representem risco à vida humana, para que medidas corretivas possam ser adotadas. No Brasil, o Comando da Aeronáutica impediu os controladores de fazerem seus relatos, o que é um

absurdo", denuncia Roberto Sobral, advogado da Federação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta).

Tudo mentira, segundo a Aeronáutica: "A hierarquia se reflete na relação humana, não na profissional. Quando um mecânico, que é sargento, diz a um piloto tenente-coronel que um avião não tem condições de voar, não está quebrando uma hierarquia, mas cumprindo o dever profissional", garante o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

Não é o que dizem controladores e especialistas. "Quando um controlador reporta o mau funcionamento de um equipamento, é como se estivesse cobrando a chefia. Isso não existe no militarismo, em que o chefe é quase um deus", afirma um controlador militar com duas décadas de experiência, afastado por "indisciplina". Seu nome, como o de outros colegas, não aparecerá aqui: "Eu posso ser preso por esta entrevista. E estou cansado de ser preso."

Ele é uma das vítimas do amplo expurgo conduzido pelo comando da FAB no Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo de Manaus (Cindacta-4), em represália ao aquartelamento dos controladores, equivalente a uma greve no mundo civil, ocorrido em 30 de março de 2007 em âmbito nacional. Desde então, a força expulsou ou afastou de suas funções, em vários centros de controle no país todo, 102 controladores, dos quais 40 chegaram a ser presos.

A Justiça Militar chegou a condenar oito controladores de vôo do Cindacta-4, em julho de 2008. Um deles foi condenado por "incitamento à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar", recebendo pena de dois anos de prisão; outro, além desses crimes, incorreu no de "publicação e crítica indevida", e sua pena foi de dois anos e dois meses de prisão. Outros seis foram condenados por "publicação e crítica indevida" e por "desrespeito a superior", recebendo penas que variam de dois meses a seis meses e 15 dias de prisão.

Ameaças, censura, perseguições... Para os controladores de vôo, é como se o regime militar continuasse até os dias de hoje

Todos sofreram prisão preventiva em 2007; sete foram soltos somente após 50 dias. Eles aguardam em liberdade o julgamento do recurso nas instâncias superiores (inicialmente, o Superior Tribunal Militar, depois o SFT). Sete já não estão mais na Aeronáutica: seis foram expulsos e um se desligou voluntariamente após passar num concurso público.

Na Justiça Militar, as sentenças são exaradas por um colegiado formado por quatro oficiais e um juiz togado. "A Justiça Militar é uma justiça de exceção, um resquício da Ditadura que não faz sentido em épocas de paz", protesta o advogado Sobral, da Febracta. Alguns controladores preferiram recorrer de suas prisões à Justiça comum, onde têm mais chance de serem ouvidos por juízes a quem não têm de bater continência.

Denúncias sobre perseguições e ameaças partem inclusive de quem nunca vestiu uma farda. "Fui vítima de truculência e espionagem", afirma o procurador Fernandes, ao contar que teve uma surpresa quando foi depor na CPI do Apagão Aéreo, em 2007, em Brasília. Segundo Fernandes, o deputado Marco Maia (PT-RS), relator da CPI na Câmara dos Deputados, mostrou-lhe cópias de mensagens eletrônicas que o procurador trocara com os controladores. "Perguntei como ele conseguiu aqueles e-mails. Ele disse: 'Apareceu no meu escaninho'...".

Sobral, por sua vez, relata ter recebido várias ameaças de morte desde que passou a acusar nove tenentes-brigadeiros, membros do Alto Comando da Aeronáutica, de abandono de posto durante a greve dos controladores, em 2007: "Já recebi ameaças até no telefone de um hotel onde me hospedei em Buenos Aires", recorda. Seu *site* pessoal saiu do ar após ataques de *hackers* e ele tem certeza de que seu celular está grampeado.

Prisões, expurgos, perseguições... Para boa parte dos controladores de vôo, é como se o regime militar iniciado em 1964 continuasse até os dias de hoje. Pois

foi nos céus que o testamento da Ditadura espalhou um de seus legados mais persistentes: o controle militar do espaço aéreo nacional. Ao contrário do que ocorre na maioria dos países, no Brasil a aviação civil não é encarada como simples meio de transporte, mas como uma questão de segurança nacional, integrada à defesa aérea e tutelada pelas Forças Armadas.

O controle militar do transporte aéreo coloca o Brasil ao lado de Coréia do Norte, Eritréia, Togo e Gabão. "Não há lógica nenhuma para a Aeronáutica controlar a aviação civil. É como se o Exército resolvesse controlar o tráfego nas estradas", compara Jorge Botelho, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Proteção ao Vôo, que representa os controladores civis de tráfego aéreo.

Subordinados à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) os controladores civis são minoria: 497, enquanto os militares são cerca de 3.000, segundo a Aeronáutica. Que é, contudo, a única responsável pela formação dos dois grupos: os militares preparam-se na Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP), enquanto os controladores civis fazem o curso do Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea), em São José dos Campos (SP). Ambas instituições pertencem à FAB.

Metade do tempo de curso é absorvida por conteúdos de formação militar, sem qualquer relação com a navegação aérea. Um dos problemas de formação mais conhecidos é o precário ensino de inglês, que obriga os controladores a lidar com pilotos de vôos internacionais sabendo pouco mais do que algumas frases prontas.

Uma vez formado, o controlador se vê forçado a trabalhar em dupla jornada, usando o tempo livre para cumprir obrigações de caserna. "A situação de submissão do controlador de tráfego aéreo à rígida disciplina militar impõe a esses trabalhadores o cumprimento de funções tipicamente militares, tais como participar de desfiles, formaturas, guarda armada etc. em seus dias de folga", aponta Fernandes.

Publicada no final de 2008, a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 100-25, destinada aos controladores, fortaleceu a obrigatoriedade das rotinas militares. Os profissionais responsáveis pela segurança de vôo das aeronaves devem passar por programas de instrução que incluem "ordem unida, (...) condicionamento físico, prática de tiro, marchas, acampamentos, formaturas e outras julgadas de interesse". Um controlador resume: "Estão militarizando cada vez mais nossa rotina. Fica mais fácil nos controlar. Não é bom para a população, que passa a receber um serviço pior".

O Centro de Comunicação Social da FAB rebate: "Não existe dupla jornada. O controlador tem alguma atividade militar durante o período de formação. Depois que se torna controlador operacional, o comprometimento dele com as questões de caserna, no sentido de desfilar e marchar, é mínimo. Normalmente, uma vez por ano".

Ao contrário dos países em que o controle do tráfego aéreo é uma profissão bem remunerada (embora sem exigir diploma universitário), no Brasil os soldos dos controladores militares vão de R$ 1.872 para terceiro-sargentos a R$ 3.076 no caso de suboficiais. A baixa remuneração leva os controladores a apelarem para "bicos". Quando não estão orientando aviões no espaço aéreo, muitos sargentos trabalham nas ruas como taxistas. Cerca de 90% dos controladores têm um segundo emprego, segundo a especialista em saúde do trabalho Rita de Cássia Araújo Sampaio, autora de um dos primeiros estudos sobre o cotidiano dos controladores[2].

Além de detectar conflitos entre a estrutura militar e as necessidades do controle aéreo, a pesquisadora registrou várias queixas relativas à má qualidade dos equipamentos. Na época, os controladores já denunciavam que eram obrigados a gerenciar mais aeronaves, ao mesmo tempo, do que o limite permitido por normas internacionais. Reclamavam de radares antiquados que exibiam aviões inexistentes sobre a tela, das freqüentes "quedas" do sistema, da existência de "buracos negros" no espaço aéreo — que durante anos fizeram várias aeronaves sumirem dos radares ao sobrevoar a região amazônica. Novamente, a Aeronáutica nega tudo: "O sistema é seguro e foi desenvolvido com a colaboração dos próprios controladores".

"Nas atuais condições, só não temos um grande acidente aéreo por semana porque os controladores se desdobram para trabalhar em condições que acabam com a

Arquivo pessoal

Procurador Fábio Fernandes

sua saúde." Rita de Cássia fez esse alerta em 2000. Seis anos antes de o vôo 1907 da Gol matar 154 pessoas ao se desintegrar na selva amazônica. E sete anos antes que o Airbus do vôo 3054 da TAM perdesse o controle no aeroporto de Congonhas e matasse outras 199. A investigação conduzida em 2007 pelo MPT chegou às mesmas conclusões: "O sistema está em colapso, seja do ponto de vista humano, seja do ponto de vista dos equipamentos".

Uma das causas da colisão do Boeing da Gol com o jato Legacy da ExcelAire, em 29 de setembro de 2006, já era uma velha conhecida dos controladores: uma falha que permitia ao *software* X-4000, empregado na navegação aérea brasileira, modificar automaticamente o nível de vôo das aeronaves registradas na tela de controle, sem conhecimento do controlador.

O defeito, que poderia levar o sistema a fornecer informações erradas sobre o posicionamento das aeronaves, surpreendeu os representantes da Federação Internacional de Controladores de Tráfego Aéreo (Ifacta, na sigla em inglês), que visitaram o país logo após o acidente da Gol. A organização, que reúne 50 mil controladores em 130 países, afirmou que controladores e pilotos foram vítimas dos equipamentos em operação e de "armadilhas inaceitáveis", "geradas por um sistema não tolerante a erros, um sistema de controle do tráfego aéreo mal desenhado"[3].

Apesar das denúncias, a Aeronáutica continuou a manter no sistema as modificações automáticas de nível de vôo apenas para não dar razão aos controladores e eximir-se de sua responsabilidade na tragédia do vôo 3054, sustenta o advogado Sobral. A prática foi reconhecida por uma autoridade aérea (não identificada) em auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU)[4]. A FAB se defende dizendo que a decisão final do TCU aprovou as condições de funcionamento do sistema.

O acidente da Gol abalou a categoria. Os controladores passaram a adotar ações de "operação-padrão" e conduzir os vôos dentro dos estreitos limites determinados pelas normas de segurança e por recursos humanos e tecnológicos escassos, o que gerou meses seguidos de atrasos nos vôos. Era o "apagão aéreo".

Os controladores sabiam que seriam os principais responsabilizados pelo acidente, tanto quanto os pilotos do jato Legacy que voavam com o *transponder* desligado. Eles não esperavam que o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), subordinado à FAB, fosse apontar, como causas da tragédia, as falhas no sistema de navegação aéreo e na formação dos controladores. Representantes das associações da categoria passaram a fazer, então, o impensável para militares: mostrar a cara em entrevistas à mídia e depoimentos no Congresso, nos quais denunciaram as falhas do controle aéreo e pronunciaram, até, a temível palavra "desmilitarização". Pela primeira vez, a opinião pública ouvia falar de "buracos negros" nos céus da Amazônia e tomava conhecimento de controladores que não falavam inglês.

Teve início uma batalha entre os controladores e o Alto Comando da FAB, que culminou, em março de 2007, no aquartelamento de sargentos e suboficiais lotados em Manaus, Brasília, Curitiba e Recife, que paralisaram o espaço aéreo em busca de melhores salários e condições de trabalho. O presidente Lula enviou o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para negociar com a categoria, o que irritou o Alto Comando. A negociação resultou na suspensão da greve, decisão que levou em conta a promessa do governo de que não haveria punições (**vide quadro**), mas o Alto Comando retaliou, ordenando aos oficiais, no mesmo dia, que abandonassem as torres de controle.

Depois que os controladores retomaram o trabalho, Lula ignorou o acordo e permitiu que a cúpula da Aeronáutica iniciasse a caçada aos controladores considerados subversivos. Nos meses seguintes, o que se viu foi um arrastão que arrancou da navegação aérea 102 controladores, muitos dos quais ocupavam cargos de instrutores e supervisores.

"Com a conivência do governo, a Aeronáutica criminalizou o movimento dos controladores, tratando reivindicações econômicas e sociais da categoria como quebra de hierarquia", afirma José Geraldo Corrêa Júnior, o Gegê, sindicalista da central Conlutas. "Temos informação de que vários controladores militares que reivindicaram melhores condições de trabalho estão sendo perseguidos por seus superiores. E isso ocorre durante um governo 'democrático e popular'", afirma Francisco Lemos, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Lula prometeu que não haveria punições, mas não cumpriu. Conlutas e CUT denunciam: a FAB criminalizou a greve, e as reivindicações foram tratadas como indisciplina militar

Para compensar a perda de efetivo, a FAB resolveu chamar de volta profissionais aposentados, e reduziu de dois anos para dez meses o tempo de formação dos controladores. Para o advogado dos controladores, a Aeronáutica força uma preparação a toque de caixa para compensar os expurgos, sem se importar com a qualidade dos formados: "O que se faz na formação desses novos profissionais é uma temeridade criminosa. Jovens despreparados estão sendo atirados em posições operacionais, expostos a situações de risco tanto para quem controla quanto para quem voa."

O acordo que Lula não cumpriu

A minuta de negociação entre o governo e os controladores militares, que pôs fim à greve de 2007, tinha o seguinte teor:

"O ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e a secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República se comprometem com os seguintes itens de negociação a respeito do Controle de Tráfego Aéreo.

1. O governo federal vai fazer revisão dos atos disciplinares militares tais como transferências, afastamentos e outros, envolvendo representantes de associações de controladores de tráfego aéreo ocorridos nos últimos seis meses, assim como assegura que não serão praticadas punições em decorrência da manifestação ocorrida no dia de hoje (30).

2. Abrir um canal permanente de negociação com representantes, inclusive dos controladores militares, para o aprimoramento do tráfego aéreo brasileiro, tendo como referência de início dos trabalhos a implantação gradual de uma solução civil a partir de terça-feira, 3 de abril de 2007.

3. Abrir um canal de negociação sobre remuneração dos controladores civis e militares a partir de terça-feira, 3 de abril de 2007.

Paulo Bernardo Silva
Erenice Guerra"

A Aeronáutica nega perda de qualidade. Diz que conseguiu encurtar o tempo de estudo por meio de um laboratório de controle de tráfego aéreo, um simulador implantado em 2006 ao custo de R$ 12 milhões, e que as reclamações partem de profissionais mais velhos que têm dificuldade para aceitar novas tecnologias.

No processo que move em defesa dos controladores acusados de "motim", a Febracta acusa por sua vez o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e mais oito oficiais-generais de abandono de posto e descumprimento de missão: "Fato que ninguém se atreve a negar é que desde aquela noite de 30 de março, no exato momento em que o ministro do Planejamento Paulo Bernardo entrou no Centro de Controle de Brasília, até o meio dia de 2 de abril, o Comandante da Aeronáutica, encabeçando o Alto Comando da Força Aérea Brasileira, ordenou o abandono de posto, retirando todos os oficiais dos centros de controle de tráfego aéreo", afirma Roberto Sobral na ação.

Ministério da Defesa, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ordem dos Advogados do Brasil... Nenhuma das instituições que receberam as representações da Febracta se manifestou sobre elas, reiterando o véu de silêncio em torno de questões que envolvam as Forças Armadas. "Todos têm medo de falar contra os militares", lamenta Sobral. "Mas continuo a ter esperança de que a norma funcione. É isso ou a barbárie", acrescenta, acenando com a possibilidade de recorrer ao Tribunal Internacional de Haia.

Apesar das várias irregularidades apontadas pelos procuradores, a investigação do MPT também não trouxe consequências. Fernandes conta que foi perseguido dentro da própria instituição por criticar abertamente os militares. Quando a Procuradoria Geral do Trabalho resolveu criar uma força-tarefa em parceria com outros órgãos para analisar a situação dos controladores ("uma bela estratégia de *marketing*"), Fernandes ficou de fora. "Fui criticado e defenestrado dentro da própria instituição", conclui.

"Fui defenestrado dentro da própria instituição" por criticar os militares, afirma o procurador Fábio Fernandes, do MPT

Hoje, a cúpula da Aeronáutica pode se dar por satisfeita: conseguiu desarticular o movimento dos controladores. A maioria abandonou as entidades representativas — a Associação dos Profissionais de Controle de Tráfego Aéreo de São Paulo, por exemplo, que chegou a ter 112 membros, hoje tem apenas dois. Para substituir os trabalhadores expulsos, a FAB prossegue com a formação em ritmo acelerado e pretende chegar a 4.000 controladores militares em 2010.

O relatório final do Cenipa sobre o acidente da Gol, divulgado em dezembro de 2008, imputou aos controladores a maior responsabilidade pela tragédia, ao lado dos pilotos do Legacy. Nada de problemas nos equipamentos ou na formação dos controladores — é a versão oficial. Na Justiça Federal, porém, os controladores foram absolvidos.

"O Cenipa (como parte da mesma Força Aérea Brasileira que é responsável pela prestação do serviço de controle de tráfego aéreo) escolheu por responsabilizar pela colisão aérea de 2006 somente os operadores da linha de frente", reagiu em nota a Ifatca. Para a associação internacional de controladores, a decisão do Cenipa "parece dirigida pela sua relutância em expor os responsáveis e os departamentos dentro da própria organização". Nas palavras de Rita de Cássia, os controladores "chegaram a um ponto máximo de vulnerabilização moral como categoria profissional" e foram "transformados em bodes expiatórios".

NOTAS

1 SELLIGMANN-SILVA, E. *A instabilidade aérea e os limites humanos*. Observatório Social. 2007. http://tinyurl.com/instabilidade

2 ARAUJO, Rita de Cássia Seixas Sampaio. *O trabalho na aviação e as práticas de saúde sob o olhar do controlador de tráfego aéreo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública/USP, São Paulo, 2000. http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-09012007-162311

3 Ifacta. *Brasil: Uma oportunidade desperdiçada* (nota à imprensa). http://www.ifatca.org/press/posn120109.pdf

4 Relatório de Auditoria TC-020.840/2007-4, pág. 57

Democratização incompleta poupou controle militar

Daniel Garcia

Alexandre Fuccile

A expansão dos domínios da Aeronáutica para muito além da defesa aérea é um dos indícios de uma transição democrática incompleta, incapaz de enquadrar totalmente as Forças Armadas sob o controle civil. Encerrada a Ditadura, os militares abandonaram o exercício direto do poder, mas conservaram "prerrogativas que possibilitavam a permanência de um papel político relevante, ainda que em outros moldes", segundo o cientista político Alexandre Fuccille, autor da tese de doutorado *Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil (Unicamp, 2006)*.

O atual sistema de controle aéreo, observa Fuccile, foi implantado nas décadas de 1960 e 1970: "Diante do desafio de estruturar um sistema caro como esse, num período em que a Lei de Segurança Nacional estava vigente e os militares desconfiavam de tudo e todos, se optou por uma solução *sui generis*, a de reunir o controle de vôo e a defesa aérea num único órgão".

Os governos democráticos deram passos importantes, ainda que insuficientes, para controlar os militares: a criação do Ministério da Defesa (1999) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac, 2006), que substituiu o antigo Departamento de Aviação Civil (DAC). No setor aéreo, contudo, a confusão de papéis entre Anac, FAB e Infraero provoca repetidas trombadas. "As atribuições de cada uma não estão claras, o que gera sobreposição de funções e um controle ineficaz", analisa Fuccille.

A presença dos militares espalha-se por vários setores da aviação civil. A Infraero, responsável pelos aeroportos, é dirigida por tenentes-brigadeiros. "A Infraero é praticamente uma extensão da FAB", explica o sindicalista aeroportuário Francisco Lemos, lembrando que várias bases aéreas são instaladas ao lado de aeroportos, de onde tiram a renda para bancar suas despesas.

A sociedade brasileira precisa completar a transição democrática com a criação de mecanismos de controle sobre os militares, diz Fuccille. "Nossas Forças Armadas continuam a atuar de forma autônoma. A consolidação da democracia depende da criação de mecanismos de controle sobre as políticas de governo, inclusive na área de defesa".

Para Fuccille, o controle de tráfego aéreo pode continuar a ser feito pelos militares, desde que obedeça a uma orientação civil. "O mesmo vale para a área de defesa, que deve seguir estratégias definidas pelo poder civil; o militar tem que ser operacional". Em sua tese, ele adverte: "A democracia só pode funcionar se os que têm as armas obedecem aos que não as têm".

ENTREVISTA
PAULO VANNUCHI

"A resposta de que não há arquivos da repressão não pode ser aceita"

"Não passa um dia sem que haja graves violações de direitos humanos no Brasil. Qualquer fuga dessa análise é uma tentativa de tapar o sol com a peneira". A constatação é do ministro-chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, Paulo Vannuchi. Ele comemora o que chama de "desbloqueio do tema do direito à memória e à verdade", uma de suas principais preocupações desde que chegou à SEDH, há três anos.

Ao mesmo tempo, Vannuchi reitera sua disposição de deixar o ministério caso não consiga avançar em questões sensíveis envolvidas nesta frente, tais como o acatamento da sentença da Justiça Federal que manda localizar os corpos dos guerrilheiros do Araguaia e abrir os arquivos correspondentes, ou a posição do governo Lula diante das ações judiciais referentes à Lei da Anistia. Neste caso, sairá para "não compactuar com um erro histórico".

O ministro da SEDH acredita que coexistem nas Forças Armadas duas culturas: a herdada do regime militar e a "republicana", constitucionalista, que seria majoritária entre os altos oficiais. Mas admite que, se for derrotado em seus projetos, isso será sintoma de que "a construção da democracia brasileira tem um grave problema a enfrentar, institucionalmente mais grave ainda do que o problema específico da tortura", pois ficará evidente que as Forças Armadas consideram-se "a salvo das regras da Constituição".

Esta entrevista foi concedida em dezembro de 2008. Em janeiro de 2009 a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu seu segundo parecer consecutivo favorável à não punição dos torturadores que estiveram a serviço do regime militar, alinhando-se à posição do Ministério da Defesa e impondo um novo revés à SEDH.

Entrevista a Pedro Estevam da Rocha Pomar e Tatiane Klein (colaborou Natália Guerrero), com fotos de Daniel Garcia

Revista Adusp- Ministro, o sr. completa agora três anos de trabalho frente à SEDH. Que avaliação o sr. faz desse período? Que tipo de desafios, de resistências está sendo preciso enfrentar?

Paulo Vannuchi- A primeira avaliação é de que se trata de uma área muito difícil. Porque Direitos Humanos ainda é uma sequência interminável de problemas, ameaças e denúncias de violações dos direitos humanos. Os instrumentos estão distribuídos pelos diferentes ministérios, restando à SEDH o papel de articuladora interministerial.

Ao mesmo tempo, o balanço destes três anos é positivo. A presença do tema na imprensa, o verbete *direitos humanos*, é perceptivelmente pelo menos o dobro. Evidentemente, a celebração dos 60 anos da Declaração Universal, em 10 de dezembro de 2008, colaborou para isso, mas talvez a sociedade brasileira esteja num ciclo de voltar a se preocupar com o tema. Direitos humanos no Brasil era um assunto muito escasso antes do regime de 1964. O primeiro paradoxo é esse: o regime militar marca uma tomada de consciência do tema, centrado na questão da violação dos direitos humanos dos opositores políticos do regime, da música de Chico Buarque ao resistente da luta armada. Essa violação se generalizou, por todos os tópicos.

Superado o regime militar, sobretudo de 1988 para cá, o segundo paradoxo é que não obstante os avanços — leis novas, a própria Constituição incorporando a temática dos direitos humanos, o Brasil aderindo aos mais importantes instrumentos da ONU e da OEA de proteção aos direitos humanos — a rotina de violações ainda é absolutamente desafiante. Não passa um dia sem que haja graves violações de direitos humanos no Brasil. Qualquer fuga dessa análise é uma tentativa de tapar o sol com a peneira. A seriedade do militante de direitos humanos, da autoridade pública na área dos direitos humanos, está em saber conviver com essa dualidade.

Avançamos devagar, a consciência nacional cresce, acabamos de ter uma pesquisa nacional que registra muito positivamente esse avanço, e ao mesmo tempo o sistema prisional brasileiro continua praticamente em colapso; 18 anos depois do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] são exceções, poucas dezenas de experiências no Brasil inteiro, que cumprem os preceitos do ECA quanto ao sistema do atendimento sócio-educativo do jovem em conflito com a lei; a rotina é de "Febens", que transformam esses adolescentes em candidatos a criminosos das grandes quadrilhas.

A questão do indígena, a questão da igualdade homem-mulher, da igualdade racial. E por último, no balanço desses três anos, felicitar o desbloqueio do assunto importante, central, que tinha perdido força, que é o tema do direito à memória e à verdade, quer dizer, o Brasil processar melhor a experiência da repressão política, para, desses vinte e um anos muito negativos para o país, tirar lições e reforçar a democracia que está sendo reconstruída ainda hoje.

Revista Adusp- Queríamos falar da retomada do debate sobre as torturas e as mortes durante a Ditadura militar e a questão das reparações das vítimas. Existem duas ações judiciais, do Ministério Público Federal (MPF) e da OAB, que visam à responsabilização de agentes do Estado. Além disso, a ação da família Teles contra o coronel Ustra foi julgada procedente. O sr. tem conhecimento de outras iniciativas judiciais? Qual sua expectativa pessoal a respeito dessas ações?

P.V.- A SEDH abriga a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, da Lei 9.140 de dezembro de 1995. A Comissão funcionou desde o início de 1996. Durante a nossa gestão, a SEDH tinha se transformado em Ministério e demos, desde que tomei posse, atenção prioritária a esse tema. Não por considerar que seja mais importante que os outros temas da Secretaria, como: pessoas com deficiência, são 25 milhões de brasileiros submetidos a todo tipo de discriminações, violências, exclusões; crianças e adolescentes, que acabei de falar; quer dizer, o leque é muito largo. E mesmo a tortura, que segue existindo amplamente no Brasil inteiro. Então, não é que o tema do direito à memória e à verdade se superponha, em importância, aos outros. O problema é que os demais temas vinham sendo tratados de maneira mais consistente pelo Estado. Não havia uma lacuna, uma dívida. Havia gestão, havia mudanças legislativas. Então acabamos priorizando o assunto no sentido de que se tratava de preencher a lacuna e enfrentar essa dívida, que ainda era do Estado brasileiro, e especificamente do governo Lula.

O livro *Direito à Memória e à Verdade* foi lançado em agosto de 2007, num evento, de propósito, em torno do aniversário da Lei da Anistia. Não no sentido de confrontar a Lei, mas de mostrar que o caráter de reconciliação expresso na Lei tinha sido interrom-

pido, porque não há reconciliação se se interrompe este processo dizendo, por exemplo, que não há mais o que fazer com 140 corpos de brasileiros e brasileiras que foram mortos pela repressão política do regime militar.

O Estado tem condição de organizar uma busca que não necessariamente resultará na localização dos 140 restos mortais, porque pode ser que alguns tenham sido jogados no mar, ou no meio da selva amazônica, mas há abundantes registros de militantes de direitos humanos, organizações, jornalistas, que sem parar vão apresentando depoimentos de participantes dos órgãos de repressão, dando locais de sepultamento. O governo Lula certamente realizará uma expedição consistente para atender a essa exigência. Qualquer processo de reconciliação nacional tem que passar por cicatrizes como esta.

Então foi importante o lançamento público no Palácio do Planalto, com o Presidente da República presidindo esse ato, com vários ministros, e com um discurso, inclusive o meu, de mostrar que aquilo não era um evento de clivagem, de oposição às Forças Armadas, pelo contrário, numa democracia os cidadãos têm de ter respeito pelas suas Forças Armadas. A exigência dessa abertura de informações, localização dos corpos, é que correspondia à real defesa das Forças Armadas numa democracia, e não a atitude corporativista de "não sabemos, não temos informações, os arquivos foram destruídos".

A partir do livro prosseguimos no trabalho, que é planejado para crescer. A idéia é de começar pequeno e tomar corpo com o tempo, e eu planejo isso numa perspectiva transmandatos, não é um processo só para governo Lula. Então fomos começando, com pequenos painéis em acrílico, em metal, homenageando [militantes da oposição à Ditadura], e já temos agora um planejamento para 2009, 2010, digamos, tentando um por mês, espalhados pelo Brasil, já fizemos uma dúzia, não sei quantos, e o Brasil pode ter uma experiência comparável às ruas de Paris, onde é muito comum ver nas esquinas uma placa registrando: "Aqui neste local os estudantes tal e tal foram mortos num enfrentamento com uma brigada nazista durante a ocupação". A Itália também tem isto. Então o Brasil... é uma guerra de dimensão incomparavelmente menor, o número de mortos e desaparecidos contabilizado é em torno de 400, e não passará de 500, se conseguirmos um dia fazer um estudo sistemático sobre os camponeses mortos em 1º de abril de 1964, sobretudo em Pernambuco, Paraíba, onde as Ligas Camponesas enfrentavam diretamente o latifúndio.

"A exigência de abertura de informações, localização dos corpos, é que corresponde à real defesa das Forças Armadas numa democracia, e não a atitude corporativista de 'não sabemos, não temos informações, os arquivos foram destruídos'"

Este trabalho começou a tomar vulto, os movimentos de familiares também são, por um lado, os grandes protagonistas, o mérito maior desse debate está nessa tenacidade, resistência, capacidade de se manter articulado. Mas também vivia um momento de desalento. Revigorou-se nestes últimos dois anos. Além das duas ações judiciais que você referiu, precisa acrescentar uma sentença de uma ação na Justiça Federal iniciada em 1982 por algumas dezenas de famílias, que em 2003 já teve uma sentença da juíza Solange Salgado, que determinava basicamente um prazo para localização dos corpos, no Araguaia, em números arredondados algo na faixa de 70 corpos, que seus familiares ainda não tiveram esse direito milenar, sagrado, antropológico, de prantear e sepultar, fazer o funeral. E também determinava a abertura de toda a documentação, as informações sobre isso.

Em 2003, no início do governo Lula, quando esta sentença foi exarada, o governo federal através da AGU decidiu recorrer da sentença, e isso gerou críticas muito bem fundadas, do círculo de familiares e de militantes dos direitos humanos. O presidente Lula respondeu a essas críticas legítimas com a criação de uma Comissão Interministerial sobre o Araguaia, que o secretário de Direitos Humanos integrava — eu não estava no governo ainda, era meu antecessor. Quando assumi o cargo, percebi que esta Comissão praticamente não tinha cumprido a sua determinação, e consegui pressionar os demais integrantes, concluímos em 8 de março de 2007 um relatório que foi apresentado ao presidente Lula,

"Ministério da Defesa precisa se consolidar"

com recomendações que no fundo reforçam as determinações da juíza Solange Salgado.

Então houve uma grande perda de tempo, mas entre a decisão de recorrer, em 2003, e março de 2007, quatro anos de intervalo, se recupera o ponto de partida. O Presidente, quando recebeu [o relatório] das minhas mãos, junto com a ministra Dilma, manifestou a intenção de, em seguida, fazer uma reunião com os três chefes militares, para fazer o encaminhamento naqueles termos.

Semanas, no máximo um mês depois, o ministro Jobim assume a Defesa e avoca esta responsabilidade, e recomenda que ele tivesse um tempo, como ministro recém-empossado, primeiro para contornar a "crise aérea", que era um problema agudo da conjuntura, em seguida para ele fazer a discussão [com as Forças Armadas]. É a pessoa adequada para isso, no sentido de que a Lei 9.140 tinha sido feita por ele, como ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, tendo como chefe de gabinete José Gregori, que foi o arquiteto da lei.

Por último, existe um procedimento internacional, da OEA, que teve início, eu diria, em 1999, e acaba de ter seu relatório de mérito, em 30 de outubro de 2008. E no dia 19 de novembro o embaixador junto à OEA recebeu formalmente, e o prazo é de 60 dias, o que é muito desfavorável (19 de janeiro), então é praxe se pedir mais um mês, dois meses de prazo. Este relatório termina com sete recomendações: que a Lei de Anistia não continue sendo obstáculo à apuração e responsabilização penal dos responsáveis pela violação de direitos humanos; e, quanto ao Araguaia, seis recomendações na linha de proceder à reparação indenizatória, à reparação simbólica, localizar os corpos, abrir todos os arquivos.

Existem também o procedimento do MPF, as duas ações, das famílias Merlino e Teles, e recentemente um grupo de deputados federais visitou o Procurador Geral da República, para que faça o procedimento devido para um torturador de Minas Gerais, do DOI-CODI, Marcelo Paixão Araújo, que numa [revista] *Veja*, de 1998 possivelmente, fez a declaração: "Eu matei, eu torturei, quem disser que não houve tortura está mentindo" etc. Por onde tenho ido, nesses eventos, tenho registrado que essa pressão terá mais êxito se corresponder a uma interação de atores diferentes. O ator sociedade civil: movimentos, Tortura Nunca Mais, Fórum de Ex-Presos, com a sua pressão, como a bela manifestação pública em Brasília, debaixo de chuva, um passo adiante que o Brasil não tinha feito ainda: *banners* de mais de um metro, com fotos dos mortos, com sinais evidentes das condições em que foram mortos. O governo tem de agir através da atuação da SEDH, Ministério da Justiça e vários outros ministros que estão solidários, enfrentando a divergência interna que se tornou pública.

E a OAB também entrou no Supremo Tribunal Federal com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Na minha estratégia eu deixaria para mais tarde. Deixa a sociedade civil pressionar mais, deixa o Judiciário ferver mais, deixa o governo federal avançar mais, porque se o Supremo, provocado agora, responder negativamente, agora tem a súmula vinculante, nós poderemos ter um problemão. Que não vai acabar com o assunto, mas cria uma grande barreira ao procedimento judicial.

Revista Adusp- Ministro, deixe-me fazer uma ponderação. É verdade que houve mais provocação na Argentina e no Chile da parte dos familiares etc. Mas também houve uma intervenção importante do presidente Kirchner no sentido de re-

vogar a Lei do Ponto Final, o que acabou permitindo uma retomada do processo e levando vários oficiais-generais para a cadeia. Aqui existe esse contraponto, uma Lei de Anistia que a própria OEA vem e diz: "está servindo de obstáculo". Então temos uma diferença, não temos?

P.V.- Muitas diferenças. Deixe-me falar da Argentina com muito cuidado, para não ficar parecendo que temos rivalidades para além do futebol. Também havia procedimentos muito antes do Kirchner. Kirchner é um fenômeno peronista, que nasce do dezembro de 2001, em que ocorre a falência de um outro peronismo. Há uma crise do modelo neoliberal, FMI, que Menem aplicou em nome do peronismo disciplinadamente, desmorona a Argentina em dezembro de 2001, e nasce daí uma transição que durou pouco: De la Rua, a renúncia de De la Rua, Duhalde, e aí Néstor Kirchner e agora Cristina.

Trataram bem o tema, deram a devida importância, dá para a Argentina, nas nossas reuniões, chamadas "Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul", uma espécie de decanato, que eu, em nome do Brasil, cuido sempre de reconhecer. Meu colega lá também chama Duhalde, não é o mesmo, mas é homônimo: Eduardo Luis Duhalde, foi um exilado político importante, e sempre nos curvamos a essa primazia. Dos países da América do Sul é o que mais trabalha, pela voz dos seus presidentes, Néstor e Cristina, o enfrentamento diário...

O processo argentino levou a que a falência de dezembro de 2001, a retomada, colocasse para a liderança argentina, Néstor e Cristina, uma idéia de que o tema ditadura militar é importantíssimo para construir a Argentina hoje. O Uruguai vai ter seu caminho, Chile, Paraguai. No Brasil, evidentemente, a transição teve todas as marcas da chamada transição por cima, de sempre, da nossa História. O que cria problemas, por um lado, mas também pode gerar condições, insisto nisso, seja porque a guerra brasileira teve proporções menores, o número de mortos e desaparecidos é muito mais reduzido, seja porque a transição se distribui por quatorze anos!

"O comandante militar da Amazônia não pode declarar que a política indigenista é 'caótica'. Ao fazer isso, está violando regras militares e a Constituição, porque o comandante supremo das Forças Armadas é o Presidente da República"

Em 1974 o general-presidente que toma posse fala que vai dar início a uma distensão lenta, gradual e segura. Acaba a seqüência de farsas e entra o desaparecimento como regra. Os livros do Elio Gaspari deixam isso claro, até o próprio Ernesto Geisel falando: "É, tem hora que tem que matar mesmo, não tem jeito". Aí tem dezembro de 1976, a Chacina da Lapa, volta a receita da farsa, embora já tivesse ocorrido toda a destruição do comitê central do PCB. Essa transição acaba em outubro de 1988.

Então nesta transição as características são muito diferentes das de um processo como a Revolução dos Cravos, a queda de Somoza, de Ceaucescu, em que é coisa de um dia, dois, você vai lá, entra, pega: "Estão aqui os arquivos da Pide" [polícia política de Portugal]. Há um processo, muito espalhado no tempo, em que prevalece a idéia de reacerto institucional. Neste sentido, se por um lado o tema arquivos da repressão política permite esse tipo de resposta protelatória evasiva — "os arquivos foram todos destruídos com base na legislação vigente daquela época", que é a resposta oficial das Forças Armadas a um aviso ministerial da ministra Dilma — por outro lado permite que o Brasil tenha todas as condições de tratar esse tema pelos puros fundamentos do constitucionalismo.

Ou seja: não tem que tratar isso na forma de "eu fui tenente na época em que fulano era meu coronel, portanto eu lhe devo respeito e solidariedade; se ele está sendo acusado de tortura, de violência, eu tenho companheirismo com ele". Não. Se houver, será sintoma de que a construção da democracia brasileira tem um grave problema a enfrentar, institucionalmente mais grave ainda do que o problema específico da tortura. Quer dizer: ainda não se consolidou a concepção de que no Estado democrático as Forças Armadas não são um ambiente a salvo das regras da Constituição, de todas as leis — o que vale para qualquer civil vale para as Forças Armadas.

Revista Adusp- Mas elas não foram avisadas disso ainda. Elas continuam achando que isso não vale para elas.

P.V.- Tenho como impressão a coexistência de culturas. A cultura do regime militar sobrevive, explicitamente, em *sites* como "Terrorismo Nunca Mais" (Ternuma), que se consideram a salvo da lei, fazem bravatas, ofensa pessoal, atingem a figura de Presidente, de ministros etc.; e em ações no alto oficialato que revelam a continuidade desse estilo. O comandante militar da Amazônia declarando que a política indigenista é "caótica": ele não pode fazer isso. Ao fazer, está violando regras militares, está violando preceitos constitucionais: o Presidente da República é por definição comandante supremo das Forças Armadas.

20 de novembro [de 2008]: o presidente Lula patrocinou e compareceu à inauguração de uma estátua do marinheiro João Cândido no Rio de Janeiro. Naquele mesmo dia a Marinha faz chegar aos jornais comunicado de que aceitava a homenagem, mas não aceitava o caráter de heróis dos marinheiros, porque precisariam ser lembradas também as vítimas dos marinheiros revoltados de 1910. A Marinha não pode fazer esse tipo de pronunciamento. Também está infringindo normas disciplinares etc. Agora, eu sustento que esse procedimento não é o de todos os altos oficiais, e pelo contrário: nos altos oficiais com que eu tenho contato direto, por dever de ofício, prevalece um ponto de vista muito diferente: uma atitude muito constitucional, muito republicana.

Nesse contato, e o contato tem que ser feito sobretudo pelo ministro da Defesa — porque o Ministério da Defesa, criado em 1999 pela metade, agora precisa se consolidar — há uma outra posição: a de que quando se senta junto para discutir o tema, não dá lugar a nenhum bate-boca (como daria se tivesse na mesa alguém desse perfil, "Ternuma"). Uma coisa muito séria, muito respeitosa, muito elegante.

O problema é outro: eventualmente, acreditar que a resposta de que não há arquivos possa ser aceita. Ela não pode ser aceita por inúmeras razões, entre elas a de que ninguém convence ninguém de que todos os arquivos do Centro de Informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica foram destruídos, porque, na hora em que alguém determinasse isso, na mesma hora outro general, outro almirante discordaria: "Não, aí tem a história da nossa Arma", e alguém ficaria sabendo. A imprensa e pesquisadores aparecem com informações. E porque tem esse expediente da reconstituição de autos. Nós mesmos temos milhares de páginas que entregaremos imediatamente, muitas com o timbre da Marinha.

"A decisão judicial sobre o Araguaia, mandando localizar corpos e abrir arquivos, transitou em julgado em outubro de 2007 e espantosamente, 14 meses depois, não tenho notícia ainda de que ela tenha sido citada"

Revista Adusp- Concretamente, que falta para o governo brasileiro abrir inteiramente esses arquivos da Ditadura?

P.V.- Primeiro, falta uma informação objetiva. Além de ter três anos nesse cargo, tenho mais de trinta trabalhando nesta área. Nestes trinta anos nunca recebi uma única informação assim: "Existe um arquivo em tal andar do prédio tal, de tal unidade". Sei que existem *folhas de alterações*: cada militar das três Armas, quando senta praça, até o dia em que morre, tem uma folha, chamada de alterações, que registra internações, licenças médicas, deslocamentos, mudanças, então ali estará a cessão para o DOI-CODI, a ida para o Araguaia ou não.

A sentença de última instância sobre o Araguaia determina localização dos corpos e abertura de todos os arquivos. A decisão judicial federal transitou em julgado em outubro de 2007 e espantosamente, quatorze meses depois, eu não tenho notícia ainda de que ela tenha sido citada. Porque eu tenho uma sentença de última instância, não tem mais recurso. Quatorze meses sem que o Judiciário federal tenha feito a citação para poder correr o prazo de 120 dias que está lá. Tenho dito isto, tenho perguntado para o ministro Jobim, para o advogado-geral da União, que a cada vez ficam de verificar.

Agora, na semana passada, eu ouvi uma primeira informação, de que esta citação teria sido feita, então o prazo começa a correr. Neste momento, qualquer conversa que eu vá fazer terá de ser em torno desse procedimento judicial. Então a sua pergunta, por quê não foi feito até agora, são inúmeras

razões, mas é a hora de transformar isso num procedimento judicial.

O meu trabalho, trabalho de vários outros ministros, é: primeiro, promover uma expedição séria ao Araguaia. Esta expedição tem que ter determinação do Presidente da República; engajamento real, com vontade política, vontade humanitária, das três Armas, mais a Polícia Federal pela sua inteligência; mais a imprensa, mais os familiares e grupos interessados no tema, para verificar todos os locais que alegadamente podem ter sepultura de mortos. Acredito que uma parte dos corpos tenha sido eliminada por mecanismos naturais: deixados ao relento na selva amazônica, é claro que haverá o desaparecimento natural desses corpos. Mas essa investigação pode ser feita.

Nesse momento o Brasil terá que decidir entre essas coisas. Eu cuido de que não terminem oito anos de governo Lula sem que ele pessoalmente demonstre o seu empenho como presidente, uma determinação aos seus subordinados, o ministro da Defesa, e através do ministro da Defesa os chefes militares, de que seja feito isso.

E que dure o tempo necessário, não é uma expedição de uma semana, deve durar semanas, talvez meses, deve custar caro, milhões de reais. Acredito que pode sim localizar corpos, não sei avaliar quantos. Temos um banco de DNA, temos o laboratório genômico que é licitado, recolhemos amostras de familiares próximos de todas as pessoas.

Junto com esse tema há o tratamento que já está pronto, sob responsabilidade da ministra Dilma, do arquivo chamado "Memórias Reveladas" ou "Memória Viva". Consiste em integrar digitalmente todos os arquivos estaduais, que são 15. Os arquivos do DOPS contêm informações e estão sendo digitalizados junto com os arquivos da Abin e das chamadas divisões de segurança e informações, que o período Garrastazu criou como mini-SNIs — na área da Educação é muito importante perceber a vileza, reitores fazendo o trabalho de alcagüete etc. Esses arquivos envolverão um edital da ministra Dilma, em nome do Presidente da República, estabelecendo um prazo de seis meses, talvez um ano, em que sob sigilo, anonimato garantido, todos os arquivos sobre qualquer tema da repressão política do período 1964-1985 sejam transferidos para o Arquivo Nacional, sob pena de irregularidade.

"O tema não é a revisão da Lei da Anistia. O tema é: quem disse que aquela Lei da Anistia está absolvendo torturadores? Isso é lugar-comum que se formou, quando há juristas de peso que falam: a Lei da Anistia não abriga tortura"

Junto, uma nova Lei de Arquivos, substituindo a Lei 11.111, pelos limites que essa lei tinha: se fala em inconstitucionalidade, por permitir o sigilo eterno. Seus autores não concordam que haja sigilo eterno lá, esse é um tema que está sendo tratado no Judiciário. A diplomacia brasileira acha que há temas, de mais de 100 anos atrás, suponho que seja o Acre do Barão do Rio Branco, que ainda têm potencial de causar grandes problemas. Então aí é a razão de Estado, a diplomacia, mais forte do que a abordagem de que isso pertence à história.

Fazer essa *mexida*, nos termos da transição brasileira, quando? A posse de Sarney, primeiro presidente civil: pouco provável. Os presidentes civis: Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique. Existe a demanda de familiares, petistas etc., de que no governo Lula, logo em 2003, se devia ter feito isso. Não se fez, por razões que hoje cabe à história avaliar, e a política avalia. Já houve cisões no campo do PT que respondem a isso. De qualquer maneira, sustento que esse tema não é para ser tratado no ambiente de mandatos presidenciais. No contexto brasileiro, quanto mais longe da data — que não tem uma, é muito espalhada, 14 anos — a chance aumenta.

Nos próximos anos aparecerão mais depoimentos, mais descobertas, arquivos, seja pelo edital da ministra, seja por investigações jornalísticas. Eu recebo chamados a toda hora. Acredito que vai ter torturador que, no leito de morte, vai chamar alguém para falar sobre locais de sepultamento [por exemplo] do Rubens Paiva, ou do Stuart [Angel]. Preciso criar estrutura permanente para colher isso, e o início de 2009 será o momento importante. Claro, se isso não acontecer, não for con-

Vannuchi fala à equipe da Adusp

cretizado basicamente, eu já disse que uma pessoa como eu tem que sair do governo e sairá, eu sairei.

Revista Adusp- Por falar nisso, e o famoso parecer da AGU?

P.V.- O desfecho não está dado neste momento. O MPF de São Paulo abre aquele procedimento contra os dois comandantes do DOI-CODI de São Paulo. Li, estudei, avaliei a peça no seguinte sentido: muito importante isso, coisa corajosa, por que o MPF não faz isso no Brasil inteiro? Não precisava colocar no mesmo saco os dois torturadores e o governo federal, porque ao fazer isso politizou a ação. Minha Secretaria, coletivamente, depois de muita análise, optou pela idéia de defender que a União se tornasse parte ativa na ação. Que o MPF abria a oportunidade de a União deixar de ser ré se ela se transformasse em parte ativa na ação. Defendi isso, mesmo vendo como equívoco a politização: achei que o acerto maior suplanta o erro menor. E fui conversar no governo.

A AGU historicamente tem a tendência de defender a União em qualquer processo. Se você chegar: "Mas a União aqui neste caso pegou esse índio e torturou e matou", não importa. Então nosso trabalho na AGU é criar uma nova mentalidade, dialogando. Quando aparece o pronunciamento, me surpreende. Então não me coube alternativa senão fazer o enfrentamento que fiz, publicamente. Se fizesse só o enfrentamento discreto, interno, que é o recomendado, "roupa suja se lava em casa", o assunto estaria liqüidado.

Então eu disse ao ministro Toffoli [da AGU]: vou fazer um pedido formal, solicitando a revisão de argumentos que são intoleráveis: primeiro, a visão de que o MPF cuida só de interesses coletivos difusos, e que o caso do torturado não é, subentende-se que é um problema do torturado; não é, a tortura de qualquer cidadão é interesse de qualquer outro cidadão, então ele é difuso e coletivo sim, o MPF acertou; segundo, a peça diz que a Anistia de 1979 impede a revisão, o que é *uma* interpretação da Lei da Anistia. Nem o Tarso nem eu estamos propondo revisão da Anistia.

Mais dia, menos dia, virá uma declaração da OEA, de que a Lei da Anistia brasileira viola o Pacto de São José da Costa Rica, a Convenção Americana dos Direitos Humanos. Virá. É a posição internacional. Por outro lado, a Anistia de 1979 trouxe de volta ao Brasil Arraes, Brizola, Prestes, João Amazonas, Apolônio de Carvalho, Betinho... Então o tema não é a revisão da Lei da Anistia. O tema é: quem disse que aquela Lei da Anistia está absolvendo torturadores? Isso é lugar-comum que se formou, quando há juristas de peso que falam: não, essa Lei da Anistia não abriga tortura.

Tem os argumentos de que a tortura é imprescritível; de que é crime comum, não é político; e de que a palavra "conexo" não tem força nominativa vinculante para agasalhar decapitação, degola, esquartejamento, estupro, ocultação de cadáver, que é crime continuado. A discussão reaberta foi essa, por Tarso e por mim, naquele evento. A imprensa tratou, até editorialmente, na velha linha de desviação, de que é "descabido". *O Globo* fez um editorial chamado "Engodo". O presidente do STF declarou: "A Anistia foi ampla, geral e irrestrita". Presidente do Supremo: leia a lei, leia a lei e em seguida o sr. retificará essa declaração que o sr. acabou de fazer. Porque a lei tem um artigo primeiro, com três parágrafos,

e o parágrafo segundo diz: "excluam-se dos benefícios das presentes leis os que participaram de atentados terroristas, assaltos, atentados pessoais"... Ora, se a tortura não é um atentado pessoal, que ela é?

O ministro Toffoli encaminhou ao ministro Eros Grau, relator do STF, os pronunciamentos meu, da Dilma, do Tarso e do Jobim. São três manifestações contra a Defesa, na linha de que a tortura não está prescrita etc. E me responde formalmente que com relação ao meu pedido ele ainda está estudando. Então não é a saída que eu quero, que eu sonho, mas pelo menos não está caracterizado o quadro que antecipei no Prêmio Vladimir Herzog, de que na hora em que prevalecer essa posição uma pessoa como eu tem que voltar para a sociedade civil.

Nós lançamos uma revista de direitos humanos, e o Augusto Boal deu uma entrevista de fundo, belíssima, em que ele começa falando da tortura que sofreu. À pergunta: é prescritível?, ele responde: "Não é prescritível. Euclides da Cunha disse: o sertanejo é antes de tudo um forte. Eu digo: o torturador é antes de tudo um covarde. E por ser covarde, não quero que o Exército, a Marinha, a Aeronáutica tenham covardes lá dentro. Quem for torturador tem que ser excluído". Idéias como esta têm que perpassar a consciência nacional.

Estou concluindo com CNPq, com Capes, bolsas novas setorializadas. Por exemplo, eu quero levar o tema "mortos e desaparecidos de abril de 1964 na região das Ligas Camponesas". Tenho que fazer isso com a UFPE e UFPB, basicamente. E botar essa moçada já em campo para ir pesquisar, com sua bolsa de mestrado e seus orientadores querendo fazer isso, em Engenho Galiléia, Júlio Santana, Chapéu de Couro, João Pedro Teixeira, vai dar para achar ainda filho, e daqui a pouco vamos descobrir que tem 50 mortos a mais, ou 100, porque aqueles que morreram nos primeiros dias de abril não tinham nem carteira de identidade. Meu empenho agora é que o governo Lula não cometa o erro histórico gravíssimo de chegar a dezembro de 2010 sem ter dado o tratamento adequado a isso.

É na questão do tratamento da tortura que se dá no regime militar que você achará a construção do convencimento de que não pode ter tortura hoje. Tem uma lei de 1997 que ninguém aplica, a tortura continua solta

Se eu não conseguir o trabalho, Araguaia etc., no primeiro semestre de 2009, terei de tomar uma decisão negativa. Vou dizer: "Presidente, eu vou sair com uma carta aberta endereçada ao sr., reafirmando toda a minha confiança no seu trabalho, na sua liderança, mas vou terminar que estou saindo porque não posso compactuar com um erro histórico dessa proporção", como a ministra Marina fez.

Claro, você começa a acumular forças para fazer um questionamento mais histórico e mais fundamental, que é o que você fez: qual é a posição das Forças Armadas? Elas aceitam ou não aceitam? Se as Forças Armadas de fato confirmarem a sua interpretação, se continuam sendo um componente à parte do sistema constitucional, a correção disso torna-se prioridade das prioridades. Não acredito que isso represente ameaça de golpe de Estado. O entorno mundial não aponta para nenhum risco, mas para a idéia de que as Forças Armadas ainda não compreendem o que é sua função constitucional, de se curvar ao poder civil e portanto ao voto popular. Que no fundo implica que elas terão de fazer em algum momento, formalmente, não um pedido de desculpas, que tem de ser feito antes de terminar o governo Lula, pelo presidente, mas mais do que isso: elas têm de escrever que, em 25 de agosto de 1961, não podiam ter impedido a posse do vice-presidente João Goulart.

Não vejo até agora o devido esforço nacional, nem dentro do governo, nem na universidade, nem na OAB, para criar essa consciência. Elas terão que dizer que na sua história elas têm glórias, como a batalha de Monte Castelo, e infâmias, como a degola do Conselheiro. Não discutem Canudos, assunto que seria importantíssimo introduzir na escola militar, a leitura obrigatória de *Os Sertões*, os relatórios militares da época, e não considerá-lo um tabu.

É na questão do tratamento da tortura que se dá no regime militar que você achará a construção do convencimento de que não pode ter tortura hoje. Na medida em que tem uma tortura recente que não tem ninguém punido, tem uma lei de 1997 que ninguém aplica, a tortura continua solta.

O insuportável peso da tortura

Natália Guerrero
Jornalista

Daniel Garcia

Manifestação diante do Tribunal de Justiça de São Paulo, após julgamento da ação contra Ustra

Pela primeira vez um agente do Estado, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi declarado culpado por crimes de tortura infligidos contra opositores durante o período da Ditadura militar. A condenação resultou de ação movida pela família Teles, que em 1970 teve vários de seus integrantes submetidos a brutalidades no DOI-CODI do II Exército. Ainda em 2008, MPF e OAB também acionaram a justiça tendo em vista a responsabilização de agentes públicos que praticaram violências a serviço do regime militar. As ações amplificam o debate sobre a Lei de Anistia

Choques elétricos, afogamentos, palmatória, socos, espancamentos, empurrões, pau-de-arara, cadeira do dragão, roleta russa. De uma sucessão de suplícios como esses se compunham os "interrogatórios" reservados por agentes do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, aos militantes ligados à imprensa do então clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, presos naquele 28 de dezembro de 1972. No dia seguinte, a polícia ainda invadiria sua casa e traria ao DOI-CODI os filhos do casal, Janaína, de quatro anos, e Edson Luís, de cinco, junto com a tia, Criméia Alice Schmidt de Almeida, egressa da Guerrilha do Araguaia e, à época, grávida de oito meses. Nos dias que se seguiram às prisões, as crianças tiveram de ver os pais com o corpo coberto de hematomas após as sessões de tortura, os rostos quase irreconhecíveis. A gravidez não deteve, tampouco, as sevícias contra Criméia, torturada por vezes ao lado da irmã.

Naquele período, comandava o DOI-CODI, sigla que designa o infame Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, o "Major Tibiriçá", apontado nos relatos da família como pessoalmente responsável por alguns dos "interrogatórios".

Os Teles não foram os primeiros nem os últimos a sofrer os crimes perpetrados pela Ditadura militar, nem tampouco os únicos a acusar Ustra de participar ativamente de torturas, seqüestros e morte de militantes. Contudo, passados 36 anos, sua história torna-se emblemática: foram os autores da ação judicial que culminou na primeira sentença judicial a declarar culpado por crimes de tortura um agente do Estado.

"É uma vitória da sociedade brasileira, pelo menos de todos os segmentos da sociedade que lutam por justiça, por dignidade. É uma forma de manifestar 'chega de tortura', de dizer que o Brasil que quer ser democrático não pode conviver com a tortura, sob pena de um retrocesso histórico", avalia Maria Amélia, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A ação contra Ustra, impetrada em 2005, é de âmbito cível e teve caráter declaratório, o que afasta punição penal ou de cunho financeiro. Proferida em 9 de outubro de 2008, pelo juiz Gustavo Santini Teodoro, a sentença afirma que "não é crível que os presos ouvissem os gritos dos torturados, mas não o réu. Se não o dolo, por condescendência criminosa, ficou caracterizada pelo menos a culpa, por omissão quanto à grave violação dos direitos humanos fundamentais dos autores César Augusto, Maria Amélia e Criméia".

Apesar de destacar com veemência a importância histórica da

Fábio Motta/AE

Coronel torturador Ustra discursa durante "desagravo", em 2008

decisão, e esperar que crie um precedente para outras de igual teor, Maria Amélia rejeita o que chama de "judicialização" do tema. "Às vezes vejo o pessoal do próprio governo sugerindo que se entre com ação. A questão da punição, da responsabilização, eles jogam para a judicialização. O tratamento mais direto e eficiente seria pelo Executivo". Até porque, analisa, a via judicial reserva muitas dificuldades. "É preciso relacionar testemunhas, mostrar que é importante politicamente, historicamente. E é doloroso para cada uma delas ter que lembrar esses episódios, falar diante do juiz. O ônus recai todinho sobre nós, do ponto de vista pessoal, político, afetivo", desabafa.

Hoje coronel da reserva, Carlos Alberto Brilhante Ustra esteve à frente da unidade paulista do DOI-CODI, o maior e mais importante dispositivo militar de combate às organizações de esquerda, entre setembro de 1970 e janeiro de 1974. Somente nesse período, estima-se que as práticas ilícitas na "casa de horrores", como ficou conhecido o órgão, tenham resultado na morte de mais de 50 pessoas e na tortura de mais de 500. Em 1985, quando atuava como adido militar no Uruguai, Ustra foi reconhecido pela então deputada Bete Mendes (PT-SP) como seu algoz no período em que esteve presa, em 1970. O caso teve grande repercussão na imprensa.

Luiz Eduardo Merlino foi levado de casa por agentes do DOI-CODI, restando à família a promessa de que não tardaria a voltar. Não voltou. Torturado no pau-de-arara, morreu quatro dias depois

Uma das muitas histórias que envolvem Ustra remonta a 1971, e se encontra registrada no livro *Direito à Memória e à Verdade*, publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Na noite de 15 de julho daquele mês, na cidade de Santos, três homens batiam à porta de Iracema Rocha da Silva Merlino, perguntando por seu filho Luiz Eduardo. Diziam ser amigos dele.

O jovem Luiz Eduardo, jornalista e estudante de história na USP, militava no clandestino Partido Operário Comunista (POC), e poucos dias antes chegara da França, onde estivera com Ângela Mendes de Almeida, sua companheira, para estudar e fazer contatos políticos. Quando acorreu à porta, os "amigos" já haviam mudado de tom, a ponto de agredirem sua irmã, Regina. Luiz Eduardo foi levado pelos agentes, restando à família a promessa de que não tardaria a voltar para casa.

O jornalista foi levado à sede do DOI-CODI da Rua Tutóia, onde foi torturado seguidamente por 24 horas. Ao cabo da longa permanência no pau-de-arara, sentia dores fortíssimas nas pernas — sinais da gangrena que lhe tiraria a vida no dia 19 de julho, quatro dias após sua prisão. Mas a versão forjada pelos militares foi de que o jovem morreu atropelado numa estrada ao tentar fugir quando era transportado ao Rio Grande do Sul para identificar companheiros.

Décadas depois, a história de Luiz Eduardo Merlino é revivida e recontada no processo movido por sua irmã, Regina, e sua ex-companheira, Ângela, que pleiteiam na Justiça a responsabilização do coronel Ustra pela morte do jornalista. Ajuizada em 2007, a ação foi também declaratória, em moldes semelhantes aos da família Teles. De acordo com Ângela, algumas informações e relatos que vieram à tona durante o processo dos Teles propiciaram a nova ação. "Nós fomos assistir à audiência e houve uma testemunha, o Ivan Seixas, que declarou que ele tinha visto o Ustra matar ou deixar matar o jornalista Luiz Eduardo Merlino. Foi a partir dessa declaração que nós começamos a procurar advogado, juntar documentos", lembra.

A analogia entre as ações das duas famílias não ensejou, porém, desfechos similares. Em 24 de setembro de 2008, o Tribunal de Justiça de São Paulo extinguiu o processo movido pela família Merlino, por suposta inadequação, ao caso, da ação declaratória. O mérito não chegou a ser analisado, conforme destaca um dos desembargadores, no voto: "É preciso deixar bem claro que o reconhecimento da falta de interesse de agir, na espécie, não pode ser confundido com declaração de inocência do réu, aqui agravante, relativamente aos fatos gravíssimos e imperdoáveis que lhe são imputados. O que se afirma é que o meio processual eleito não é adequado. Apenas isso".

A família Merlino recorreu da decisão. Entretanto, na avaliação de Ângela, está em jogo uma questão política que não se restringe ao passado: "São escaramuças jurídicas que, na verdade, estão espelhando uma enorme resistência de uma parte da população brasileira que não quer ver esclarecidos esses crimes, como também não quer ver esclarecidos os crimes de hoje: tortura, execuções sumárias e tudo".

Palavras que encontram eco na análise do jornalista Ivan Seixas, diretor do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo, e testemunha em ambas as ações. Aos 16 anos de idade, Ivan foi preso e torturado junto com o pai, Joaquim de Alencar Seixas, ambos militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Seu pai, um histórico militante comunista, morreria dias depois, em conseqüência das torturas sofridas no DOI-CODI comandado por Ustra. Para o jornalista, o Brasil amarga hoje sérias decorrências do período repressivo, para além das prisões e torturas. "Os danos causados à cultura, à juventude como um todo, à inteligência do país foram muito grandes. Então você tem que fazer esse resgate, mudar essa mentalidade". Na sua avaliação, as ações e debates que vêm se sucedendo nos últimos anos podem resultar em agudo impasse: "Tem um crescendo hoje, um grande debate que coloca a discussão sobre punição dos torturadores: 'pode ou não pode'. A discussão não é 'pode ou não pode'. É 'deve' ou a gente se omite. Essa é a questão" (**vide artigo de Seixas na p. 52**).

Apresentada pela OAB, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) defende que a Anistia não beneficia os agentes da repressão que praticaram torturas e assassinatos, pois estes seriam crimes comuns e não políticos

Ambas as famílias são representadas pelos advogados Aníbal Castro de Sousa e Fábio Konder Comparato. Este último assina ainda, juntamente com o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cézar Britto, uma ação que questiona a reciprocidade da Lei de Anistia de 1979. Protocolada em outubro de 2008, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 153 consiste no entendimento de que "a anistia concedida pela citada lei aos crimes políticos e conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos durante o regime militar (1964/1985)". Para Comparato, trata-se de assumir responsabilidades perante a História, de forma civilizada. "O que a OAB quer é que a mais alta Corte de Justiça do país diga, perante a opinião pública nacional e internacional, se a Lei de Anistia beneficiou os assas-

Daniel Garcia

Amélia Teles

sinos, torturadores e estupradores do regime militar, que atuaram com apoio dos governantes da época e com financiamento de empresários paulistas", sintetiza.

O ano de 2008 registrou ainda uma outra ação que pretende a punição dos torturadores, de autoria do Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo. Assinada pelos procuradores Eugênia Fávero e Marlon Weichert, a Ação Civil Pública em questão tem como réus a União e os coronéis Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir dos Santos Maciel (recentemente falecido), que comandaram o DOI-CODI do II Exército entre 1970 e 1976. Pede que sejam tornadas públicas todas as atividades do órgão, bem como os nomes dos agentes militares e civis que ali serviram e os dos presos políticos; que Ustra e Maciel sejam responsabilizados pelos crimes cometidos no período; que a União seja declarada omissa por não requisitar reembolso pelas indenizações pagas às vítimas; por fim, que ambos os militares sejam condenados a reembolsar esse montante à União.

Esses eixos traduzem os princípios da chamada justiça transicional, conjunto de medidas destinadas a assegurar a transição de um regime de exceção para um democrático, e que consistiriam nos direitos à verdade, justiça e reparação. "Tudo que se faz em termos de justiça transicional tem como objetivo principal a não-repetição. Essa ação defende um direito coletivo, do interesse público brasileiro em ver totalmente apurados esses fatos, de responsabilizar os seus autores, e de recompor os cofres públicos por isso que aconteceu. A população brasileira não pode arcar sozinha com isso", explica Eugênia.

A Advocacia-Geral da União, um órgão do governo federal, desafiou vários ministros e preferiu alinhar-se à posição da cúpula militar e de Nelson Jobim, emitindo pareceres favoráveis à tese de que a Anistia contempla também os agentes da repressão

A ação do MPF-SP destaca ainda que, por se tratarem de violências sistematicamente infligidas pelo Estado contra setores da população civil, tais atos constituem crimes de lesa-humanidade, previstos em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Eugênia é categórica ao responder aos que argumentam que a condenação não seria possível, por esbarrar nas leis brasileiras. "O conceito de crime contra a humanidade foi criado justamente nesse contexto. Ele é o tipo de fato que enseja punição mesmo que a lei interna do país tenha obstáculos. Quem faz as normas internas? O governo. É óbvio que ele vai procurar alguma maneira de se isentar disso. É o tipo de situação que você não pode pensar com a cabeça de penalista, para crimes como os demais crimes que a gente conhece. Você tem que pensar que entrou numa outra esfera de violação de direitos, o que nunca foi feito no Brasil. Mas também não tinha sido feito nos outros países, e eles estão fazendo."

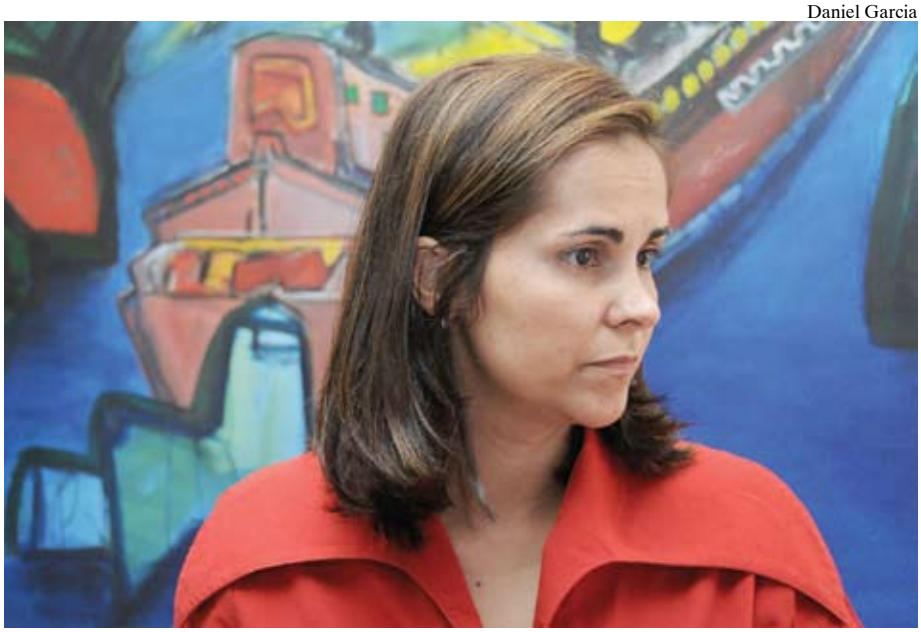
Representado por seu advogado, Paulo Esteves, em todas as ações em que figura como réu, o coronel Ustra nega ter participado de sessões de tortura e afirma que jamais as permitiria em órgão que comandasse. "No mérito, meu cliente nega que tenha participado qualquer violência contra a pessoa. Eu acredito que seja verdade", afirma Esteves. Em contestação à ação movida pelo MPF, a defesa alega que "o MPF é parte ilegítima para defender o patrimônio do Tesouro Nacional"; que o processo deveria se direcionar à União, já que "o réu agiu como

representante do Exército, no soberano exercício da segurança nacional"; e que estaria coberto pela Lei de Anistia, "que pressupôs esquecimento recíproco". Para o advogado, o debate suscitado é desnecessário: "Esse problema já está resolvido, porque as pessoas que participaram disso daqui a cinco, dez anos estarão todas mortas. Isso, se porventura houvesse necessidade, já deveria ter sido feito vinte anos atrás. Passou a hora de ficar discutindo".

No início de novembro de 2008, o processo do MPF foi declarado suspenso até que o STF dê sua interpretação definitiva da Lei de Anistia. Mas, antes da suspensão do processo, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu parecer sobre o caso, no qual corrobora elementos centrais da defesa dos torturadores, reiterando a abrangência da Lei de Anistia para além dos opositores ao regime militar. O parecer afirma que, em todo caso, os crimes em questão estariam prescritos. Quanto à obrigação do Estado de divulgar as informações pertinentes, acrescenta que "não existe qualquer documento relativo ao período estipulado", "sendo impossível o fornecimento dos documentos pleiteados".

Belisário dos Santos Junior, ex-secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, classificou como "escândalo jurídico e político" o parecer da AGU. "Sustentar a possibilidade de destruir documentos públicos, dar a entender que quem fizer isso tem respaldo é um horror", opina. "A AGU diz para os torturadores: destruam o que não destruíram ainda!"

Daniel Garcia



Eugênia Fávero, procuradora da República

Paulo Vannuchi, ministro da SEDH, ameaçou se demitir: "Se, ao final de uma paciente, perseverante, persistente e disciplinada argumentação interna, prevalecer esse ponto de vista, uma pessoa como eu tem que deixar o governo e voltar para a sociedade civil para levar adiante essa mesma atividade", afirmou Vannuchi, que protocolou na AGU pedido de alteração do parecer, para que passasse a considerar o crime de tortura imprescritível e insuscetível de anistia (**vide também entrevista na p. 27**). Na mesma linha manifestaram-se os ministros Tarso Genro, da Justiça, e Dilma Roussef, da Casa Civil.

A AGU alinhou-se, porém, ao ministro Nelson Jobim, da Defesa, que encampou a posição da cúpula das Forças Armadas. Entre seus aliados está o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, que vê no debate sobre a imprescritibilidade "uma discussão com dupla face, porque o texto constitucional também diz que o crime de terrorismo é imprescritível".

Em 30 de janeiro de 2009 a AGU emitiu um novo parecer, desta vez no processo movido pela OAB, e manteve sua posição favorável aos agentes públicos envolvidos na repressão, alegando que a lei em questão não estabelece "qualquer discriminação, para concessão do benefício da anistia, entre opositores e aqueles vinculados ao regime militar", e que "assegurou-se, com a lei, que ambos os lados seriam beneficiados com a anistia, evitando-se, inclusive, qualquer espécie de revanchismo no novo governo".

É de se presumir que a disputa entre, de um lado, os que exigem o direito à memória e à verdade, e de outro lado os defensores do perdão para os torturadores continue acesa. "Por mais que houvesse uma política oficial do esquecimento, da desmemorização, isso não aconteceu, porque os fatos foram de tal gravidade que eles estão, ainda que de forma distorcida, no imaginário do povo", diz Maria Amélia. "Alguém sempre levanta. Não vai cair no esquecimento".

Por uma "contra-Operação Condor"

Natália Guerrero
Jornalista

Reunidos no Rio de Janeiro, pesquisadores e ativistas latino-americanos discutem propostas de integração mais sistemática dos países na garantia dos direitos a memória, verdade e justiça no tocante aos crimes cometidos nos períodos ditatoriais — e manifestam preocupação pela ambigüidade com que o Brasil vem tratando o tema. O encontro promoveu, pela primeira vez, conferência de representantes das Comissões de Reparação e Verdade de nove países, que culminou com a assinatura da Carta Latino-Americana de Justiça de Transição, que enfatiza a ampla cooperação

Kelen Meregali

Sessão do Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição (Rio de Janeiro, 2008)

Ainda que sutis, não foram poucas as cobranças feitas ao Brasil por participantes do Seminário Latino-Americano de Justiça de Transição, ocorrido entre os dias 17 e 19 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro, sob organização da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Durante dois dias, foram realizadas palestras com pesquisadores, juristas, militantes de direitos humanos e representantes do poder público e de ONGs, em que se discutiram os eixos que compõem a chamada justiça de transição, fundamental em processos de democratização: memória, verdade, justiça e reparação.

Para Gerardo Caetano, diretor do Instituto de Ciência Política da Universidade da República, no Uruguai, a compreensão do que deva ser a justiça transicional no continente passa por uma profunda análise do que significou a Operação Condor, o que foi o terrorismo de Estado, suas metas e efeitos. "O terrorismo de Estado não foi irracional, não foi um excesso. Foi, sim, um projeto sistemático, muito racional e muito exitoso, não nos enganemos. E qual seu objetivo central? Impor o silêncio. É um trabalho político sobre o tempo. A política da desmemória, do silêncio imposto, da normatização. E que busca a imobilidade. Uma sociedade sem memória é uma sociedade que não se mobiliza, não muda, e que permite coisas que outras não permitem."

Com relação ao debate jurídico que se debruça sobre as possibilidades de punições ou de abertura de arquivos, o cientista político entende que a discussão deva ser amparada pelos marcos do sistema político democrático: "Na democracia, a fronteira entre o que se pode fazer e o que não se pode fazer sempre está em discussão. A democracia é um sistema inacabado e inacabável. Sempre haverá um novo horizonte de verdade e de justiça a discutir". Esses novos horizontes, aponta Caetano, devem incluir uma política regional de direitos humanos, já que a busca de familiares de um país depende, freqüentemente, de arquivos que se encontram em outros países: "Por isso, o que se passa no Brasil me importa muito, e advogo, como cidadão do Mercosul, que o Brasil assuma, como soube assumir em outros momentos, os desafios de mais verdade e de mais justiça".

A Carta aprovada aponta como eixos fundamentais de uma redemocratização plena a busca da verdade, a consolidação da memória social, a responsabilização nacional e internacional dos agentes estatais que cometeram e promoveram crimes imprescritíveis

As análises da argentina Viviana Krsticevic, diretora executiva do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), vão ao encontro das recomendações de Caetano. Para ela, o trabalho do órgão nos últimos anos, de mediador entre os países e a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), tem as características de uma "contra-Operação Condor". Fortalecer o tema democrático implica, em sua opinião, a articulação de alianças entre sobreviventes, familiares, militantes e advogados de todos os países: "O paradigma dos direitos humanos é que nessas coisas fundamentais somos a Humanidade, e não nos definimos por nossa nacionalidade."

Krsticevic teceu extensos elogios às recentes iniciativas judiciais do MPF e da OAB, e deixou claro que o governo brasileiro está em dívida com a justiça de transição. Uma das expectativas é com relação ao processo, em trâmite no STF, de extradição do major uruguaio Manoel Cordeiro, que vive no país e é apontado como responsável por torturas e assassinatos durante as ditaduras argentina e uruguaia. "Se disser não à extradição de Cordeiro, o Brasil tem a oportunidade de se converter, infelizmente, em um país que ampara os ditadores e os

Kelen Meregali

Juiz Carlos Alberto Rosanski, da Argentina

repressores de toda nossa região", alerta a argentina.

O terceiro e último dia do Seminário foi palco da inédita Conferência das Comissões de Reparação e Verdade da América Latina. Sediado simbolicamente em salão do Arquivo Nacional, o encontro contou com representantes de nove países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Em suas apresentações, as comissões relataram as dificuldades inerentes às especificidades dos respectivos momentos históricos, mas, de modo geral, e com o Brasil ainda na retaguarda, sinalizaram avanços importantes no que tange à abertura de arquivos, criação de espaços de memória, adaptação do arcabouço jurídico ao direito internacional, reparação às vítimas de violações de direitos humanos e, em alguns casos, até mesmo no julgamento e condenação dos perpetradores dos imprescritíveis crimes de lesa-humanidade.

Ao final da Conferência, os países assinaram uma Carta Latino-Americana de Justiça de Transição, que reitera "a importância do comprometimento de todos os órgãos institucionais e das organizações da sociedade civil no engajamento pela busca da verdade sobre os fatos ocorridos durante os regimes de exceção, a partir de medidas garantidoras do acesso amplo e universal a todos os documentos oficiais elaborados à época". O documento aponta como eixos fundamentais para a conquista da redemocratização plena do continente: busca da verdade; consolidação da memória social; responsabilização nacional e internacional dos agentes estatais que cometeram e promoveram crimes contra a humanidade durante os regimes de exceção; reforma das instituições estatais para o fortalecimento da democracia e a integração regional para ações globais de justiça e memória.

"É imperativo da justiça que os Estados latino-americanos, que passaram por regimes de exceção, coloquem à disposição de toda a sociedade nacional e internacional seus aparatos institucionais para que sejam apurados e julgados os crimes praticados em nome dos Estados, considerados imprescritíveis pelas normas do direito internacional, amplamente aceitas pelos países da América Latina", versa outro trecho da Carta.

Coube ao magistrado argentino Carlos Alberto Rozansky, juiz-presidente do Tribunal Criminal de La Plata e membro fundador do Fórum para a Justiça Democrática, encerrar o seminário. No cerne de seu discurso, uma proposta: que se mudem os paradigmas pelos quais se pensa a justiça. O terrorismo de Estado tinha seus próprios — caberia, agora, às sociedades latino-americanas a busca por novos, inclusive pela revisão de anistias, indultos e leis de *punto final*. "Todos os países da região que ratificaram os tratados de direitos humanos são obrigados a cumprir esses tratados. Isso significa que nos paradigmas atuais não existe espaço para indulto algum, de nenhum repressor que tenha violado direitos humanos, porque essa permanência da impunidade desonra os países que firmaram essas convenções", afirmou, sob fortes aplausos. Para que não restassem dúvidas, concluiu: "Em matéria de direitos humanos, de terrorismo de Estado, de atrocidades, tomar partidos é acertar".

Argentin
longe da justiça, ma

Dario de Negreiros e
Jorna

Os processos de punição argentino e chileno não parecem sequer comparáveis ao brasileiro. Percalços e obstáculos que lhes foram impostos não impediram que os tribunais daqueles países condenassem dezenas de militares que cometeram assassinatos e outros crimes de violação dos direitos humanos, inclusive generais e ex-presidentes. Mas isso não quer dizer que os resultados sejam inteiramente satisfatórios: ainda falta muito para que o processo de punição seja dado por completo

A E CHILE
S À FRENTE DO BRASIL

José Tadeu Arantes
listas

Em agosto de 1976, Leonor Gertrudis Marx saiu para ir ao cinema. Sua mãe, Ellen Pincus de Marx, que teve a família dizimada nos campos de concentração nazistas e escolhera a Argentina para fugir de Hitler, veria, quase quarenta anos depois de seu exílio, o nome da filha entrar para a lista dos mais de 30 mil desaparecidos da Ditadura militar mais sangrenta da América Latina.

Aos 28 anos, a meteorologista Leonor não só era militante do sindicato dos empregados civis da aviação militar argentina, de onde havia sido demitida dois meses antes de seu desaparecimento, como participava ativamente do movimento sionista local. O Processo de Reorganização Nacional — como se autodenominava o governo ditatorial de militares como Jorge Videla, Eduardo Massera, Orlando Agosti, Roberto Viola e Leopoldo Galtieri — mal escondia seu anti-

semitismo, tratando presos de origem judia com especial brutalidade.

Repressores que se faziam chamar de *Füher,* gravações de discursos de Hitler e saudações nazistas compõem a memória daqueles que lograram sair com vida dos mais de 340 centros clandestinos de detenção, espalhados por todo o território nacional. "O aparato repressivo cobria todo o país; cada cidade, cada vilarejo, cada bairro. Para efeito de repressão, as Forças Armadas dividiram o território nacional em zonas, distribuídas entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica", diz o jornalista Carlos Gabetta, diretor da edição argentina do periódico *Le Monde Diplomatique*.

Em outubro de 1983, com a eleição de Raúl Alfonsín, teve fim o período de oito anos de arbítrio na Argentina e, apenas dois meses depois, as três juntas militares que dirigiram o país desde 1976 foram processadas. "Em meados de 1984, já tinham sido encaminhadas aos tribunais cerca de 2 mil denúncias criminais. Mais de 800 testemunhas foram convocadas e os militares, acusados de mais de 700 crimes", informa a jornalista e doutora em Ciência Política pela USP Glenda Mezarobba, estudiosa do tema. Videla e Massera foram condenados à prisão perpétua; Viola e Agosti, a 17 e 4 anos e meio de prisão, respectivamente. Mas, em setembro de 2007, quando, aos 87 anos, Ellen Marx faleceu, Videla cumpria pena em sua própria residência, e aqueles que foram diretamente responsáveis pela morte de Leonor aguardavam em liberdade seus julgamentos.

O caso de Leonor Marx é um exemplo de que nem sempre faz jus à realidade argentina a imagem de um país que acertou as contas com os crimes da Ditadura. Se, por um lado, pouco tempo após o fim do regime, grandes líderes da repressão foram julgados e condenados, a tática do governo Alfonsín de concentrar as punições na cúpula das Forças Armadas não tardou a surtir efeitos favoráveis aos criminosos.

Somente em 2005 seriam definitivamente declaradas inválidas pelo Supremo Tribunal argentino as leis do "Ponto Final" e da "Obediência Devida" e, em 2007, anulados os indultos concedidos por Menem

Em 1986, foi sancionada aquela que ficou conhecida como "Lei do Ponto Final", que dava um prazo de 60 dias para que fossem feitos os indiciamentos. "Naqueles dois meses, o que se viu nas Cortes foi um fluxo intenso de novas ações contra os militares", relata Glenda, destacando que, embora 730 acusados tenham se beneficiado com a lei, 450 novos casos ingressaram no sistema antes que expirasse o prazo dado pelo governo. No entanto, alguns meses depois, o Congresso sancionaria a chamada "Lei de Obediência Devida", que desresponsabilizava os oficiais que tivessem agido no cumprimento de ordens superiores. "Até os generais supostamente teriam cumprido ordens vindas de cima. Deste modo, todos estavam desculpados, a não ser a cúpula", explica o professor Osvaldo Coggiola, do Departamento de História da USP e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*.

Luciano Menéndez, um dos generais beneficiados por esta lei, malogrou duas vezes na tentativa de seqüestrar Coggiola, que buscou o exílio após ser expulso da Universidade de Córdoba e ter sua casa devastada pelos militares. Menéndez comandava o III Corpo do Exército, responsável pelo centro de detenção La Perla, em Córdoba, onde mais de 2.200 pessoas teriam sido torturadas e mortas.

Em 1989, a luta dos militares argentinos pela impunidade alcançaria sucesso completo, ainda que provisório. Assim que assumiu a Presidência, Carlos Menem indultou, por decreto, 70 civis e 220 militares, dentre os quais 39 oficiais de alto escalão, como Galtieri e Menéndez. "Depois de 10 anos e mais de 30 mil pessoas seqüestradas, desaparecidas ou assassinadas, não havia ninguém preso. Absolutamente ninguém", ressalta Coggiola. Somente em 2005 seriam definitivamente declaradas inválidas pelo Supremo Tribunal argentino as leis do "Ponto Final" e da "Obediência

Devida" e, em 2007, anulados os indultos concedidos por Menem.

Desde então, consideráveis avanços têm sido alcançados. Em julho deste ano, Menéndez, que cumpria pena em prisão domiciliar, foi condenado à prisão perpétua em cadeia comum. "La hiena de La Perla", como era conhecido o general, já tivera seus bens arrestados pelo Estado em 2007, assim como o general Antonio Bussi, cujas propriedades somavam cerca de US$ 20 milhões. "Embora o número de condenados ainda não seja expressivo, as ações contra acusados de crimes cometidos durante o regime militar estão longe de representar uma exceção", explica a pesquisadora Glenda.

O argentino Rodolfo Yanzón, advogado de acusação nos casos da célebre Escola de Mecânica da Marinha (Esma), pensa que "ainda falta muito para que o processo de punição possa ser dado por completo". Além de privação de liberdade, torturas e extermínio, ocorreu na Esma uma prática peculiar à Ditadura argentina: o seqüestro de bebês. Em 1997, o ex-capitão-de-corveta Adolfo Scilingo admitiu que a recomendação da Esma a seus oficiais era para que os filhos de perseguidos políticos fossem seqüestrados e entregues a "famílias ocidentais e cristãs". "Porque a morte física, só, não basta", afirma Vladimir Safatle, professor do Departamento de Filosofia da USP. Em debate realizado recentemente na Cidade Universitária, em São Paulo, Safatle citou os seqüestros de bebês como o mais claro exemplo de que, em um regime totalitário, nem mesmo o extermínio é suficiente. "Faz-se necessário apagar os traços, impedir que aqueles capazes de portar as memórias das vítimas nasçam".

Yanzón espera que, em 2009, sejam julgados os casos dos militares da Esma e do I Corpo do Exército, unidade responsável por Buenos Aires e da qual faziam parte os assassinos da jovem meteorologista Leonor Marx. "O caso de Leonor fará parte do próximo julgamento", garante. "Ellen não pôde ver ninguém condenado, mas sua energia, sabedoria e solidariedade para com as vítimas estão conosco".

Terminado o regime ditatorial, a* Concertación, *coalizão partidária que governa o Chile até hoje, manteve Pinochet no comando das Forças Armadas por mais oito anos, quando se tornou senador vitalício

Apesar de nunca ter sido encarcerado, não há dúvida de que o caso mais conhecido de condenação a um militar das ditaduras do Cone Sul é o do chileno Augusto Pinochet. Em 1998, aproveitando que o ex-ditador estava em Londres por conta de uma cirurgia, o juiz espanhol Baltasar Garzón, que se tornou mundialmente célebre ao indiciá-lo pelos crimes de genocídio, terrorismo e tortura, obteve sua captura pela Interpol. Ainda na capital inglesa, Pinochet cumpriu pena em prisão domiciliar, sendo liberado 503 dias depois, após ser considerado incapaz por uma junta médica. Em Santiago, no dia 10 de dezembro de 2006, morreu aos 91 anos, antes que pudesse ser julgado em centenas de processos dos quais era réu.

"A *Concertación* negociou com a Ditadura, e pelas costas do povo, a manutenção do modelo econômico e a impunidade de Pinochet", diz Hervi Lara Bravo, da Comisión Ética Contra la Tortura, do Chile. Terminado o regime ditatorial, a *Concertación de Partidos por la Democracia,* coalizão que governa o Chile até hoje, manteve o ex-ditador como comandante das Forças Armadas por mais oito anos, quando Pinochet deixou o posto para se tornar senador vitalício.

"Pinochet morreu velho e livre, depois que se descobriu que não era somente culpado de crimes, mas, ainda por cima, um ladrão de primeira", lembra o professor Coggiola. Além de 2.008 mortos, 1.183 desaparecidos e mais de 28 mil torturados, Pinochet legaria cerca de US$ 27 milhões em contas bancárias no exterior. Elizabeth Lira, professora da Universidade Alberto Hurtado, de Santiago, observa que, em relação ao número de pessoas detidas e torturadas, "deve-se considerar que as cifras só incluem aqueles que decidiram levar sua denúncia à Comissão Nacional so-

bre Prisão Política e Tortura, que não são todos". Do mesmo modo, para Lara Bravo o número real de desaparecidos seria próximo de 4 mil, quase o quádruplo das estatísticas oficiais.

No dia 29 de agosto de 2008, o ministro Hugo Dolmestch, do Supremo Tribunal chileno, apresentou um balanço do andamento das causas de violações de direitos humanos ocorridas no governo de Pinochet. Dos 250 casos, apenas 81 haviam sido julgados, restando 169 investigações e inquéritos em curso. Lara Bravo lembra que continua em vigor a Lei de Anistia decretada por Pinochet, que garante a impunidade de todos os que cometeram atos de violação dos direitos humanos entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1978. "Além disso, não se individualizam os criminosos, pois os tribunais estão proibidos de divulgar os nomes dos assassinos e torturadores por um período de 50 anos. Isso é um 'ponto final' disfarçado", diz, em referência à já revogada lei de impunidade argentina. E acrescenta: "Não foram submetidos a processos os civis que participaram dos crimes nem os que enriqueceram durante a Ditadura, graças às vantagens dadas pelos guardiões dos ricos".

Ainda assim, Elizabeth Lira vê com bons olhos o andamento dos processos, que, para ela, "têm desafiado a impunidade histórica, base da paz social no país desde 1814". "É a primeira vez que os responsáveis por crimes políticos são julgados, sentenciados e cumprem suas penas", pondera.

Se ainda parece haver muito a se caminhar para que os processos de punição aos criminosos das ditaduras argentina e chilena possam ser dados por completos, basta uma mudança de perspectiva para que sejam vistos como exemplares. Afinal, tanto Argentina como Chile estão longe da total impunidade aos violadores de direitos humanos que é vista no Brasil. "O único país que realizou de maneira bem-sucedida essa profecia foi o Brasil. A profecia mais monstruosa e espúria de todas: a profecia da violência sem traumas", diz Vladimir Safatle.

No Brasil as indenizações estipuladas pela Lei 10.559, de 2001, variam de acordo com o cálculo dos ganhos que as vítimas teriam nas respectivas atividades profissionais, o que acaba por servir como fator de desigualdade econômica

Para Glenda Mezarobba, além do dever de punir os responsáveis por crimes contra a humanidade, a transição para a democracia impõe ao Estado outras três obrigações: a revelação dos crimes e suas circunstâncias, a renovação das instituições e o direito à compensação, monetária ou não, das vítimas. "Já está bem estabelecido que os Estados têm essas quatro obrigações a cumprir, quando fazem essa passagem. Mas, no caso brasileiro, somente o dever de reparar foi trabalhado", afirma.

Ainda assim, saltam aos olhos as distorções do sistema de reparações adotado no Brasil. Uma Medida Provisória editada em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e posteriormente convertida na Lei 10.559, calcula as indenizações pelo "tempo que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais". Ou seja, o Estado não indeniza a vítima porque foi torturada, mas porque, enquanto ela era torturada, não podia trabalhar. Se, na Argentina, este raciocínio foi prontamente recusado como alternativa até por Carlos Menem — que se recusou a equiparar prisão, tortura e ocultamento de cadáveres a acidentes de trabalho — semelhante bom senso parece ter escapado a FHC.

As indenizações brasileiras oscilam, assim, de acordo com os ganhos que cada vítima teria em sua atividade profissional, o que, além de servir como mais um fator produtor de desigualdade econômica, parece dizer que a tortura de um bem-afortunado profissional liberal vale mais do que a tortura de um trabalhador de baixa-renda. Na Argentina, por sugestão do próprio Menem, para cada dia de detenção, a vítima recebe o equivalente a um trigésimo do salário mais alto do funcionalismo público nacional.

Além disso, a adoção isolada de uma política de compensação monetária às vítimas, sem que se trabalhe por revelação da verdade, punição dos criminosos e renovação das instituições, parece ser uma boa receita para que os indenizados sejam vistos pela população como aproveitadores dos cofres públicos. O próprio FHC, entrevistado por Glenda, soltou: "No fundo, todo mundo quer uma boquinha no Tesouro".

Em relação à revelação dos crimes e de suas circunstâncias, há opiniões divergentes sobre o desempenho dos Estados chileno e argentino. "As instituições brasileiras contribuíram muito para o esquecimento, ao contrário do que ocorreu na Argentina e no Chile, em que as instituições contribuíram para que se fizesse justiça", opina Glenda. Ela destaca, por exemplo, o trabalho feito na Argentina pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, a Conadep (vide seus resultados em www.desaparecidos.org/arg/conadep/). "Uma das recomendações da Conadep foi a de que nunca mais na Argentina se repetissem os desaparecimentos. E eles trabalham isso de forma tão profunda que, em 2006, a Argentina se tornou protagonista, junto com a França, de uma convenção que vai tratar dos desaparecimentos no mundo", conta.

Contudo, para o professor Osvaldo Coggiola, o Estado argentino foi antes um entrave do que um auxílio para o restabelecimento da verdade, sendo a Conadep uma das tentativas de abafamento da verdade: "Esta Comissão estabeleceu uma cifra de pouco mais de 10 mil pessoas desaparecidas. Ora, todo mundo sabe que foram cerca de 30 mil desaparições". A dimensão genocida dos crimes da Ditadura argentina, que conseguem superar em muito, tanto em números absolutos quanto relativos, os cometidos no Chile e no Brasil, teria obrigado o Estado argentino a fabricar supostos esforços de desvelamento da verdade. "Como na Argentina não se podia simplesmente abafar a verdade, ela foi fantasiada: criou-se uma mitologia", afirma.

A escala genocida dos crimes da Ditadura argentina teria levado o Estado a fabricar supostos esforços de revelação da verdade. Seria este o papel da Conadep, no entender do professor Coggiola

Feitas as ressalvas, os processos de punição argentino e chileno não parecem ser sequer comparáveis ao brasileiro. Com todos os percalços e obstáculos que lhes foram impostos, os tribunais daqueles países já condenaram dezenas de militares que cometeram crimes de violação aos direitos humanos. O jornalista Carlos Gabetta destaca a importância de, logo após o fim da Ditadura argentina, a cúpula das Forças Armadas ter ido a julgamento: "Nunca antes os chefes de uma Ditadura militar latino-americana tinham sentado no banco dos réus, sido exemplarmente julgados e condenados".

Gabetta fala com a perspectiva de quem viveu o processo na própria carne. "Minha companheira, a jornalista Maria Elena Amadío, foi assassinada em 1976, poucos dias depois do golpe de Estado. Seus restos foram encontrados em 2004, após 18 anos, mas os autores diretos do crime nunca apareceram. O Estado ofereceu uma reparação econômica a seu filho, Raúl".

É evidente que atrocidades como as que foram cometidas não podem ser, de fato, reparadas. "Essas iniciativas tentam apenas sinalizar, no plano simbólico, que há uma preocupação do Estado para que isso não mais se repita", explica Glenda. Quem luta pela real consolidação da democracia parece cada vez mais perceber que, se houver esquecimento dos crimes cometidos no passado, sua luta fracassará. "Não há esquecimento quando sujeitos se sentem violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio da liberdade socialmente reconhecida", diz o professor Safatle. "E, por mais que todos procurem se livrar dos mortos, matando-os uma segunda vez — matando-os com essa morte simbólica que consiste em dizer que a morte deles foi em vão, que o seu destino é a vala-comum da história —, os corpos retornam".

Foto: Anderson Barbosa

Em defesa da Democracia!

Ivan Seixas
Jornalista, diretor do Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos de São Paulo

A punição dos torturadores que estiveram a serviço do terrorismo de Estado deve ser um ato de afirmação da sociedade contra a barbárie. A tortura não é coisa do passado, mas prática corriqueira ainda nos dias de hoje contra a população pobre de nosso país. Os grupos de extermínio de hoje são cópias do Esquadrão da Morte do delegado Fleury. As mortes por resistência à prisão são repetições do que os DOI-CODI faziam antigamente. As torturas em delegacia, que todos sabem ser rotina, permanecem por causa da impunidade dos torturadores do passado. A imagem é de visitantes do Memorial da Resistência que escutam depoimentos de ex-presos políticos

Punir ou não punir torturadores? Eis a questão. A sociedade brasileira trava um tímido, mas fundamental, debate sobre o encerramento total da Ditadura e os personagens se calçam de todos os argumentos devidos. Apesar de parecer um assunto passado e distante da realidade da população, é a antiga luta entre a barbárie e a Humanidade. O que resultar vencedor ditará as normas (ou falta delas) para a sociedade brasileira.

Punir torturadores não é um mero detalhe, mas parte fundamental do processo humanitário e de construção da Democracia. É uma questão de fundo para a continuidade da vida dos brasileiros, principalmente para os pobres.

Como de hábito, a direita brasileira reduz a discussão para desviar a atenção do que é realmente importante. Ou sofisma abundantemente para que não se entenda de qual assunto estamos falando. A questão da punição aos torturadores dos tempos da Ditadura é o mais recente exemplo dessa torpe maneira de deixar tudo como sempre esteve.

A esquerda, pelo menos a parte envolvida na discussão, até mostra certa paciência e moderação e se baseia em argumentos jurídicos e técnicos consideráveis. Os partidos de esquerda estão prostrados diante da sedução da atividade institucional e se mostram incapazes de entender a realidade.

E o governo? O governo reflete a sociedade da maneira mais primária possível e tem várias caras e bocas falando. O lado democrático e articulado do governo faz a defesa da possibilidade de punição dos torturadores com argumentos objetivos. Por seu lado, a direita do governo se enreda com as visões mais atrasadas dos militares e recupera o discurso dos tempos da Ditadura.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, reproduz a visão do governo de João Batista Figueiredo e tenta dar ordens de encerramento da discussão. Mas os tempos são outros e ninguém se amedronta com insinuações de golpes ou caras zangadas dos fardados

Os ministros Tarso Genro, da Justiça, e Paulo Vannuchi, dos Direitos Humanos, provocaram a discussão e seguram os argumentos civilizatórios em alto nível. Com eles, andam partes consideráveis da sociedade civil organizada.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, reproduz a visão do governo de João Batista Figueiredo e tenta dar ordens de encerramento da discussão. Mas os tempos são outros e ninguém se amedronta com insinuações de golpes ou caras zangadas dos fardados. O paquidérmico ministro faz dobrada direitista com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que entre um *habeas-corpus* e outro para Daniel Dantas ameaça com julgamentos para os dois lados. Tremenda bobagem, pois ninguém tem medo disso.

Ele, que pretende ser um poder moderador de nossa Democracia, ameaça com as súmulas do Judiciário mesmo antes de decisões da suprema corte nacional. Seu *partner*, o ministro Marco Aurélio Mello, ousou dizer no voto sobre o pedido de extradição de um torturador uruguaio que ele seria impune pelas leis brasileiras, esquecendo-se de que as justiças argentina e uruguaia não perguntaram sua opinião sobre qual lei é melhor para esse réu. Os demais ministros ainda não se pronunciaram sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental impetrada pela OAB nacional. A corte ainda espera o voto do relator Eros Grau.

O debate até ressuscitou o coronel Jarbas Passarinho. Ele ainda fala com aquele sorriso sereno de monstros de filme de terror e faz uso de palavras rebuscadas na tentativa de parecer erudito ou peremptório em suas sentenças. Agride os promotores federais colocando-os na condição de simpatizantes do "terrorismo de esquerda", como nos velhos tempos faziam os torturadores em suas notas oficiais. Insulta os ministros Genro e Vannuchi lembrando suas antigas militâncias na esquerda armada. E ameaça os céus.

O presidente Lula assiste a tudo no aguardo de algum lance providencial. Muito provavelmente antes disso virá uma condenação internacional ao Brasil, que adia providências há décadas, desde os tempos dos ditadores e seus DOI-CODIs. A Organização dos Estados Americanos tem pronta uma censura formal ao Estado brasileiro e deve torná-la pública até março ou abril. Depois disso a norma internacional deverá ser respeitada ou valerá a vontade de gente como Gilmar Mendes.

O que a sociedade brasileira, a Humanidade e a História esperam de Lula é um gesto (um só) que coloque um ponto final na discussão e encaminhe para a superação da Ditadura. Para que a Democracia prevaleça e os ideais de direitos humanos, cidadania e a Humanidade possam seguir seu curso normal.

O que falta é a chamada vontade política, que mostra as intenções do mandatário e que sua política deve ser cumprida por seus subordinados.

Para recolocar as coisas nos devidos eixos, é preciso que o Presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas, chefe do Estado e representante maior da população e da nação brasileira, diga claramente qual rumo o país deve tomar. Em seu silêncio omisso ele permite pronunciamentos desconectados de seus ministros, ousadias de chefes de outros poderes e aventureiros de toda a ordem, que ocupam o vazio deixado por ele.

Lula deveria abrir os arquivos da repressão política, para que não haja segredos eternos. Nenhum dos vários governos democráticos trouxe à luz o teor dos execráveis Decretos Secretos

O Presidente Lula deve dizer que as Forças Armadas não estão acima ou abaixo da Nação, não são tutoras de um povo inerte ou o poder moderador da sociedade. Deve dizer que elas fazem parte do Estado Nacional e são submetidas à Constituição como todas as outras instituições nacionais, portanto, devem cumprir sua função constitucional, sem interferir na ordem das coisas. E mais do que tudo, dizer que essas corporações não podem dar ordens ao Poder Judiciário, Legislativo e muito menos ao Poder Executivo, do qual são parte obediente. Isso é o dever do Chefe da Nação, seu comandante-em-chefe.

Por não dizer nada e não se pronunciar sobre o equilíbrio de poderes constitucionais, Lula permitiu que Gilmar Mendes, presidente do STF, ocupasse espaço político, que não é seu papel, e se arvorasse em chefe do poder decisório da Nação. Ele é, hoje, o rabo abanando o cachorro. O vazio de poder foi ocupado por um homem de direita, com um apetite insaciável pelo poder.

Ao conduzir o país de modo claro, Lula deveria abrir os arquivos da repressão política, principalmente das Forças Armadas, para que não houvesse segredos indevassáveis ou eternos. Não há o que esconder. Por uma questão de lógica, documentos produzidos pela Ditadura são documentos contra a Democracia. A Ditadura não pode ter segredos contra a Democracia e a Democracia precisa saber o que foi feito contra ela durante os vinte e um anos de império do terror.

Muito mais do que saber dos crimes de torturas e assassinatos, a sociedade democrática tem o direito e precisa saber o que fizeram com as artes e a ciência nacionais. Precisa conhecer os danos causados à nossa juventude de então e quais os males ainda existentes nos dias de hoje, herança da Ditadura. Nenhum dos vários governos democráticos (Collor, Itamar, FHC e

Lula) trouxe à luz o conteúdo dos execráveis Decretos Secretos. Esses documentos, por exemplo, cassaram a patente do capitão Sérgio Miranda de Carvalho, o Sérgio Macaco do caso Parasar, e extinguiram a Panair, empresa aérea símbolo da época pré-1964. E o que mais podem ter feito contra o país?

A sociedade democrática não pode permitir que os torturadores ainda continuem utilizando frases desconexas de um discurso dos tempos da Guerra Fria. A justificativa para matar comunistas era um discurso esfarrapado que eles importaram apenas para encobrir torturas e assassinatos, regiamente pagos pelo dinheiro achacado de empresários assustados com seus crimes e pelo caixa arrecadado entre empresários anti-comunistas e fascistas. É mais do que conhecido que cada cabeça de militante preso ou morto significava uma recompensa desse macabro caixa, além do saque feito nas casas e bolsos dos opositores. A indústria do anticomunismo rendeu muito a esses agentes do terror de Estado e isso também deve ser apurado.

Os atuais chefes militares, até prova em contrário, nada têm com os crimes de seus antecessores. Também não podem conviver com subordinados impunes pelo simples fato de serem torturadores intocáveis. Isso quebra a hierarquia de qualquer corporação, pois o torturador alega sempre que seus chefes são os chefes dos torturadores e não seu comandante atual. Ou seja: um general não manda num tenente torturador ou um delegado não manda em seu subordinado torturador de outros tempos e protegido pela "omertá" do DOI-CODI, CIEx, Cenimar, Cisa, P-2 ou DOPS de outros tempos[1].

Deixando de lado esse cenário de política do Estado, a punição aos torturadores deve ser um ato de afirmação da sociedade contra a barbárie. A Humanidade não pode permitir a proliferação de crimes ou o culto a esses crimes. A tortura não é coisa do passado, mas prática corriqueira ainda nos dias de hoje contra a população pobre de nosso país.

Os torturadores ensinam seu macabro ofício aos novatos policiais e militares. Deixar que jovens, em busca de uma profissão igual às outras, sejam transformados em torturadores assassinos é o maior dos crimes contra os direitos humanos

Os grupos de extermínio de hoje são cópias do Esquadrão da Morte do delegado Fleury. As mortes por resistência à prisão são repetições do que os DOI-CODI faziam antigamente. As torturas em delegacia, que todos sabem ser rotina, permanecem por causa da impunidade dos torturadores do passado.

É preciso ser didático e não deixar impunes esses criminosos, que ensinam seu macabro ofício aos novatos policiais ou militares. O jovem que entra na polícia quer ser policial e não um torturador ou assassino de aluguel da sociedade corrompida por práticas monstruosas. O militar quer ser militar e não torturador. Deixar que transformem jovens em busca de uma profissão igual às outras em torturadores assassinos é o maior dos crimes contra os direitos humanos.

Os torturadores impunes são vírus instalados no *hardware* da Democracia por um *hacker* de um passado distante. Como tal devem ser identificados, cercados e tirados de circulação para que não travem nossa máquina de convivência humana e social.

Notas

1 CIEx: Centro de Informações do Exército. Cenimar: Centro de Informações da Marinha. Cisa: Centro de Informações da Aeronáutica. P-2: Serviço secreto da Polícia Militar. DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

Encontro de ex-mora do Crusp e da invas

Daniela
Jorn

Decorridos 40 anos da invasão militar do Conjunto Residencial da USP, o episódio foi rememorado pelos estudantes que ali moravam na época e cujas vidas sofreram uma reviravolta com esse "despedaçar de entranhas", pois era um local de intensa sociabilidade e importante ponto de apoio do movimento estudantil. Interditado e desocupado por ordem da Ditadura, o Crusp só foi retomado pelos estudantes, por sucessivas ocupações, a partir de 1979

O Exército mobilizou até tanques para a invasão do Crusp, em 1968

DORES REAVIVA MEMÓRIA
ÃO MILITAR DE 1968

Alarcon
alista

Agência Estado

"Grande era a onda de agitação e desordem no Crusp", concluiu o Inquérito Policial Militar (IPM) que apurou as atividades "subversivas" praticadas no Conjunto Residencial da USP até a invasão militar de 17 de dezembro de 1968 — quando centenas de estudantes foram presos e os prédios, interditados. Morria, desse modo, um dos principais espaços de articulação do movimento estudantil no primeiro período do regime militar. "Foi como um despedaçar das nossas entranhas, porque nós éramos muito unidos ali. Às vezes havia divergência nas ideologias, mas a gente formava um grupo coeso, contra um momento terrível, a Ditadura", diz Margarida Cecília Corrêa Nogueira Rocha. No dia 29 de novembro de 2008, Margarida — ou "Formiga", como era conhecida quando estu-

Daniel Garcia

Ex-cruspianos reencontram-se: emoções e reconstrução da memória

dante de Pedagogia e moradora do apartamento 501-A — saltava eufórica de um abraço a outro. Nesta data, mais de 600 ex-cruspianos se reuniram no Colégio Notre Dame, em São Paulo, no que foi, para muitos, o primeiro reencontro desde a noite suspensa pelo avanço dos tanques de guerra sobre o campus.

Às portas do quadragésimo aniversário da invasão, Walter da Silva (ou "Teco", estudante da História, do 608-E) propôs a realização de uma cerimônia, na Assembléia Legislativa do Estado, para recordar o ocorrido. As conversas iniciais com ex-cruspianos contatados avivaram o desejo de um encontro mais amplo e menos formal. Como não havia lista oficial dos moradores à época da "Operação Crusp", recorreu-se a uma rememoração coletiva: partindo de cacos de memória (nome, apelido, cidade de origem), resgataram mais de 900 nomes, incluindo cerca de 100 já falecidos. Ao mesmo tempo, criou-se um sítio na Internet (*http://crusp68.rits.org.br*) para servir como repositório de documentos. "Aos poucos, muita gente está escrevendo, relatando fatos bastante dolorosos dessa diáspora. Mesmo sendo tristes, é preciso trazê-los à tona", diz Celso Suyama, que foi politécnico e morador do 606-C. "É uma parte da história que nós estamos em condição de restaurar porque fomos atores disso."

O Crusp foi ganho palmo a palmo pelos estudantes. Em 1963, a primeira ocupação. Construído para servir de alojamento durante os Jogos Pan-Americanos, o conjunto fora concebido para se converter, acabado o torneio, em moradia estudantil. Finalidade, porém, só cumprida mediante a pressão dos ocupantes. Após a ação dos chamados "pioneiros", seguiram-se as ocupações dos blocos F e G, em 1967 e 1968 respectivamente, para fazer frente à falta de vagas. Compunha-se, aos poucos, um espaço de intensa sociabilidade, palco de grupos de estudos, teatro, shows, local de assembléias e ponto de partida para passeatas e viagens de carona. "O Crusp foi uma grande aprendizagem de convivência, onde trabalhamos nossos

Foto: Agência Estado

Populares enfrentam a repressão no Butantã, durante protesto contra a invasão do Crusp

valores, nossas noções de mundo", avalia Tereza Lajolo, que estudou Geografia, e morava no 501-A, mesmo apartamento de Margarida.

Tomavam forma, também, os espaços de representação cruspianos: de comitês por andares e blocos à Associação de Universitários Rafael Kauan (AURK), surgida em 1967. A "entidade espúria", como a caracterizou o IPM, homenageava um estudante presente na ocupação de 1963, morto meses depois em acidente, e passou a ter voz e voto nas entidades estudantis já existentes.

Mais tarde, evidências da conivência da universidade com os órgãos de repressão precipitaram a autogestão do Crusp. "Alguém foi preso e se soube que a ficha dele foi entregue pelo ISSU [Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade, depois Coordenadoria de Assistência Social, Coseas] ao DOPS. Então o pessoal fez uma passeata até a Reitoria, jogou todos os arquivos do Crusp pela janela e pôs fogo, aqui na frente. E a gente mesmo começou a administrá-lo", lembra Mouzar Benedito, estudante de Geografia, morador do 202-F, e autor de *1968, por aí...: Memórias burlescas da ditadura*.

Tornaram-se célebres as piadas sobre a revista realizada pela repressão nos apartamentos do Crusp. Provas materiais da "subversão" — livros proscritos, preservativos, e até um despertador! — foram depois expostas ao público...

Inicialmente centrada em reivindicações relativas às condições de vida no Crusp, como a greve de 1965 contra o aumento do preço do restaurante universitário, a mobilização assumiu um corte cada

vez mais contestatório, atacando, para além da burocracia universitária, a própria Ditadura militar. As principais tendências políticas de esquerda estavam representadas ali e parte dos moradores ingressou na luta armada — alguns foram assassinados pela repressão.

Para o primeiro presidente da AURK, Rafael de Falco Netto, um politécnico que habitava o apartamento 609-B, o Crusp era, além de espaço aglutinador,"uma base territorial de muito fácil mobilização", que dava guarida a líderes estudantis procurados, e onde se tomavam decisões centrais, como a da realização do Congresso da UNE em Ibiúna.

Por conseguinte, era também um alvo. A invasão de 1968 veio apenas quatro dias após a decretação, no dia 13 de dezembro, do AI-5 — saudado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), nas duas madrugadas seguintes, com disparos contra os blocos A e F. Por conta desses ataques, os estudantes reforçaram a defesa: "A gente fez umas curvas com umas tubulações de concreto, na rua, e o carro que viesse tinha que entrar fazendo ziguezague, no máximo a 10 km por hora", lembra Mouzar. "E ficou um pessoal lá com umas bombas molotov, um cara com uma garruchinha. No dia 17, a gente estava esperando uma invasão. Tinha esse esquema de armazenar pedra e garrafa em cima dos prédios, o ziguezague e uma sirene nessa barricada." Diante de Exército, Força Pública e Polícia Marítima (munidos de baterias antiaéreas e o respaldo do AI-5), não houve reação.

Tornaram-se célebres as piadas sobre a revista realizada pelos agentes da Ditadura nos apartamentos do Crusp, que teria levado à apreensão de perigosíssimos livros, por exemplo *Bombas hidráulicas*. Provas materiais da "subversão" — livros proscritos, preservativos, um despertador suspeito (!) — foram expostas ao público na sede dos *Diários Associados*. À tacanhice, combinavam-se arbitrariedade e violência. Tereza e mais duas garotas passaram mal e foram autorizadas a subir para um apartamento — à porta, postou-se um militar. "Nós dissemos para ele: 'Escuta, como é que você está de metralhadora com três mulheres aqui passando mal?'. Aí ele falou: 'Olha, para fazer essa invasão nós ficamos quinze dias reclusos e disseram para nós que vocês tinham bateria antiaérea'. Nós começamos a rir. 'Moço, nós somos estudantes'."

O namorado de Margarida pôde permanecer no Crusp, pois estava com hepatite; ao sair da prisão e retornar ao apartamento, ela teve de convencer os militares a deixá-la entrar. "Ele quase entrou em coma hepática, ficou 40 horas sem comer, e teve que ser internado". Quando Mouzar, depois de solto, ousou exigir dos militares seus objetos pessoais que haviam desaparecido do Crusp interditado, foi preso novamente.

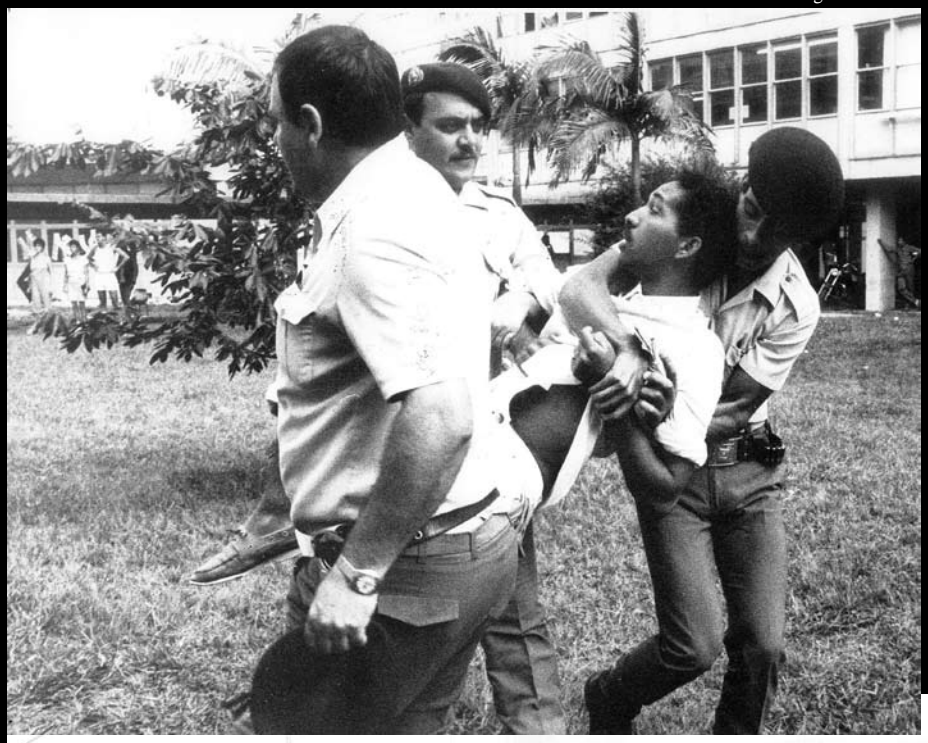
Como arremate ao golpe desfechado contra os estudantes, o IPM de 1968 já "recomendava", em defesa da ordem social e política, a não reabertura do Crusp; para os estudantes sem condições de se manter ao longo do curso, propunha-se a concessão de bolsas-moradia. Seria necessário mais um ciclo de ocupações estudantis, de 1979 a 1983, para que os prédios fossem retomados. "Uma das coisas que mais incomoda é o estado em que se deixou ficar o Conjunto Residencial; parece que foi um plano arquitetado de deterioração do ambiente", lamenta Suyama. "O que deveria ser um projeto de residência estudantil tornou-se uma excrescência à Universidade, todo mundo olha como se fosse algo a ser suportado, e não algo integrado, que faça parte da formação do estudante."

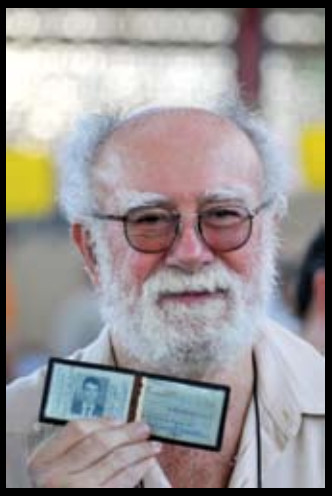
Arquivo pessoal

Daniel Garcia

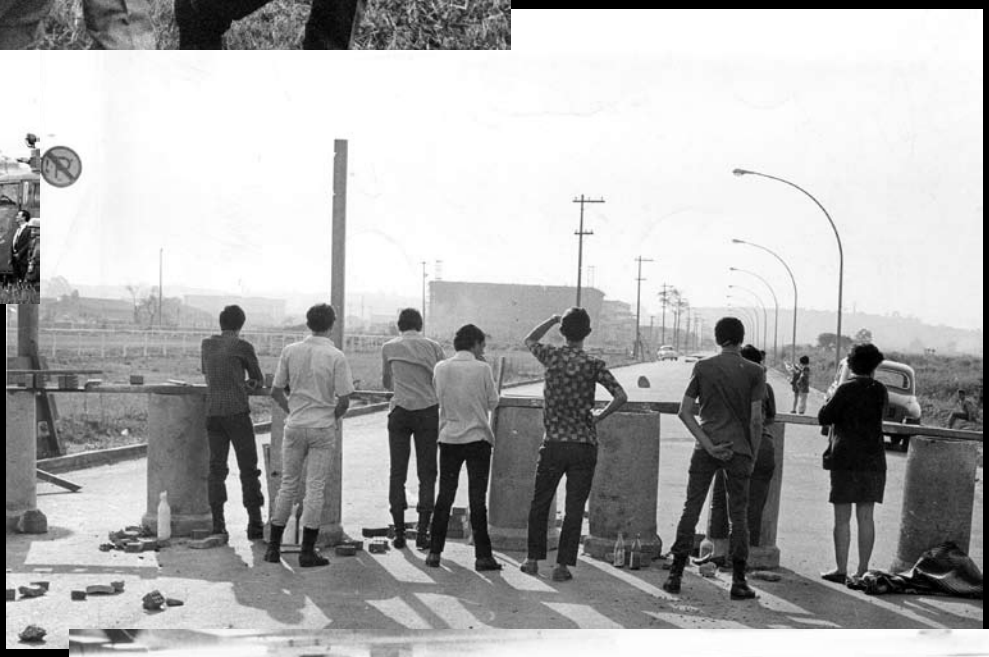
Acima, "Formiga" e Teck no Teatro Novo, nos anos 1960. Abaixo, reencontra uma colega

Fotos: Agência Estado





Mouzar Benedito, do 202-F: resistência



Durante a invasão do Crusp houve prisões, como a registrada na imagem maior acima, respaldadas pela presença dos "brucutus", nome dado aos blindados da Força Pública (posteriormente transformada em PM). Os estudantes tentaram resistir por meio de barricadas improvisadas, como se vê na fotografia central. Na imagem ao lado, assembléia estudantil no restaurante do Crusp

Professores per
são eméritos da Fac

Daniela
Jorn

Daniel Garcia

Confraternização e reencontros ao final da cerimônia na Faculdade de Medicina

SEGUIDOS AGORA
ULDADE DE MEDICINA

Alarcon
alista

Em sessão especial da Congregação, oito pesquisadores afastados e exilados durante a Ditadura militar foram simbolicamente reincorporados ao corpo docente da USP. Sete deles receberam o título de professor emérito (um já o possuía), gesto que foi definido pelo diretor da Faculdade como uma tentativa de "repactuar a história", recuperar trajetórias interrompidas e destacar o prejuízo causado à universidade por tais perdas. A homenagem estendeu-se também a outros docentes que se bateram contra as arbitrariedades do regime

Houve um tempo em que, no enxergar enviesado dos conservadores aninhados na burocracia da USP, a ameaça comunista rondava os corredores da Faculdade de Medicina (FMUSP) e de outras unidades: em reuniões acadêmicas, agentes da subversão estariam tramando um golpe contra a ordem. Era preciso intervir! Meses depois de os militares assumirem o poder, veio a primeira resposta, quando o reitor Gama e Silva estabeleceu uma comissão especial para investigar os suspeitos. Os professores que compunham a comissão secreta sugeriram a suspensão dos direitos políticos de 52 pessoas, entre professores, estudantes e funcionários. Era o início de uma longa história de perseguições.

Em seguida, viria uma constelação de inquéritos policiais militares (IPMs), até 1969, quando, após o Ato Institucional nº5, dois decretos federais determinaram o afastamento de mais 27 professores. Fichados, cassados, aposentados, presos ou exilados ao longo desses anos, os "subversivos" deixaram os laboratórios e salas de aula.

Cerca de quatro décadas depois, oito professores perseguidos durante a Ditadura militar foram simbolicamente reincorporados ao corpo docente da USP, em uma sessão especial da Congregação da FMUSP,

em 18 de setembro de 2008. Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Michel Pinkus Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha e Thomaz Maack tornaram-se professores eméritos. Isaias Raw, que já possuía o título, recebeu a medalha "Arnaldo Vieira de Carvalho". A peculiar fuga de cérebros promovida pela Ditadura com a cumplicidade dos setores conservadores da USP espalhou os professores mundo afora. Suas contribuições ao ensino, pesquisa e extensão chegaram a países como França, Estados Unidos e Tunísia, e eles acabaram reconhecidos pela comunidade acadêmica internacional.

"A maioria de nós conseguiu refazer a vida e manter laços com o país", observou Maack, que trabalha até hoje na Universidade de Cornell, em Nova York. "Quem mais sofreu foi quem viveu o exílio interno", disse, lembrando, além dos professores já falecidos que também sofreram perseguições, aqueles que, apesar de não terem sido forçados a deixar o país, foram submetidos a pressões que dificultariam seu acesso às ferramentas necessárias ao desenvolvimento acadêmico.

Entre eles, Samuel Barnsley Pessoa. Responsável desde 1931 pela cátedra de Parasitologia, Pessoa desenvolveu uma das principais linhas de estudos sobre o tema na América do Sul; em 1945, ele já aventava hipóteses sobre a leishmaniose que outros pesquisadores só redescobririam recentemente. Para a Ditadura e seus apoiadores, porém, o médico não passava de um mentor comunista, em torno do qual se congregavam estudantes e professores "subversivos". Segundo Luiz Hildebrando, que foi seu aluno, ao testemunhar a perseguição a seus colegas Pessoa teria jurado nunca mais pôr os pés na faculdade: "Ele foi para o [Instituto] Butantã porque, como ele dizia, trabalhar com cobra não dava IPM".

Os trabalhos de campo haviam fortalecido as posições políticas do médico, que ajudou a desenvolver laboratórios de parasitologia em outras universidades do país e atuou em políticas de Estado, anteriores à Ditadura, que buscavam combater moléstias como a esquistossomose e a malária. "A Parasitologia era uma cátedra com propensão a atitudes sociais, porque tratava as doenças que, em geral, eram dos pobres", observa Gerhard Malnic, professor aposentado do Instituto de Ciências Biomédicas, também presente à cerimônia na FMUSP. A repressão praticamente ceifaria o departamento de Pessoa, com os expurgos, entre outros, do casal Leonidas e Maria Deane, já falecidos, de Plessmann de Camargo, de Luiz Hildebrando e Luiz Rey (**vide quadro**).

Ainda que considerado menos "comunista" que a Parasitologia, o Departamento de Fisiologia era demasiado "esquerdista" e, portanto, junto ao de Bioquímica, também foi alvo da repressão. Catedrático da Fisiologia em 1964, Alberto Carvalho da Silva resistiu à pressão dos militares, negando-se a demitir Maack, jovem professor-assistente, outrora militante

Fotos: Daniel Garcia

Professor Thomas Maack

Professor Luiz Hildebrando

Ao lado de professores com trajetória de militância política, figuravam entre os perseguidos alguns que não faziam oposição direta ao regime fora do âmbito acadêmico, e outros que sequer eram de esquerda

Samuel Pessoa sob o crivo da Fundação Rockefeller

O suposto "desvio ideológico" de Samuel Pessoa já fora notado pela Fundação Rockefeller, da qual o médico foi bolsista. Luiz Antonio de Castro Santos pesquisou, no Rockefeller Archive Center, as fichas de acompanhamento dos bolsistas. "Talvez a mais insólita das anotações pertença ao perfil do parasitologista Samuel Pessoa", comenta, no prefácio do livro *Norte-americanos no Brasil*: Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952), de Maria Gabriela Marinho.

Os primeiros registros, nos anos 1920, elogiavam o desenvolvimento acadêmico do médico. Paralelamente ao acirramento da Guerra Fria, porém, as considerações mudam de tom: Pessoa estaria atuando, ao mesmo tempo, como professor e "doutrinador subversivo". Seus assistentes estariam "provavelmente recebendo subsídios além de seus salários normais", supostamente para realizar proselitismo político.

Pesava contra o médico sua filiação ao antigo Partido Comunista do Brasil: em 1945, candidatou-se a deputado federal pelo então PCB. Sua visita à China comunista, nos anos 1950, confirmaria as suspeitas. Ainda que tenha viajado como membro de uma comissão científica, aos olhos da Fundação Rockefeller ele "prostituiu" sua "indiscutível competência científica".

Em um discurso na Universidade Federal da Bahia, já em 1962, Pessoa denunciaria o que, ao seu ver, era um dos objetivos do imperialismo norte-americano: "transformar o estudante brasileiro em um 'técnico', desligado do mundo em que vive, tal como se passa com o estudante norte-americano".

Depois que deixou a USP, o assédio contra Pessoa seria mantido por longos anos: a última investida, segundo Luiz Hildebrando, veio em 1976, quando, aos 77 anos de idade, foi levado encapuzado à sede do DOI-CODI, na rua Tutóia, e submetido a interrogatório. Morreria um ano depois. Sua mulher, Jovina Pessoa, engajada politicamente desde jovem, adentraria os anos 1980, já idosa, saindo às ruas para denunciar as atrocidades das ditaduras do Cone Sul, como membro do Comitê Feminino pela Anistia.

trotskista. Maack, que lembrou o episódio durante a homenagem na FMUSP, acabou preso no mesmo ano, depois de ter sua casa invadida. Exilou-se nos EUA, após sete meses aprisionado no navio-presídio Raul Soares, em Santos — no qual também foi confinado Luiz Hildebrando, que se exilou em Paris, onde se tornou pesquisador do Instituto Pasteur (e, filiado ao PCB, atuou no Comitê Brasileiro de Anistia de Paris).

Ao lado desses e de outros professores com trajetória de militância política, figuravam na lista de perseguidos alguns que não expressavam oposição direta ao regime fora do âmbito acadêmico, e outros ainda que sequer poderiam ser considerados de esquerda. O "indesejável" traço que os unia, identifica Maack, era a defesa da reforma universitária e do papel social da universidade. Carvalho da Silva, por exemplo, não desempenhou atividade político-partidária. "Mas em política universitária foi muito ativo", lembra Malnic, que foi seu orientando no doutorado, "tanto assim que fundou a Associação dos Auxiliares de Ensino, que anos mais tarde daria origem à Adusp". As reivindicações dos professores reunidos na associação giravam em torno de melhorias na carreira (como tempo integral e aumento salarial) e, especialmente, da extinção da cátedra vitalícia. "Só o catedrático tinha um posto fixo na universidade. O resto, se brigava com o catedrático, era mandado embora", recorda Malnic.

As disputas internas à USP, muitas ligadas à obtenção de cátedras, convergiriam com as práticas de delação engendradas pelo golpe. Em 1978, a publicação da Adusp *O livro negro da USP* apresentou provas da atuação do conservadorismo interno em perseguições políticas (esta obra foi relançada em 2004 sob o

Fotos: Daniel Garcia

Professor Boulos, diretor da FM

Professor Gerhard Malnic emociona-se

título *O Controle Ideológico na USP [1964-1978]*). Ao vencer o concurso para catedrático, Carvalho da Silva foi acusado por seu concorrente de ser "esquerdista", e submetido a um IPM. "Quando depus no Inquérito Policial Militar que se instalou na Faculdade de Medicina em 1964, o coronel Ênio Pinheiro me perguntou por que apenas os homens de esquerda tinham vez na universidade. Respondi que era simples — eram quase os únicos interessados, os que faziam pesquisa, e por esse motivo estavam assumindo cargos", relatou Carvalho da Silva em depoimento a Malnic e Plessmann de Camargo.

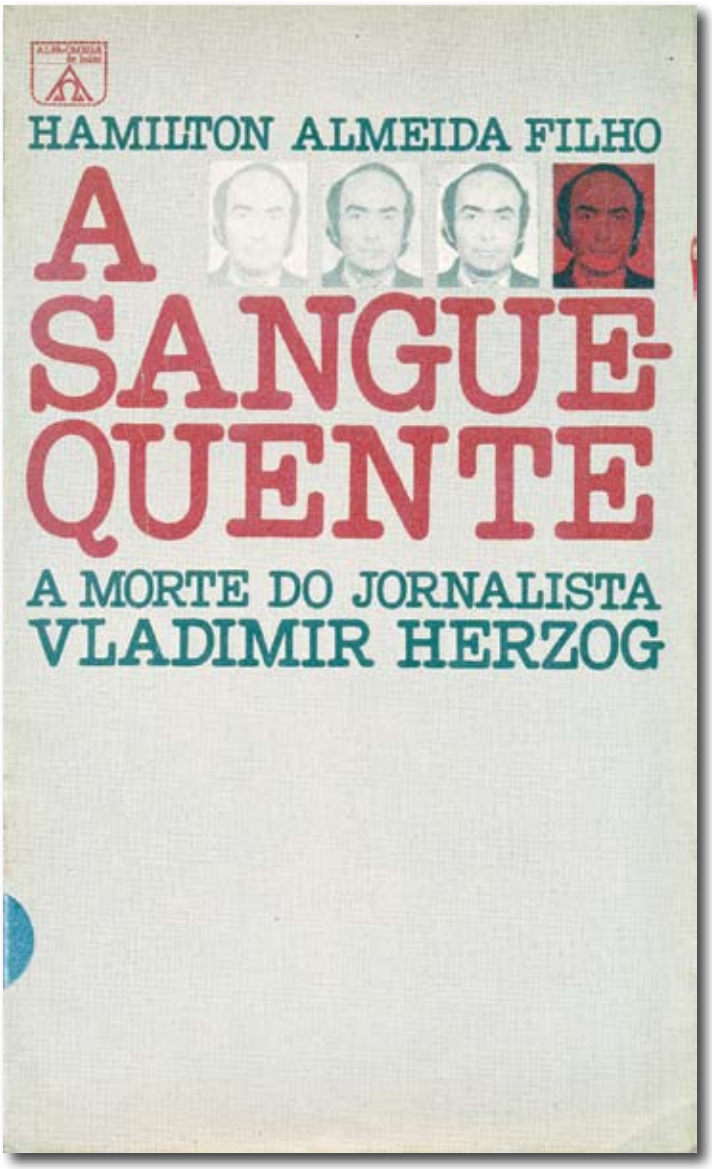
Apesar de liberado em 1964, cinco anos depois seria aposentado compulsoriamente e afastado da Fapesp, que ajudara a criar. "Em 1969 não houve inquérito", disse ele. "Uma das alegações para a minha cassação foi a de que, como diretor científico da Fapesp, eu teria aprovado muitas bolsas e auxílios para comunistas. Contaram-me que essa foi a explicação do Gama e Silva." Sua cassação, junto a dezenas de outros professores da USP, desencadearia uma greve estudantil na FMUSP, logo reprimida.

Um dos estudantes ativos na greve esteve presente na homenagem de 18 de setembro. "Quero agradecer ao professor Gerhard Malnic", disse o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, estudante da FMUSP entre 1969 e 1970, "que teve a coragem de ser minha testemunha de defesa na Auditoria Militar, no momento em que todos sabiam que isso podia lhe custar investigação, problemas na carreira". Recém-chegado ao Brasil quando do golpe de 1964, após quase três anos de pós-doutorado em Cornell, Malnic ganhou pecha de esquerdista, por conta da amizade com figuras como Maack e Carvalho da Silva, o que, ele mesmo reconhece, de certo modo o expunha a possíveis represálias dos militares. "Mas eu não tinha muito medo. Como eu não tinha muita atividade política antes, achava que não ia ter problema." Ajudou não só Vannuchi, mas também outros alunos perseguidos.

Esses, além de médicos e funcionários do Hospital das Clínicas que também foram alvos da repressão, serão homenageados em breve, informa o professor Marcos Boulos, diretor da FMUSP. Está sendo preparada, ainda, uma compilação de depoimentos sobre a época, a ser publicada no centenário da faculdade, em 2012. Para Boulos, a concessão dos títulos de professor emérito foi um espaço para "repactuar a história", recuperando trajetórias interrompidas e destacando o prejuízo causado por tais ausências ao desenvolvimento da universidade. "A perda dessas competências atrasou e muito o crescimento da nossa casa. Até hoje sentimos as conseqüências da arbitrariedade praticada."

O poder da palavra impressa: os livros de denúncia da tortura após o golpe de 1964

Flamarion Maués
Doutorando em História na FFLCH-USP



Desde o golpe de 1964, a tortura voltou a ser utilizada como arma de repressão política. O objetivo desse artigo é apresentar de forma sucinta alguns dos primeiros livros publicados no Brasil que denunciaram a tortura de dissidentes políticos após o golpe. Trata-se de um levantamento preliminar, apenas de obras editadas até 1979.

A tortura foi certamente o mais vil e covarde método utilizado pela ditadura brasileira de 1964 contra os adversários políticos. Principalmente a partir de 1969, a organização de um sistema repressivo altamente centralizado e seletivo será uma das marcas do regime. A repressão e a tortura não tiveram nada de improvisado: não se tratou de "excessos" de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado, realizado sob o comando das Forças Armadas, que empregaram seus homens, instalações e conhecimentos para esse fim.

As vítimas da tortura levam suas marcas para sempre. Não há como apagá-las. É um mal que não tem fim, um crime cujas seqüelas são permanentes e atingem também os familiares e amigos das vítimas. Mas, para além desse aspecto, a tortura tem também um lado social, político, da maior importância. Como destaca Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*: "O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um 'efeito demonstrativo' capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política".

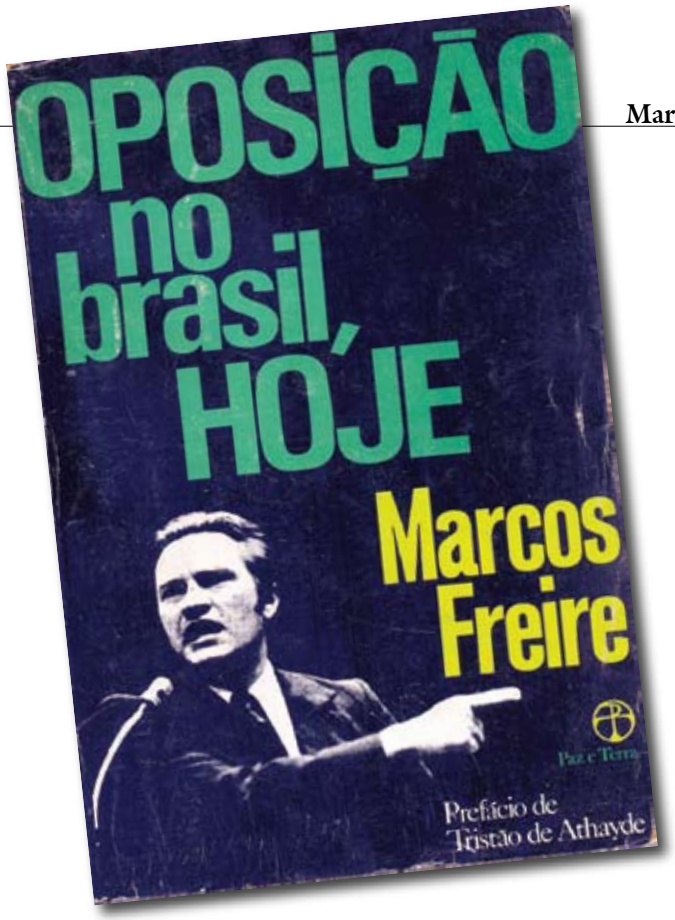
O livro* Torturas e torturados, *de Márcio Moreira (1966), foi proibido e recolhido, mas liberado pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu a segunda edição

Já em 1964 surgiram as primeiras denúncias de torturas, que deram origem, em 1966, ao primeiro livro de denúncia desses fatos: *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira (Rio de Janeiro, Idade Nova, 1966). O livro foi proibido e recolhido pelo governo federal, sendo liberado pela justiça em julho de 1967, ano em que saiu a segunda edição da obra. É um livro documental, que procura registrar os casos de tortura ocorridos naquele período da forma mais detalhada possível.

A partir de 1969, a estrutura de repressão será reorganizada sob novos moldes, com o fim de combater e eliminar a dissidência política, principalmente a armada, de forma seletiva. Em julho surgirá a Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, que inova ao criar uma estrutura mais dinâmica para a repressão, em que o comando estava com as Forças Armadas, mas que incluía também setores das polícias civis estaduais.

O modelo terá êxito e será institucionalizado em 1970, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). É nesse período, entre 1969 e 1975, que serão assassinados sob tortura ou desaparecerão a grande maioria dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira.

Houve, ainda que de forma muito limitada, denúncias dessas atrocidades, principalmente por meio de cartas enviadas à imprensa por familiares de pessoas que eram presas ou sumiam repentinamente. Algumas dessas cartas foram publicadas. Houve também denúncias levadas a público por bispos e pela CNBB, ou pela OAB, mas a sua repercussão era muito reduzida, em virtude do clima político ditatorial e da censura.



No exterior houve muitas denúncias das torturas praticadas no Brasil. Na Europa, na América Latina (principalmente antes dos golpes no Chile e na Argentina) e nos Estados Unidos organizaram-se grupos de exilados, de familiares e de pessoas, geralmente ligadas à universidade e a igrejas, que produziram dossiês sobre as violações aos direitos humanos promovidas ou toleradas pela ditadura brasileira. Foram ações de grande importância: apesar de praticamente não repercutirem no Brasil, devido à censura, tiveram grande repercussão internacional, criando constrangimentos ao governo.

Ao reunirem farta documentação sobre casos de torturas, mortes e desaparecimentos, esses grupos também colaboraram para o surgimento das primeiras publicações — boletins, jornais e, depois, livros — editadas no exterior sobre o assunto. Formaram também a memória desses casos. No Brasil, todavia, prevalecia o silêncio sobre a repressão e as torturas.

Romances de Antonio Callado (*Bar Don Juan*, de 1971) e Lygia Fagundes (*As Meninas*, 1973) estão entre os primeiros livros a denunciar a tortura no Brasil durante a Ditadura Militar

Um dos primeiros livros editados no Brasil a denunciar a tortura é o romance *Bar Don Juan*, de Antonio Callado (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971). É um romance crítico à luta armada, mas que registra a violência com que ela estava sendo combatida pelo regime, ao mostrar como os personagens João e Laurinha foram torturados.

Em 1973 outra obra de ficção aborda o tema: *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles (Rio de Janeiro, José Olympio, 1973). Uma das personagens, Lia, é simpatizante dos grupos guerrilheiros de esquerda e namora um guerrilheiro que está preso e que lhe fala das torturas na prisão. No capítulo 6, surge a reprodução da carta de um preso político, denunciando

com detalhes as torturas que havia sofrido. De acordo com a autora, trata-se de um relato verídico que ela recebeu por carta de um preso político e reproduziu na íntegra no livro[1].

Em 1974 apareceu o que talvez seja a primeira obra de não-ficção editada no país a abordar a questão da tortura, um livro de pronunciamentos políticos. Trata-se de *Oposição no Brasil, hoje*, de Marcos Freire, advogado pernambucano e deputado federal pelo MDB, que concorria à eleição para o Senado naquele ano (e sairia vencedor). O livro, da editora Paz e Terra, à época já adquirida por Fernando Gasparian (proprietário também do jornal alternativo *Opinião*), reproduz discursos e debates parlamentares. O capítulo 2, intitulado "Em defesa dos direitos humanos", traz denúncias sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, reproduzindo depoimento de sua esposa, Eunice Paiva, além de abordar vários outros casos de pessoas presas e desaparecidas e de denúncias de torturas.

Outro livro de não-ficção que apresentava um breve relato sobre um caso de tortura e morte de dissidente político foi o 20º. volume da coleção "História da República Brasileira", do historiador Hélio Silva, intitulado *Dos Governos Militares – 1969-1974* (São Paulo, Editora Três). Publicado em 1975, foi retirado das livrarias pela censura por tratar, entre as páginas 132 e 136, da morte de Stuart Edgar Angel, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) desaparecido em 14 de maio de 1971. A mãe de Stuart, Zuzu Angel, comprou vários exemplares nas bancas antes do recolhimento, e os distribuiu a conhecidos[2].

Em 1977, o romance *Em câmara lenta* (São Paulo, Alfa-Omega), de Renato Tapajós, descreve cenas de tortura sofridas por Aurora Maria Nascimento Furtado (sem mencionar seu nome), militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morta em 10 de novembro de 1972. O livro foi proibido e seu autor preso.

Em 1978,* Memórias do exílio: Brasil 1964-19?? *é publicado como "obra coletiva" que teria o "patrocínio" de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré

Também em 1977, *Cadeia para os mortos: Histórias de ficção política* (São Paulo, Alfa-Omega), um livro de contos de Rodolfo Konder, apresentava descrições de torturas vividas pelo próprio autor em 1975, quando esteve preso no DOI-CODI/SP. O livro foi publicado na mesma coleção de *Em câmara lenta*.

O mesmo autor publicou em 1978 *Tempo de ameaça (Autobiografia política de um exilado)*, em que as mesmas cenas de tortura são descritas, mas dessa vez não mais como parte de um texto de ficção, mas sim como memórias. O livro também foi editado pela Alfa-Omega.

Inventário de cicatrizes, livro de poemas de Alex Polari (São Paulo/Rio de Janeiro, Ed. Global/Teatro Ruth Escolar/Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1978), descreve situações vividas pelo autor na prisão.

Outro importante livro saiu em 1978: *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*, apresentado como "Obra coletiva dirigida por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré". O livro, que já havia sido publicado em 1976 em Portugal, foi editado no Brasil pela Editorial Livramento. Entre diversos depoimentos e entrevistas com exilados brasileiros, destaca-se o "Dossier Frei Tito", que descreve em detalhes as atrocidades a que Tito de Alencar Lima foi submetido, levando ao seu suicídio, na França, em 1974.

Em 1978 houve ainda a edição de *A sangue-quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog* (São Paulo, Alfa-Omega), longa reportagem de Hamilton Almeida Filho que havia sido publicada originalmente no jornal alternativo *EX*, em novembro de 1975. Desmontava a versão de suicídio apresentada para a morte de Herzog e descrevia o clima de medo e terror que se vivia naqueles dias.

Devemos mencionar ainda os livros *Das catacumbas: Cartas da prisão* (1969-1971), de Frei Betto (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira) e *Ensaio Geral*, de Antonio Marcello (São Paulo, Alfa-Omega).

Em 1979 são lançados diversos títulos que têm a tortura como tema central ou importante, entre eles* Tortura*, de Antonio Carlos Fon, e* Dossiê Herzog*, de Fernando Pacheco Jordão

Foi em 1979 que a tortura passou de fato a ser um tema recorrente em diversos livros. O clima político um pouco mais aberto, a campanha da Anistia e as discussões sobre reorganização partidária mostravam que o país começava a entrar em um novo momento político. Temos aí já uma variedade de obras que abordam a questão da tortura, seja como um de seus temas centrais, seja como um dos elementos do livro.

Entre os livros que abordam a tortura como um de seus temas centrais temos:

- *Desaparecidos políticos: Prisões, seqüestros, assassinatos*, organizado por Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (Rio de Janeiro, Edições Opção e CBA-RJ). Organizado pelo CBA-RJ, é uma espécie de dossiê de casos de pessoas presas, torturadas, mortas ou desaparecidas, reunindo informações detalhadas sobre cada caso.

- *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, do jornalista

Antonio Carlos Fon (São Paulo, Global). O livro é conseqüência de uma reportagem de Fon para a revista *Veja* e mostra em detalhes como havia sido organizado o aparelho repressivo do regime militar e como a tortura de presos políticos passara a ser utilizada de forma sistemática e "científica" contra os "subversivos". A descrição das técnicas de suplício é feita de forma circunstanciada, de modo impactante para o leitor. Logo após a reportagem ter sido publicada, o então ministro do Exército, general Fernando Bethlem, pediu o enquadramento do jornalista no artigo 14 da Lei de Segurança Nacional.

- *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil* (São Paulo, Global), de Fernando Pacheco Jordão, uma longa reportagem que desmonta detalhadamente a farsa sobre a morte de Herzog em 1975 e narra todo o movimento de solidariedade e de resistência a que sua morte deu origem.

- *131-D. Linhares: Memorial da prisão política*, de Gilney Amorim Viana (Contagem, Editora História/Comitê Brasileiro pela Anistia/ Movimento Feminino pela Anistia). Traz as memórias e as reflexões do autor, então ainda preso no Rio de Janeiro.

O livro de Viana era de certa forma sintoma do início de um *boom* de livros de memórias e de depoimentos, que ocorreria a partir daquele ano. Desses livros, vários traziam relatos de torturas sofridas pelo próprio autor ou por pessoas com quem ele conviveu. Alguns deles: *Milagre no Brasil*, de Augusto Boal (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira); *Nas profundas do inferno*, de Arthur Poerner (Rio de Janeiro, Codreci) escrito em 1976 mas publicado no Brasil apenas em 1979; *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Rio de Janeiro, Codecri); *Poemas do Povo da Noite*, de Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva (São Paulo, Editorial Livramento); *Confesso que peguei em armas*, de Pinheiro Salles (Belo Horizonte, Editora Veja); *Esquerda armada: testemunhos dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*, organizado por Luzimar Nogueira Dias (Vitória, Edições do Leitor).

Breves conclusões. Feito este sumaríssimo levantamento das principais obras publicadas nesse período sobre o tema, podemos concluir que os livros não foram pioneiros na denúncia da tortura contra dissidentes políticos no Brasil. Mesmo com as severas restrições que a imprensa sofria, jornais e revistas estamparam em suas páginas algumas notícias e, principalmente, cartas que tratavam do tema no período mais duro da repressão, entre 1969 e 1975.

As denúncias no exterior também tiveram um peso importante para que tais notícias se propagassem internacionalmente, caracterizando o governo brasileiro como uma ditadura que torturava presos políticos, comparável a Grécia, Portugal, Espanha, Paraguai e Chile, na mesma época.

Todavia, o papel dos livros que no Brasil primeiro fizeram esta denúncia não pode ser subestimado. Alguns desses livros tiveram sucesso de vendas, ocupando as listas dos mais vendidos à época, como é o caso de *Tortura*, *Dossiê Herzog* e *O que é isso, companheiro?*.

O impacto desses trabalhos se dava por constituírem um conjunto de informações até certo ponto consolidadas sobre os métodos de combate aos grupos de oposição clandestinos que atuaram no Brasil entre o final dos anos 1960 e meados da década de 1970, com diversos testemunhos em primeira mão sobre as torturas, mortes e desaparecimentos.

Parece razoável deduzir que estes livros cumpriram um certo papel na denúncia das arbitrariedades da ditadura e colaboraram para que este tema tão importante — e tão sensível para os militares, muitos dos quais negam até hoje que existisse tortura — entrasse na pauta do debate político nacional.

Notas

* Este artigo tem como base a comunicação apresentada no evento "200 anos da imprensa no Brasil", organizado pelo CEDEM/Unesp, em 8 e 9/10/2008. "O poder da palavra impressa" foi o título de uma das mesas.

1 SUCUPIRA, Elizabeth. "O engajamento de Lygia Fagundes Telles". Publicado originalmente por em 01/02/2005. Disponível em: <http://www.portalliteral.com.br/artigos/o-engajamento-de-lygia-fagundes-telles>. Acesso em 3/10/2008.

2 TELES, Janaina de Almeida. Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Dissertação de mestrado em História, FFLCH-USP, 2005.

Anistia e reparações avançam, mas restam 24 mil casos a apreciar

Tatiane Klein
Estudante de Jornalismo (ECA-USP)

Fotos: Daniel Garcia

Sessão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo (SP)

Decorridos 30 anos da edição da Lei da Anistia, constata-se que 25 mil brasileiros que solicitaram o estatuto de anistiado político tiveram seus pedidos atendidos em sete anos de funcionamento da Comissão de Anistia, órgão do Ministério da Justiça. Destes, porém, só 9 mil tiveram direito a uma reparação econômica. Outros 13 mil pedidos foram indeferidos, restando por analisar 24 mil casos. Acompanhamos uma audiência pública em São Bernardo do Campo que deferiu 41 pedidos. Levantamos também o incrível caso de 495 ex-cabos da FAB que foram desanistiados

Ao iniciar-se a sessão de julgamento promovida em 23 de setembro de 2008 na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo (SP), pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o ex-metalúrgico Narruden Valadares não tinha certeza de que seria reconhecido como perseguido político. Mas Narruden, de 69 anos, que perdeu a perna direita em decorrência de espancamento policial em 1981, deixou o plenário anistiado e indenizado. Receberá uma parcela única de R$ 12.450 (30 salários mínimos), como reconhecimento de que sofreu perseguição política por um ano.

Naquela tarde, Narruden ouviu o Estado brasileiro pedir desculpas pelos crimes cometidos contra ele e seus companheiros operários. "Eles me machucaram na época. [A polícia] me botou no camburão e rodou por São Bernardo", conta. Depois de uma hora e meia de agressão por dois policiais empunhando cacetetes, o operário, que nunca chegou a ser dirigente sindical, foi solto. As pancadas deixaram marcas indeléveis: "Depois que bateu [é] que *empreteceu* minha perna", explica Narruden, esclarecendo que após algum tempo perdeu o emprego. Desde então, o ex-metalúrgico não voltou a conseguir um emprego e viveu adoentado.

Homens como Narruden são a prova de que o Brasil caminha ainda a passos lentos para a democracia e a reconciliação. Os jornais de grande circulação fazem as contas dos gastos do governo com indenizações e dão destaque aos anistiados de renome. As críticas apresentam a Anistia como espécie de privilégio concedido a indivíduos e grupos. Mas na verdade, como instrumento político, o instituto da Anistia lembra o Estado brasileiro dos erros e crimes que ele próprio cometeu.

Paulo Abrão Pires, presidente da Comissão de Anistia, avalia que ainda há muita desinformação: "Isso faz com que algumas pessoas creiam que os valores das indenizações são fixados arbitrariamente, sem qualquer critério". Para ele, a reparação econômica de natureza jurídica indenizatória e o instituto da Anistia, estabelecidos pela Lei da Anistia de 1979 e pela Lei 10.599/02, têm nexo profundo com as normas fundantes do regime democrático. Não se trata, esclarece, de recomposição de perdas trabalhistas: "Isso é [papel] da Justiça do Trabalho"; a anistia e as reparações econômicas teriam dimensão sempre simbólica.

Dentro de seu protocolo, a Comissão de Anistia registra mais de 62 mil processos de requerimentos do estatuto de anistiado político.

Destes, 38 mil foram apreciados nos sete anos de funcionamento da Comissão, sendo 13 mil indeferidos e 25 mil deferidos. Abrão esclarece: "Porém, desses 25 mil deferidos nem todos receberam o direito à reparação econômica, somente a mera declaração de anistiado político, pois a Comissão de Anistia entendeu que não havia danos morais ou materiais a serem cobertos para aquele anistiando". O número dos que efetivamente receberam algum tipo de indenização é bem menor: 9 mil.

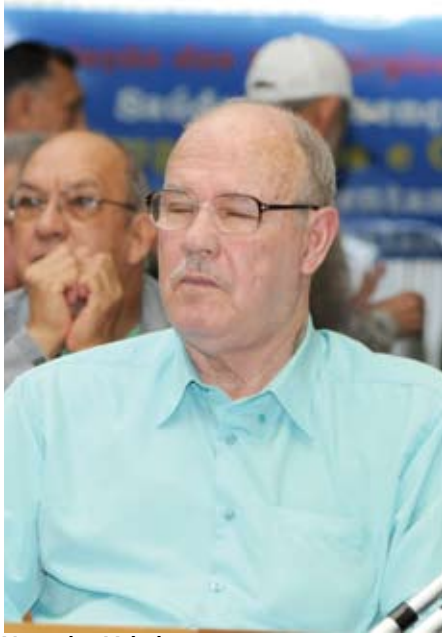
O foco da discussão deve ser outro, diz Abrão: "A cada realização de uma sessão de julgamento da Comissão de Anistia, nas suas Caravanas da Anistia, há uma oportunidade ímpar para toda a sociedade brasileira resgatar boa parte da história, recontar aquele período, rever os personagens principais daqueles fatos, para fazer desse processo de anistia política um efetivo processo de reconciliação nacional. Esses perseguidos políticos aguardam até hoje uma resposta por parte do Estado brasileiro".

Nas sessões de julgamento, os casos são apreciados em bloco ou individualmente, sempre baseados na análise de documentos e no voto de um conselheiro. Aos processos soma-se todo tipo de registro que possa comprovar a perseguição política do anistiando, de cópias de matérias de jornal às suspensões em fábrica por envolvimento em greves.

"Não é só o companheiro que foi torturado, no pau de arara, não é só o companheiro que foi preso; aqui tem companheiros que não passaram por isso, mas só por terem participado das greves nunca mais conseguiram emprego. Havia uma lista, todo mundo sabe disso, e esses companheiros eram marcados para nunca mais conseguir emprego", lembrou o deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP) ao plenário, na sessão de São Bernardo do Campo. "Quantos irmãos, em [19]80, foram arrancados da fábrica, levados direto para a cadeia? Quantos perderam a vida? Quantos desapareceram, que ninguém sabe onde estão?", pergunta ainda Vicentinho.

Se estava empregada à época do regime militar e consegue provar que foi demitida exclusivamente em razão de perseguição política, a pessoa tem direito a prestação mensal vitalícia, correspondente ao salário que teria se tivesse mantido o emprego

Entre os 41 requerimentos de anistia apreciados na sessão reservada aos metalúrgicos da região do ABC, aparecem histórias como a de Jaime Vicente da Silva Ferreira, conhecido como Jaiminho. Marcado em 1979 em uma das listas negras, o então militante do PCdoB passou a não parar em emprego; logo era demitido. "Eu fui seqüestrado muitas vezes nas greves", conta Jaiminho. Sem conseguir trabalhar, o ex-inspetor de qualidade viveu anos em depressão profunda, em situação quase miserável. "Nenhuma luta é em vão. A democracia permanece", reflete. Anistiado, deve receber R$ 2.723,75 em prestação mensal vitalícia, além de um retroativo de R$ 404.340,69.


Narruden Valadares

No Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, não há lei que fixe um teto para as indenizações de anistiados. Se a pessoa estava empregada à época do regime militar e consegue provar que foi demitida exclusivamente em razão de perseguição política, tem direito a uma prestação mensal "permanente continuada", ou seja, vitalícia — em valor correspondente à remuneração a que faria jus se não tivesse sido afastada de seu

Anistiado conquista direito de voltar a estudar na USP

Quem vê Jorge Gonzaga, o Gim, perambular pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP) não imagina que em 1969 ele já estivesse lá como calouro do curso de Jornalismo. Gim foi julgado à revelia e condenado, naquele ano, por distribuir panfletos contra o regime militar, dois anos antes, na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, onde trabalhava. Ele, que pertencia à Juventude Operária Católica (JOC), foi forçado a passar um ano longe da universidade e, ao voltar a ela, não conseguiu permanecer no curso.

"Existia na USP uma repressão muito forte. Volta e meia estava sumindo alguém, várias pessoas foram presas", conta Gim. Ainda que não estivesse envolvido mais diretamente com o movimento de resistência, o estudante e ex-operário mantinha ligações com a JOC e a Ação Popular (AP) em São Paulo. A decisão de se afastar da USP partiu dele mesmo: "A qualquer momento eu podia ser preso", justifica.

Gim partiu para o Nordeste, onde passou a trabalhar com teatro de bonecos e cultura popular. Hoje, ele avalia que o trabalho político realizado por lá, que inclui a criação de um centro cultural, foi rico: "Dentro da minha concepção socialista, não me alienei, não virei pequeno-burguês". A declaração de anistiado político e o direito à reparação econômica chegaram para ele em 1985.

Quatro anos depois de requisitar o direito de retomar seus estudos na USP é que Gim, com mais de 60 anos, pôde voltar à ECA: "O Ministério da Justiça já havia determinado o meu retorno e a USP não me dava essa vaga". Os muitos anos de espera e de trabalho com a arte fizeram-no distanciar-se do jornalismo. Depois de seis novos meses entre o jornalismo e as disciplinas optativas nos departamentos de artes, Gim afirma estar em dúvida sobre o que fazer na universidade. Mas não se arrepende da luta pela vaga.

emprego. Os indeferidos ou descontentes com o valor da reparação podem interpor recurso em até 30 dias. Para as pessoas que não tinham vínculo laboral à época ou não conseguem comprová-lo, a lei estabelece o direito a, no máximo, 30 salários mínimos por ano de perseguição política. Fatos relativos à tortura e violência, por exemplo, são descritos em todos os processos, mas, conta o presidente da Comissão, não contam para a fixação dos valores da indenização.

"A Lei de Anistia é imperfeita", avalia Abrão, "mas ela assim foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional. Eu particularmente discordo dos critérios que ela estabeleceu, pois acabam por aprofundar as desigualdades sociais brasileiras e não identificam efetivamente as pessoas que tiveram um maior prejuízo ou que tiveram maior sofrimento em razão das perseguições que sofreram". Como são utilizados valores de mercado (salários pagos às diferentes categorias ou funções) como parâmetro para o cálculo das reparações econômicas, o valor médio das indenizações em prestação mensal vitalícia caiu de R$ 6.000 em 2007 para R$ 2.500 em 2008, segundo a Comissão de Anistia. Os valores são consultados junto ao Datafolha Instituto de Pesquisas.

Daniel Garcia

Paulo Abrão, presidente da Comissão

"Controvérsia interpretativa" dificulta decisão sobre anistia a ex-cabos da FAB

Em dezembro último, a OAB Nacional ajuizou uma Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 158) junto ao Supremo Tribunal Federal. O documento, patrocinado pelo advogado Maurício Gentil e baseado em parecer de Carlos Roberto Siqueira Castro, fala de um dos casos mais complexos em análise na Comissão de Anistia: o de cabos da Aeronáutica que foram atingidos pela Portaria 1.104/GM3, de 1964. Segundo a ADPF 158, "O Alto Comando das Forças Armadas e a Comissão de Anistia (...) têm interpretado equivocadamente a legislação que rege a matéria, interpretação essa que legitima a instituição de um regime diferenciado e discriminado em relação aos militares anistiados políticos".

O texto da argüição parte da situação, relatada à OAB pela Associação Democrática Nacionalista de Militares (ADNAM), de servidores militares, anistiados políticos, que estão sofrendo dificuldades no reconhecimento de seus direitos. É citado também o caso de 495 ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB) que ingressaram na força após a edição da portaria, e que foram "anistiados e posteriormente desanistiados por portaria do Ministério da Justiça" (como consta na argüição). O ministro da Justiça, à época, era Márcio Thomaz Bastos.

Océlio Gomes Ferreira, um desses 495 ex-cabos, conta parte de sua história: "A partir da decretação do AI-5, em 1968, tivemos 'liberdade vigiada'. Fomos mantidos sob vigilância constante: não tínhamos o direito de votar, de ocupar cargos públicos, casar, ter filhos, participar de associações, reuniões em clube e trajar à paisana. Ainda, quando estávamos em período de férias, não podíamos nos ausentar dos nossos Estados ou País. Aqueles que fossem suspeitos de ligações políticas eram presos ou expulsos, excluídos e desligados pela famigerada Portaria nº 1.104 /GM3/1964".

Em carta remetida à Comissão de Anistia em 2001, o major-brigadeiro-do-ar Rui Moreira Lima, que à época era Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, fala do caráter político da portaria — que determinava o desligamento dos cabos caso, em oito anos, eles não ascendessem na hierarquia. Segundo o brigadeiro, os cabos da FAB teriam sido punidos drasticamente e sem direito de defesa, "com prisões, seguidas de exclusões e desligamentos, mascarando a punição que deveria ser imposta através dos Atos Revolucionários de Exceção em simples punições administrativas", pelo que ele chama de "Revolução de 31 de março". A carta indica ainda que os cabos que ingressaram antes de 1964 na FAB estavam organizados em torno da Associação de Cabos da FAB (Acafab) e realizavam "manifestações de natureza política".

Arquivo pessoal - Océlio Ferreira

Brigadeiro Rui Lima (à esquerda) e ex-cabo Océlio Ferreira

Os requerimentos dos cabos do pré-1964 e dos 495 do pós-1964 foram julgados pela Comissão de Anistia em 2002, ano em que a Comissão editou um enunciado administrativo classificando a Portaria nº 1.104 como "ato de exceção de natureza exclusivamente política" e anistiou os requerentes. Em 2003, contudo, passaram a ocorrer as anulações das portarias de anistia

dos cabos do pós-1964. Para militares como Océlio, o motivo é claro: "Eles não querem aceitar, têm medo do Comando da Aeronáutica. Isso não dá ibope para o governo. Só querem anistiar quem dá ibope".

Mas o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, dá outra explicação: "Os militares representam o segundo maior grupo de requerimentos na Comissão de Anistia, superados apenas pelos ex-vereadores. Conforme registros de 2003, houve uma controvérsia interpretativa sobre a abrangência dos efeitos da Portaria 1.104/64 da FAB como ato de exceção, restringindo o direito de anistia apenas aos que ingressaram na força até a sua expedição. Estes 495 foram de ingressantes pós-1964 e já tinham sido declarados anistiados em decisão anterior à mudança de entendimento".

Através da ADNAM, a *Revista Adusp* teve acesso a documentos que indicam a interferência do Comando da Aeronáutica na anulação das portarias de anistia dos 495 ex-cabos do pós-1964. O ofício 058/CMT/188-Brasília, de 31 de janeiro de 2003, enviado pelo à época comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, para o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, solicita o cancelamento das portarias de anistia de ex-militares da Aeronáutica. Em seguida, o Aviso 1.362, assinado por Bastos, pede que sejam devolvidos os requerimentos de anistia dos cabos incluídos na FAB após a edição da Portaria 1.104; e a Informação 907/COJAER/2002 afirma que aqueles cabos foram licenciados por conclusão de tempo de serviço e não por atos de exceção — o que contraria o entendimento da Comissão de Anistia sobre a Portaria nº 1.104. O argumento defendido nesses documentos, para o pedido de anulação de tais portarias de anistia, é de que elas dispenderiam muito dinheiro, podendo lesar o erário público.

Questionado sobre a "desanistia" dos 495 cabos, Abrão responde que a Comissão de Anistia e o ministro Bastos "entenderam que estes cabos pós-1964 tinham sido equivocadamente enquadrados em dispositivo jurídico impróprio, gerando a concessão de anistia sem que ficasse caracterizada a perseguição política". O argumento central é o de que tais cabos já ingressaram na FAB sabendo das regras limitantes da carreira impostas pela Portaria 1.104 e não poderiam alegar perseguição política.

"Pela mesma razão a Comissão não concede indenizações para os vereadores que se candidataram aos mandatos já sabendo que eles deveriam cumpri-lo gratuitamente por força de ato institucional. Não é possível alegar dano material. A anulação dá-se pela constatação de que tais cabos não foram atingidos pelo ato. A distinção é simples: o ato previa o afastamento da força para aqueles que não se reengajassem em prazo determinado (no caso, oito anos). Se sofreram perseguição política dentro da força precisam provar nos autos, uma vez que já era sabido de antemão que seriam desligados após prazo previamente determinado", finaliza Abrão, lembrando que os muitos militares que estavam na ativa e foram afastados por força da portaria de 1964 receberam anistia.

O comandante da FAB em 2003, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, pediu ao então ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, o cancelamento das portarias de anistia que beneficiavam ex-cabos da força. E conseguiu

A Portaria 1.104 vigeu até 1971 e, por isso, na opinião do Océlio, ela atingiu inclusive aqueles cabos que ingressaram na Aeronáutica após a sua edição. Ele explica: "Quando nós entramos na Aeronáutica, não assinamos documento nenhum dizendo que seríamos desligados em oito anos. Todo mundo foi incorporado pela Lei de Serviço Militar". Océlio afirma ainda que, ao tempo do deferimento das anistias, o entendimento de um dos conselheiros da Comissão era o de que a Portaria 1.104 teria vigido até 1982. A ADPF/158, que já foi encaminhada para a AGU, também passou pela Presidência da República, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. "A gente não tem para quem apelar", reclama o ex-cabo Océlio. "A nossa única saída agora é o Supremo".

Na USP Ribeirão, Faepa quer ampliar HC para esconder a "segunda porta"

Antonio Biondi
Jornalista

Antonio Biondi

Entrada do hospital, no campus da USP de Ribeirão Preto: a serviço do SUS, mas gerido por entidade privada

A Faepa, fundação privada "de apoio" à FMRP, está à frente do projeto de construção de uma nova unidade hospitalar pública em Ribeirão Preto, no campus da USP e ligada ao Hospital das Clínicas daquela faculdade. O novo centro contaria com uma unidade de pesquisas (UPC) financiada por fundos públicos setoriais do Ministério da Tecnologia e do Ministério da Saúde, mas ofereceria simultaneamente atendimentos e serviços a convênios de saúde e a pacientes privados, por meio da Clínica Civil mantida pela própria Faepa!

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP-USP) possui hoje uma ambigüidade estrutural: é um hospital público que, além de atender à população em geral, possui uma Clínica Civil dedicada ao atendimento de convênios e particulares. A situação não só é delicada e pouco clara aos olhos da população, como exigiu que a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP (Faepa), entidade privada responsável pela gestão do hospital, assinasse um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, a fim de adequar a situação às regras do Sistema Único de Saúde, o SUS.

O projeto de construção de uma nova unidade hospitalar no campus da USP, vinculada ao HCFMRP, está sendo avaliado pelas direções da fundação e do próprio hospital como o caminho para se resolver a ambigüidade. O novo prédio teria como objetivo agrupar diferentes setores que constituem a Unidade de Pesquisa Clínica (UPC) do HCFMRP, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e potencializaria as pesquisas já desenvolvidas pelos docentes e estudantes da Faculdade de Medicina, hoje dispersas no hospital.

Por outro lado, o prédio abrigaria a Clínica Civil. Ou seja, em lugar de resolver a ambigüidade, tenderia a transferi-la para o novo prédio. Longe dos olhos do público atendido em geral no HCFMRP, portanto, mas com o risco de criar outro problema. As unidades de pesquisa ligadas ao MCT contam com especificações bastante particulares, e não devem ser voltadas para outras finalidades — como ocorrerá caso ali venha a funcionar a Clínica Civil.

Hoje, a clínica está instalada dentro do próprio HCFMRP. No caso do hospital, reconhecido como um dos principais centros de medicina do Estado (cerca de 30% dos pacientes provêm de outras regiões paulistas e até de outras regiões do país), é oferecido atendimento público e gratuito a toda a população. Já a Clínica Civil abre espaço para a comunidade USP, para os convênios, e, por fim, para atendimentos a particulares, que seguem valores de mercado — e que chegam, certas vezes, à casa de algumas centenas de reais por consulta ou procedimento. Quem recebe por tais serviços são docentes da própria FMRP. O profissional fixa o valor da consulta e a fundação retém o percentual devido à USP e ao HCFMRP e depois repassa os respectivos recursos.

Em 2007, de acordo com o relatório de atividades disponibilizado pela instituição em seu site, a Faepa obteve uma receita de R$ 119,44 milhões, sendo que 90% desse montante vinculava-se à execução do convênio com o HCFMRP. A maior parte desses recursos, R$ 92,26 milhões ou 77,24% do total arrecada-

do, correspondeu a verbas oriundas do SUS (**vide tabela**). Os atendimentos de particulares na Clínica Civil geraram receita de R$ 2,46 milhões (2,06% do total), ao passo que os atendimentos a convênios e os contratos com laboratórios renderam R$ 5,6 milhões (4,69%). Do total de atendimentos prestados no HCFMRP em 2007, 97,9% foram de usuários do SUS e filantrópicos, contra 2,1% da Clínica Civil.

Quando se lê atentamente o relatório de atividades da Faepa em 2007 nota-se que, embora lide com recursos públicos, a lógica que predomina na movimentação financeira da fundação é privada. Desse modo, o documento aponta polpudos superávites de R$ 8,62 milhões no exercício de 2006 e de R$ 7,23 milhões em 2007. Além disso, a Faepa experimentou um salto substancial em suas aplicações financeiras: passou do total de R$ 30,26 milhões em 2006 para R$ 37,99 milhões em 2007.

A existência de dois tipos de atendimento, sob lógicas opostas, é evidentemente incômoda aos olhos da população que madruga nas filas do HCFMRP para ser atendida. O próprio superintendente do hospital, Milton Laprega, considera que "se conseguirmos deslocar esse atendimento daqui para a Unidade de Pesquisa Clínica, acredito que consigamos deixar as coisas mais claras e transparentes. Hoje, precisamos muitas vezes nos justificar, explicar, responder a essas críticas de segunda porta. É ruim para nós. Com a criação da UPC, isso vai ficar devidamente separado."

Receitas da Faepa: 2006 e 2007 (em R$)

Origem da receita	2006	2007
Renda Hospitalar – SUS	89.100.368	92.256.301
Renda Hospitalar – Convênios	4.910.635	5.595.737
Renda Hospitalar – Particular	1.923.977	2.464.963
Renda SUS – Aditivos	1.362.589	3.738.612
Projetos e Pesquisas	3.761.592	3.346.686
Receitas com Locações	375.027	387.711
Receitas com Estacionamentos	422.482	428.649
Receitas Centro de Convenções	585.964	946.186
Convênios Públicos	4.443.831	4.696.118
Receitas c/ Cursos e Concursos	1.182.781	1.734.814
Receitas Financeiras	3.375.021	2.900.843
Outras Receitas (operacionais)	340.213	450.712
Total receitas operacionais	111.784.480	118.947.332
Total receitas não operacionais	711.911	490.133
Totais gerais	**112.496.391**	**119.437.465**

Fonte: Faepa, relatório de 2007

A Faepa obteve superávites de R$ 8,62 milhões em 2006 e R$ 7,23 milhões em 2007, e experimentou um salto substancial nas aplicações financeiras: passou de R$ 30,26 milhões em 2006 para R$ 37,99 milhões em 2007

O hospital conta atualmente com 650 leitos, além de outros 160 leitos na Unidade de Emergência. "Dos 650 leitos, 23 são usados para a Clínica Civil", informa Laprega, explicando que os professores, autorizados pela USP, podem dedicar até 8 horas por semana aos atendimentos particulares. Segundo o superintendente, dois terços da receita do hospital provêm do Orçamento do Estado, e um terço corresponderia às verbas do SUS (esses valores não devem ser confundidos com a receita da Faepa).

De acordo com Laprega, os recursos gerados pelos atendimentos a particulares e convênios na Clínica Civil representam pouco em relação à receita total do HCFMRP. "Não dependemos disso para manter o hospital", diz. Então, por que manter a Clínica Civil? Porque, para Laprega, ela tem sido vital para que os professores fiquem em período integral na FMRP, realizando no hospital atendimentos que poderiam oferecer em consultórios e hospitais particulares da cidade.

A Faepa, por sua vez, alega que a mudança será positiva para as pesquisas no HCFMRP, tanto no gerenciamento quanto nos resultados, inclusive acadêmicos. É a avaliação do diretor executivo da Faepa, Jair Lício Ferreira Santos, para quem a nova unidade irá também garantir uma separação mais

efetiva de receitas e despesas em relação ao restante do hospital. Santos, que é docente do departamento de Medicina Social da faculdade, entende que a nova unidade, ao permitir que a Clínica Civil separe-se do prédio principal do hospital, fará com que seja superada "aquela falsa idéia de que uma pessoa chegou agora e já vai ser atendida, ao passo que a outra está esperando para ser atendida e não consegue".

Questionado pela *Revista Adusp* quanto à eficácia da mudança (a nova localização dos atendimentos não se limitaria a encobrir o problema do ingresso diferenciado?), o diretor insiste: "Temos tudo documentado que é uma inverdade que existam privilégios, que exista um corredor especial". Os atendimentos a particulares, sustenta, se dão em momentos de "ociosidade" dos equipamentos e equipe no que diz respeito ao SUS.

Outras fontes procuradas pela reportagem contestam a aparente solução representada pela nova unidade hospitalar. Cleusa Cascaes Dias, presidenta do Centro Médico de Ribeirão Preto, declara que a defesa do SUS é unânime entre as entidades do setor. As reivindicações salariais dos docentes da USP são justas, pondera, mas "corrigir a defasagem salarial abrindo a porta do setor público para o privado é um precedente muito sério". A situação gera distorções entre, de um lado, aqueles médicos que são docentes da USP, e de outro lado o restante da categoria, tanto em termos de remuneração e direitos trabalhistas como em matéria de acesso aos equipamentos e à tecnologia do HCFMRP, observa a presidenta do Centro Médico. Para Cleusa, "a comunidade universitária precisa refletir com profundidade sobre este tema".

O Conselho Federal de Medicina e o Centro Acadêmico Rocha Lima, da FMRP, ambos procurados pela *Revista Adusp*, mantiveram um silêncio constrangedor sobre o tema. O Conselho Regional de Medicina, por meio de uma de suas diretoras, informou que não há consenso na diretoria sobre o polêmico tema, e que por isso não poderia se posicionar.

O promotor Sebastião Silveira, do Ministério Público Estadual, firmou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Faepa em 2000, que fixa teto de 6% dos atendimentos na Clínica Civil em relação ao total de atendimentos do HCFMRP, proíbe o uso de funcionários públicos na Clínica Civil, veda privilégios e determina que o atendimento privado não pode prejudicar os pacientes do SUS (*Revista Adusp* 24, 2001, p. 108). O promotor afirmou à *Revista Adusp* que a Faepa tem cumprido 100% do acordado, e que pretende renegociar algumas

Antonio Biondi

Governo estadual apóia a política de "dupla porta"

A fundação nega que existam privilégios para pacientes privados, mas o Centro Médico de Ribeirão Preto condena a abertura da "segunda porta" para o setor privado e denuncia distorções

Duas opiniões sobre o projeto

"Solução adequada"

"O HCFMRP presta atendimento a particulares há mais de 50 anos, respaldado na lei estadual 1.467/51, que criou a FMRP. Em 1999, quando seu Conselho Deliberativo decidiu ampliar esse atendimento a pacientes vinculados a planos de saúde, teve o cuidado de definir que a ampliação não poderia ser feita com redução na qualidade ou no volume do atendimento prestado ao SUS. A ampliação da área de atendimento era uma necessidade antiga da Clínica Civil. A construção de um novo espaço que abrigue a UPC do HCFMRP e o atendimento de pacientes conveniados e particulares representa uma solução adequada para as limitações mencionadas."

Benedito Maciel, professor titular do Departamento de Clínica Médica, ex-diretor da Faepa

"Preocupações legítimas"

"Há que se reconhecer como legítimas as preocupações quanto a prejuízos que o exercício da Clínica Civil poderia causar ao atendimento de pacientes do SUS. A depender da sua dimensão, a clínica poderia impor limites aos serviços oferecidos a pacientes do SUS, mas vários dispositivos existem para impedir que isso venha a ocorrer. A USP e o HCFMRP dispõem de instrumentos que, bem utilizados, são suficientes para prevenir potenciais danos colaterais ao atendimento do SUS."

Ricardo Brandt de Oliveira, professor titular do Departamento de Clínica Médica

"A unidade de pesquisa pública não pode integrar o hospital, seja público ou privado", diz Maura Pacheco, do Fundo Setorial CT-Saúde. "Tem que ser à parte, de acordo com as boas regras internacionais de pesquisa"

condições do TAC. Silveira entende que, mais do que às consultas, é necessária atenção especial aos exames e cirurgias. Para o promotor, é "injustificável e inadmissível que o contribuinte espere meses, até anos, para poder realizar uma cirurgia e que o paciente que tem o atendimento privado seja imediatamente atendido".

Se a ambigüidade público-privado não parece resolvida pela ação do TAC, nem com a mera mudança de lugar da Clínica Civil, note-se que a convivência desta, num mesmo prédio, com uma Unidade de Pesquisa Clínica pode vir a ferir os pressupostos exigidos para a criação de UPCs.

Maura Pacheco, secretária técnica do Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia-Saúde (Fundo Setorial CT-Saúde) e analista da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ambos vinculados ao MCT, explica: "A unidade de pesquisa pública não pode integrar o hospital, seja ele público ou privado. Tem que ser à parte, de acordo com as boas regras internacionais de pesquisa. Não pode estar no mesmo ambiente que o outro".

Isso porque a UPC não tem como foco o atendimento de pessoas doentes: elas são parte da pesquisa, se voluntariam para isso. As direções da Faepa e do HCFMRP estão cientes dessa exigência, esclarece Maura. A Clínica Civil pode até conviver com a UPC, admite, mas ressalta que "o projeto é para a construção de uma unidade de pesquisa clínica nos moldes acima colocados", porque "é para isso eles estão recebendo os recursos".

Existem 19 UPCs no país, todas ligadas a hospitais universitários, formando a Rede Nacional de Pesquisa Clínica. Pretende-se chegar ao número de 37 UPCs até o final do governo Lula. A expansão dessas unidades de pesquisa conta com recursos de diversos fundos setoriais. A Finep coordena a Rede Nacional, realiza as chamadas para candidaturas a UPC, seleciona as propostas e implementa o projeto que, de 2005 a 2008, recebeu aportes da ordem de R$ 60 milhões.

As empresas interessadas em testes de medicamentos e equipa-

FUNDAP ANALISA MUDANÇAS NA GESTÃO DO HCFMRP

A Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), fundação pública estadual, desenvolve atualmente um convênio com a Secretaria de Saúde do Estado, voltado ao fortalecimento do SUS. O projeto, de três anos, prevê, entre outras ações, a capacitação de gestores, melhoria dos processos em âmbito regional e municipal e melhoria da gestão do HCFMRP.

Segundo a diretora técnica de Políticas Sociais da Fundap, Vera Lúcia Cabral Costa, o diagnóstico da gestão do HCFMRP "deve ser concluído até março de 2009, e será propositivo", sendo que o norte deve ser "a flexibilização de algumas questões, assim como a busca por metas e resultados".

Vera argumenta que o trabalho não buscará "algo que seja mais do mesmo", e que não deve repetir, por exemplo, o modelo das organizações sociais. Explica que, diante dos crescentes questionamentos às fundações privadas "de apoio", e da proposta do governo federal de transformar os hospitais públicos em fundações estatais públicas de direito privado, o diagnóstico buscará atuar em uma terceira direção: a de quem defende que, "dentro do atual marco legal, é possível aprimorar o modelo de gestão".

Quando à possibilidade de o HCFMRP prescindir da Faepa — que é aventada, por exemplo, pelo superintendente do hospital, Milton Laprega — a diretora da Fundap acredita que esta "é uma resposta que poderemos dar ao final da pesquisa". Avalia que, "hoje, não seria possível", mas que, "dentro do processo iniciado, de melhoria do modelo, pode ser que sim, que possa prescindir, ao menos nos moldes em que a relação se dá hoje".

Instituída pelo governo estadual em 1974, a Fundap tem personalidade jurídica de direito privado e goza de autonomia técnica, sendo vinculada à Secretaria de Gestão Pública. Em 2008, contou com um orçamento de R$ 55,93 milhões, dos quais cerca de R$ 41 milhões são recursos próprios, obtidos por convênios, e o restante é repassado pelo Tesouro estadual. A fundação oferece cursos, presta consultorias e realiza atividades com outros órgãos do governo do Estado, com a União e com prefeituras.

O trabalho da Fundap põe em xeque o modelo das fundações "de apoio" às universidades. Se o Estado conta com uma fundação como a Fundap, com 212 funcionários, um orçamento de cerca de R$ 50 milhões ao ano e que realiza tantas atividades junto aos órgãos públicos, como justificar que as fundações "de apoio" contem com orçamentos que podem chegar a R$ 100 milhões anuais, inflados, quase sempre, por recursos públicos?

mentos costumam contratar diretamente profissionais das universidades públicas, não raro ignorando o vínculo institucional. Segundo Maura, "a idéia é que haja algum controle, que seja feito de forma institucionalizada, e que os benefícios retornem para o público, uma vez que estão utilizando serviços públicos". As UPCs, acrescenta, "deverão realizar pesquisas de acordo com demandas apresentadas pelo Ministério da Saúde".

A Faepa, atualmente, busca os recursos para a construção da nova unidade. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um dos potenciais financiadores do empreendimento, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa que, em dezembro último, a proposta apresentada pela fundação foi "enquadrada", passo inicial para o financiamento do banco ao projeto, via Fundo Tecnológico do BNDES (Funtec). Solicitado pela *Revista Adusp* a fornecer uma cópia do projeto, Eduardo Barbosa Coelho, diretor científico da Faepa e professor do departamento de Clínica Médica da FMRP, respondeu que "ainda não é possível, uma vez que o projeto é confidencial" por estar "em fase de julgamento no BNDES com demais competidores para o Funtec".

A dança dos milhões da Codevasf e Fundespa no rio São Francisco

Antonio Biondi
Jornalista

Fábio Pozzebom/Agência Brasil

Tribunal de Contas da União encontra graves irregularidades em convênio celebrado, sem licitação, entre a companhia federal responsável por obras no rio São Francisco e a fundação privada que atua no Instituto Oceanográfico da USP. Chamou a atenção do TCU a realização de um aditamento que elevou o valor do projeto para R$ 40 milhões, quase quatro vezes o montante original, "sem qualquer documento que comprovasse sua necessidade". A própria Codevasf decidiu suspender a execução do convênio em setembro de 2008

Um projeto inicialmente orçado em R$ 11,57 milhões, e que, após um aditamento, teve seu valor ampliado para R$ 40 milhões, é agora motivo de controvérsia entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa, instituição "de apoio" ao Instituto Oceanográfico da USP). Em setembro de 2008, a Codevasf, que dois anos antes contratara a Fundespa para que esta executasse uma série de providências relacionadas à revitalização do rio São Francisco, suspendeu o respectivo convênio, em razão de advertências do Tribunal de Contas da União (TCU) e de uma auditoria realizada pela própria empresa estatal, que constatou a existência de graves irregularidades.

Destinado à execução de ações relacionadas ao Projeto Hidrovia do Rio São Francisco, o convênio Codevasf-Fundespa previa, em seu objeto, a "obtenção de licenças ambientais, supervisão e acompanhamento de obras de conformatação do leito do Rio São Francisco, no trecho Ibotirama (BA) a Pilão Arcado (BA), com extensão de aproximadamente 320 km, incluindo a construção de um campo de provas em Barra (BA)". De acordo com a Codevasf, o projeto "consiste na revitalização da navegação de carga no médio curso do rio São Francisco, com a conseqüente interação desse trecho de hidrovia com o sistema intermodal do país".

O convênio entre Codevasf e Fundespa foi estabelecido em setembro de 2006, com o exato valor de R$ 11.569.249,54. Em 17 de julho de 2008, contudo, sofreu um aditamento — um acréscimo de itens a executar e de verbas a serem pagas à fundação privada — que elevou seu valor em mais de R$ 36 milhões. O aditamento foi assinado, portanto, a dois meses e oito dias do término do prazo do convênio, que teria duração até 25 de setembro de 2008.

O TCU concluiu que a Fundespa vem realizando atividades estranhas aos seus objetivos estatutários, conduzindo licitações que poderiam ser feitas pela própria Codevasf sem ônus para o erário

O aditamento e a situação do projeto não passaram em branco aos olhos do TCU. O relatório publicado pelo tribunal em setembro de 2008, assinado pelo auditor Marcos Bemquerer, afirmava que "a Codevasf não encaminhou qualquer documento que comprovasse efetivamente", "com base em critérios técnicos consistentes", "a necessidade de se destinar mais R$ 36.576.144,02" ao convênio.

Segundo a Codevasf, a fundação foi selecionada, sem licitação, para executar o projeto por ser "detentora de conhecimentos técnicos voltados ao setor hidrológico e ambiental" e por haver adquirido "inquestionável bagagem técnica" em projetos semelhantes desenvolvidos para o Governo da Bahia. Mas, conforme constatou o TCU, a Fundespa "tem simplesmente contratado a execução de diversos projetos necessários à execução do empreendimento", tais como "serviços de engenharia para realizar investigações geotécnicas e elaborar projetos executivos de reconstrução e proteção de margens" do rio, "serviços de levantamentos hidrográficos", "empresa para levantamentos de campo, projeto básico e estudo ambiental para abertura de canal de navegação" etc.

O auditor Bemquerer conclui, com base na investigação realizada, que "a Fundespa vem realizando atividades que refogem aos seus objetivos estatutários, conduzindo certames licitatórios que poderiam ser realizados pela própria Codevasf sem que o erário fosse onerado com os elevados custos impostos pela estrutura administrativa montada pela entidade convenente" (vide *Informativo Adusp* 268).

Em sintonia com as conclusões do TCU, a Codevasf, após suspender o repasse dos recursos à Fundespa, passou a executar diretamente o projeto, com auxílio do Exército. Segundo a empresa, pertencente ao governo federal, a fundação havia recebido R$ 11,3

Exército Brasileiro

Obras do Exército na região

milhões até a suspensão dos repasses. Em dezembro de 2008, a Codevasf transmitiu à *Revista Adusp* sua expectativa de que, "no próximo ciclo hidrológico", o Departamento de Engenharia e Construção do Exército venha a assumir o objeto do convênio "em sua integralidade".

Os esclarecimentos da Codevasf sobre a situação do convênio só chegaram à *Revista Adusp* após passar pela presidência da companhia e até pelo gabinete do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. Inicialmente, as informações seriam prestadas pelo diretor da área de Desenvolvimento Integrado e Infra-Estrutura da Codevasf, Clementino de Souza Coêlho, mas o presidente da empresa, Orlando da Costa Castro, resolveu repassar a consulta à assessoria de imprensa do ministro, uma vez que a Codevasf é vinculada à pasta da Integração Nacional.

Clementino Coêlho e Orlando Castro figuram entre os signatários do aditamento do convênio pela companhia, ao lado do diretor-presidente da Fundespa, Luiz Roberto Tommasi, professor titular aposentado e ex-diretor do Instituto Oceanográfico da USP.

Quando as respostas chegaram à equipe da *Revista Adusp*, enviadas pela Codevasf, surgiram, contudo, novas dúvidas, que foram comunicadas à assessoria da companhia. Em meio a uma verdadeira dança de números, nas primeiras informações enviadas por sua assessoria a Codevasf chegou a afirmar que o valor do convênio era de R$ 40.076.144,01, e não de R$ 48 milhões, sendo que tal diferença dizia respeito a um "erro formal de cálculo na totalização do valor do convênio". A reportagem buscou esclarecer junto à empresa se houve erro no cálculo do valor inicial ou no valor do aditamento, e solicitou esclarecimentos adicionais.

A Fundespa afirmou que o Exército não teve condição de executar as obras que lhe cabiam. Mas o Exército negou responsabilidades "em relação a qualquer convênio firmado entre Fundespa e Codevasp"

De acordo com a Codevasf, "não houve erro de cálculo inicial no convênio", cujo valor "foi determinado pelas circunstâncias orçamentárias da época de sua celebração, que contemplavam apenas R$ 11,5 milhões". O advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que deu ênfase às ações no rio São Francisco, permitiu que fossem disponibilizados novos recursos, adequando o projeto ao planejamento ideal elaborado pelo Executivo federal.

O novo plano de trabalho teria levado a "um incremento de R$ 28,5 milhões ao plano original, passando o valor global do convênio para R$ 40 milhões". Nesta segunda resposta, a companhia reiterou que, "em razão de um erro material, que já foi corrigido, no aditivo contratual indevidamente foi lançado o valor de R$ 48 milhões". Ou seja, o aditivo de R$ 36 milhões teria como valor correto R$ 28,5 milhões, o que explicaria a diferença de R$ 8 milhões no valor total de recursos destinados ao projeto.

A Fundespa, por sua vez, afirmou à *Revista Adusp* que o valor total de R$ 48 milhões "não corresponde à verdade" e que, "na realidade, o valor total do convênio, com inclusão de termos aditivos", previu a alocação de recursos da ordem de "pouco mais de R$ 34 milhões".

Em matéria publicada na revista *Carta Capital* (edição 520, novembro de 2008), Luciano Wahhab, apresentado como administrador da Fundespa, declara que, entre outros motivos que elevaram substancialmente os gastos do convênio, "um dos problemas ocorridos é que o Exército iria realizar obras de engenharia na área, mas não teve condição de executar. Tivemos então de contratar outras empresas".

À *Revista Adusp*, contudo, o Exército manifestou que "não tem responsabilidades em relação a qualquer convênio firmado entre a Fundespa e a Codevasp". A assessoria da força acrescenta que "o Exército tem totais capacidades de realizar todos os trabalhos planejados, porém somente pode responsabilizar-se pelos serviços previstos em Plano de Trabalho aprovado".

Quanto à Fundespa, delegou a tarefa de atender à reportagem ao escritório de advocacia Pinheiro Pedro (**vide quadro**). De acordo com o texto enviado pelo advogado Cássio Felippo Amaral, "se, hoje, o Exército Brasileiro está pronto para atuar nas obras, à época a situação era bem outra", e "todas as despesas incorridas pela Fundespa na construção do campo de provas e nas atividades de apoio foram muito bem comprovadas e não houve, em nenhum momento, aplicação irregular de tais recursos".

Enquanto a Codevasf já tratou de suspender o convênio, e a Fundespa ameaça ir à Justiça, o TCU avança, em caráter de urgência, na apuração sobre o projeto e sobre quem terá de arcar com os prejuízos ao erário. Por meio da unidade local da sua Secretaria de Controle Externo (Secex-BA), o tribunal colheu depoimentos, analisou documentos, checou e confrontou versões. As conclusões da equipe do TCU na Bahia seriam remetidas a Brasília, onde o ministro relator deveria se debruçar sobre o tema a partir de fevereiro de 2009.

Em vez de esclar

A Fundespa diz desenvolver várias atividades junto à comunidade e colaborar com o Instituto Oceanográfico (IO) em diversos aspectos. Nos esclarecimentos relativos ao convênio firmado com a Codevasf, enviados pelo escritório de advocacia Pinheiro Pedro à *Revista Adusp*, cita-se, por exemplo, que "no Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias, a Fundespa leva cerca de 10 alunos por ano às praias para contribuir com o meio ambiente"; que "o Projeto Descobrindo o Mar levou, neste ano de 2008, a educação ambiental marinha de forma atrativa para mais de 10.000 alunos da rede pública municipal e estadual de São Paulo" etc.

O advogado Cássio Felippo Amaral, do escritório Pinheiro Pedro, não se limitou, porém, a proclamar as atividades educativas da fundação privada. No texto enviado, Amaral faz ameaças à *Revista Adusp*, e procura cercear a divulgação do caso: "parte das informações que ora motivam V. Sas. a essas indagações versam sobre assuntos estratégicos e confidenciais, que não poderiam estar sendo ventilados para fora dos muros da fundação, exatamente porque dizem respeito a questões negociais, comerciais e profissionais da Fundespa e que não deveriam ter chegado ao conhecimento de outrem, além da direção da fundação".

Nesse sentido, continua, "a divulgação de tais assuntos poderá ser considerada crime, dada a violação do sigilo que as resguarda, bem como, caso entenda a Fundespa necessário, todas as medidas judiciais cabíveis serão adotadas".

As respostas enviadas, prossegue ele em tom intimidatório, "deverão ser publicadas integralmente, sem exceção de nenhum trecho ou parágrafo, pois, do contrário, serão tomadas todas as medidas administrativas e judiciais aplicáveis ao caso".

Sobre o convênio com a Codevasf, o escritório afirma que "por conta de grandes atrasos por parte da Codevasf no repasse de recursos, (...) a Fundespa, ante a total impossibilidade de adiantamento da totalidade dos pagamentos das despesas (...), não teve alternativa, senão iniciar suspensão programada dessas atividades".

Amaral acrescenta que "a Codevasf, entendendo que os recursos já liberados poderiam fazer frente às despesas já incorridas, o que não condiz com a realidade", "resolveu, unilateralmente, suspender o convênio, chamando para si a responsabilidade pelo cumprimento de apenas alguns dos contratos públicos licitados pela Fundespa".

A fundação estaria solicitando, administrativamente, à Codevasf, o reembolso das despesas já quitadas, "e, em caso de resposta negativa, adotará todas as medidas judiciais para reposição do numerário já desembolsado".

A diretora do IO, professora Ana Maria Setúbal Pires Vanin,

respondeu por e-mail às questões enviadas pela reportagem sobre a relação entre o instituto e a fundação. Ela preside o conselho curador da Fundespa e integra o conselho consultivo da fundação. Situação semelhante à do vice-diretor do IO, professor Rolf Roland Weber, que também participa dos conselhos da Fundespa (**vide quadro**). "Vejo sem problema ético minha participação nos fóruns decisórios citados, pois permite ao IO uma participação e controle efetivo da política e condução da Fundespa, e uma avaliação e discussão constante sobre seu andamento e rumo", afirma a professora Ana Maria.

A página eletrônica da fundação informa que a Fundespa "apóia as Unidades da Universidade de São Paulo que solicitarem seu apoio e em especial, o Instituto Oceanográfico da USP". A diretora do IO entende que "a Fundespa é a fundação do IO", acrescentando que "seu conselho curador é composto por docentes do IO e presidido pelo Diretor do IO".

Segundo a professora Ana Maria, a Fundespa repassa 2% do seu orçamento para um fundo IO/Fundespa, o que implica um repasse anual de R$ 70 mil nos últimos anos. Os recursos, de acordo com ela, têm auxiliado docentes e estudantes. Os estudantes, por exemplo, têm sido beneficiados com bolsas de mestrado, bolsas variadas para a graduação e pleitos de entidades como IO Jr. e a Atlética. Com relação aos docentes, a diretora do IO explica que esses "contam com o apoio da Fundespa em administração de projetos científicos", "além de apoio a eventos científicos".

A professora Ana Maria afirmou à *Revista Adusp* que o projeto do rio São Francisco era de complexidade "muitas vezes maior do que a daqueles em que a Fundespa tem tido participação" e que "trouxe uma experiência muito grande e capacitação de gerenciamento que ela não possuía antes".

"Vejo sem problema ético minha participação nos fóruns decisórios citados, pois permite ao IO uma participação e controle efetivo da política e condução da Fundespa", diz a professora Ana Maria Setúbal Vanin, diretora da unidade

Os vínculos entre a Fundespa e a USP

CONSELHO CURADOR	
Cargo que exerce na fundação	**Cargo no Instituto Oceanográfico**
Professora Ana M. Setúbal Vanin- Presidente	Professora titular e diretora do IO
Professor Rolf Roland Weber	Professor titular e vice-diretor do IO
Professora Eduinetty Ceci P. Moreira de Sousa	Professora doutora do IO
Professor Belmiro Mendes de Castro Filho	Professor titular do IO
Professor Michel Michaelovitch de Mahiques	Professor titular do IO
Professor Felipe Antonio de Lima Toledo	Professor doutor do IO
DIRETORIA	
Cargo que exerce na fundação	**Cargo no Instituto Oceanográfico**
Professor Luiz R. Tommasi- Presidente	Professor colaborador do IO. Ex-diretor do IO
Professor Salvador Gaeta- Diretor de Pesquisa	Professor titular do IO
Professor Ilson da Silveira- Diretor de Extensão e Eventos	Professor doutor do IO

Fonte: sítio do Instituto Oceanográfico na internet

Reitoria opta por "convivência pacífica" com as fundações

Em abril de 2007, a *Revista Adusp 40* publicou entrevista com o vice-reitor, Franco Lajolo, sobre a atuação das fundações privadas na USP. Na ocasião, o professor Lajolo anunciou uma reavaliação dos convênios firmados entre a Universidade e essas entidades. Também defendeu a necessidade de mecanismos para impedir que algum professor venha a ter "um poder exagerado gerenciando as verbas da fundação junto com as da unidade".

Decidimos realizar uma nova entrevista com Lajolo, a fim de compreender como a situação evoluiu, quase dois anos depois. As tentativas de realização da entrevista levaram cerca de um mês, até que, diante da "falta de agenda" alegada pelo vice-reitor, combinou-se que as perguntas e respostas seriam trocadas por e-mail.

Indagamos ao professor sobre a criação de uma comissão formada pelos pró-reitores, encarregada de avaliar o mérito dos convênios existentes com fundações privadas ditas de apoio, tal como anunciado por ele em 2007 e sobre os avanços planejados pela Reitoria em termos de agilização dos procedimentos da Universidade. A atuação da Promotoria de Fundações do Ministério Público Estadual (MPE) e o termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado pelas fundações em 2006 também foram objeto das perguntas encaminhadas.

Por fim, foi solicitado, sem sucesso, o envio das informações referentes ao valor dos repasses feitos pelas fundações às unidades da USP e à Reitoria em 2006, 2007 e 2008.

As respostas do professor Lajolo parecem indicar que a Reitoria se acomodou ao *modus operandi* das fundações.

O vice-reitor informou que em abril de 2008, "por meio da Resolução 5449 de 18/04/08, criou-se o processo eletrônico de convênios, a Assessoria de Convênios, que faz a análise jurídica, financeira e a gestão dos convênios", e que a mesma resolução criou, também, a Comissão de Convênios. "A análise de mérito dos convênios é realizada pelos colegiados das Unidades, nas Pró-Reitorias e acompanhada pela Comissão de Convênios que conta com representantes das Pró-Reitorias, CCint e Agência de Inovação".

Ainda segundo o professor Lajolo, o "processo eletrônico, criado pela citada Resolução 5449/08, agiliza a tramitação, armazenando dados que facilitam o acompanhamento dos convênios, permitindo a emissão de relatórios gerenciais".

No entanto, explica ele, "ainda não há dados suficientes relativos à execução dos convênios", pois "o sistema é recente". Mesmo assim, considera que "já houve grande avanço quanto à agilização da tramitação, visibilidade e acompanhamento dos convênios, embora ainda não seja possível a emissão de relatórios completos, o que deverá acontecer em breve".

Com relação ao TAC, Lajolo confirmou que foi realizada uma reunião no MPE em 10 de novembro de 2008, na qual foi entregue à Reitoria a documentação relativa à aprovação das contas das fundações signatárias, emitida pela Promotoria de Fundações. Esta questão foi um dos pontos de divergência entre a Reitoria e a Promotoria, durante o processo de elaboração do TAC. Isso porque a primeira exigia as contas completas, enquanto a segunda respaldou a posição das fundações de emitir-se apenas um atestado de aprovação das contas. O que a Reitoria recebeu na reunião com o MPE foi exatamente este documento: um atestado, emitido pelo promotor de fundações.

"Na reunião, foi avaliada a repercussão do termo, no período pós-assinatura, e que a sua existência confere maior visibilidade às relações da Universidade com as fundações de apoio", afirmou o vice-reitor, "de modo que estudos deveriam ser desenvolvidos no sentido de serem firmados novos instrumentos com as demais fundações e buscado cada vez mais o aperfeiçoamento de suas cláusulas, em benefício da Universidade".